

Aula 00

*Lei e Normas (MG) de Execução Penal p/
SEJUSP-MG (Polícia Penal-Ag. de
Segurança Penitenciária) 2021*

Autor:
Alexandre Herculano

22 de Fevereiro de 2021

Sumário

1 - Introdução	5
2 - Lei de Execução Penal	13
2.1. Do Objeto e da Aplicação da Lei de Execução Penal	13
2.1.1 - Princípios da Lei de Execução Penal	14
2.2. Do Condenado e do Internado	15
Lista de Questões.....	20
Questões Comentadas.....	114
Gabarito	219



APRESENTAÇÃO PESSOAL



Olá, meus amigos! Meu nome é Alexandre Herculano e vamos iniciar o curso de Lei e Normas de Execução Penal p/ Polícia Penal de MG. Vamos trabalhar com base nos últimos editais publicados.

Sou professor de Medicina Legal, Criminalística, Criminologia e Legislação de Trânsito há 10 anos e autor de livros. Professor de Medicina Legal na Pós-Graduação presencial de Penal e Processual Penal da CESUL-PR. Pós-graduado em Perícia Criminal e Ciência Forense, Pós-Graduado em Gestão da Segurança Pública, e Pós-graduado em Penal e Processo Penal. Servidor público federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Fui aprovado, também, nos concursos da Polícia Civil (área policial e pericial) do Rio de Janeiro, Polícia Rodoviária Federal – PRF (duas vezes), Analista em Segurança Judiciária do STJ – 12ª posição (Inspetor de Segurança) e outros.

Atuei quatro anos na **Secretaria Nacional de Segurança Pública (Ministério da Justiça e Segurança Pública)**, que fica em Brasília, assim, adquiri boa experiência nessa área, além de ter colaborado em cursos EAD para a Polícia Civil de vários Estados. Ministrei aulas para os concursos da PRF, PCMG, PCBA, IGC-SC, PCSP, PCGO, PCDF

Meus amigos, para atingir o sucesso, não deixem para estudar na última hora. **Estudando bem este curso vocês já sairão na frente!** Qualquer dúvida, utilizem o fórum do site. Será um prazer atendê-los, ok?

Vejamos **alguns feedbacks**, recentes, de alunos que estudaram comigo. Foram muitas aprovações:

"Curso 100% satisfatório! por mais que eu não tenha terminado o curso todo, tudo que vi até agora foi muito útil para meus estudos, parabéns ao Herculano."

"Venho agradecer imensamente ao professor Alexandre Herculano, fiquei em 1º colocado no concurso do TRT RJ de 2017, para área de Segurança Judiciária."

"Olá, professor. Quero deixar meu agradecimento. Estou aprovado no TRF 2º 2017, Técnico Segurança e Transportes 2017. Fiz o curso específico com o seu material. Fica minha consideração ao trabalho. Abraço."

"Prof passei em 2º lugar para Agente do Detran-CE 2018 p/ Aracati, quero lhe agradecer pelo material que fez no Estratégia, foi certo! Eu estudei tudo várias e várias vezes!! Obrigada!"

"Depois de ter passado no taf na PRF venho aqui deixar meu agradecimento especial ao professor Alexandre Herculano. O cara é fantástico!"



"Gostaria de exaltar os pdfs do professor, são de leitura gostosa, dinâmico e rico em conteúdo. Vale a pena investir."

"O melhor professor de Legislação de Trânsito."

"Passeeeeeiiiiii, mestre, 8º colocado na PRF. Muito obrigado pelas dicas!"

"Obrigado professor Alexandre Herculano, fiquei dentro das vagas na PRF"

"professor bem objetivo, sem enrolação"

"Melhor professor de Criminalística. Estou no IGP SC com ajuda de suas aulas. Obrigada!"

"Obrigado pela dedicação, mestre. Passei na PRF!!!!"

É gratificante essas mensagens. Essas foram pela área do aluno, fora as mensagens que recebemos diariamente no Instagram e Facebook. Isso mostra que estamos no caminho certo. Vamos com tudo!

Para ter acesso a **dicas e informações gratuitas**, acesse as seguintes **redes sociais**:



Professor Alexandre Herculano



@prof_herculano

CRONOGRAMA

AULA	CONTEÚDO
Aula 0	Lei de Execuções Penais - Título I e II (parte I)
Aula 1	Lei de Execuções Penais - Título I e II (parte II)
Aula 2	Lei de Execuções Penais - Título III.
Aula 3	Lei de Execuções Penais - Título IV e V (parte I)
Aula 4	Lei de Execuções Penais - Título V (parte II).
Aula 5	Lei de Execuções Penais - Título VI, VII, VIII e IX.
Aula 6	Lei Estadual n.º 11.404, de 25 de Janeiro de 1994 (parte I)
Aula 7	Lei Estadual n.º 11.404, de 25 de Janeiro de 1994 (parte II)



Observação importante: este curso é protegido por direitos autorais (copyright), nos termos da Lei 9.610/98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

Grupos de rateio e pirataria são clandestinos, violam a lei e prejudicam os professores que elaboram os cursos. Valorize o trabalho de nossa equipe adquirindo os cursos honestamente através do site Estratégia Concursos. ;-

Para ter acesso a dicas e informações gratuitas, acesse as seguintes redes sociais:

Alexandre Herculano (professor)



@prof_herculano



Então vamos começar. Mas antes percam seis minutinhos para assistir esse vídeo, tenho certeza que muitos irão se animar.

<http://www.youtube.com/watch?v=qZIPGfzhzM>



1 - INTRODUÇÃO

Pessoal, a execução penal é um procedimento destinado à efetiva aplicação da pena ou da medida de segurança que fora fixado anteriormente por sentença. Trata-se de processo autônomo que é regulamentado pela lei execução penal nº 7.210/1984, serão juntadas as cópias imprescindíveis do processo penal para acompanhar o cumprimento da pena e da concessão de benefícios do apenado.

Cada acusado terá um processo de execução separado, mesmo que tenham figurado como litisconsortes (diversos litigantes que se colocam em um mesmo lado da relação processual) na ação penal, uma vez que não há a figura do litisconsorte necessário neste instituto, em virtude do princípio da individualização da pena.



No processo penal a execução penal é um novo processo e possui caráter jurisdicional e administrativo. Busca efetivar as disposições de sentença ou de decisão criminal e oferecer condições para a integração social do condenado e do internado.



(2018 - Inédita - Direito Penitenciário) No processo penal, a execução penal é um novo processo e possui caráter:

- A) administrativo
- B) jurisdicional
- C) jurisdicional e administrativo
- D) somente processual

Comentários: A alternativa C é o gabarito da questão.

Existem divergências no que se refere a classificação da natureza jurídica da execução penal haja vista que há quem defenda se tratar de natureza jurisdicional e outros de natureza administrativa. Há que se admitir



que o juiz da execução penal pratique atos administrativos, mas também exerce jurisdição, deste modo verifica-se que se trata de uma natureza jurídica híbrida, mas esse entendimento não é pacífico.

Pessoal, a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) possui 204 artigos, sendo dividida em nove títulos e vários capítulos. E fiquem atentos, pois isso já foi cobrado na prova de vocês. Vejamos a estrutura da LEP:

TÍTULO I

Do objeto e da Aplicação da Lei de Execução Penal

TÍTULO II

Do Condenado e do Internado

CAPÍTULO I

Da Classificação

CAPÍTULO II

Da Assistência

CAPÍTULO III

Do Trabalho



CAPÍTULO IV

Dos Deveres, dos Direitos e da Disciplina

TÍTULO III

Dos Órgãos da Execução Penal

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

CAPÍTULO II

Do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

CAPÍTULO III

Do Juízo da Execução

CAPÍTULO IV

Do Ministério Público



CAPÍTULO V

Do Conselho Penitenciário

CAPÍTULO VI

Dos Departamentos Penitenciários

CAPÍTULO VII

Do Patronato

CAPÍTULO VIII

Do Conselho da Comunidade

CAPÍTULO IX

Da Defensoria Pública

TÍTULO IV

Dos Estabelecimentos Penais



CAPÍTULO I

Disposições Gerais

CAPÍTULO II

Da Penitenciária

CAPÍTULO III

Da Colônia Agrícola, Industrial ou Similar

CAPÍTULO IV

Da Casa do Albergado

CAPÍTULO V

Do Centro de Observação

CAPÍTULO VI

Do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico



CAPÍTULO VII

Da Cadeia Pública

TÍTULO V

Da Execução das Penas em Espécie

CAPÍTULO I

Das Penas Privativas de Liberdade

CAPÍTULO II

Das Penas Restritivas de Direitos

CAPÍTULO III

Da Suspensão Condicional

CAPÍTULO IV

Da Pena de Multa



TÍTULO VI

Da Execução das Medidas de Segurança

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

CAPÍTULO II

Da Cessação da Periculosidade

TÍTULO VII

Dos Incidentes de Execução

CAPÍTULO I

Das Conversões

CAPÍTULO II

Do Excesso ou Desvio



CAPÍTULO III

Da Anistia e do Indulto

TÍTULO VIII

Do Procedimento Judicial

TÍTULO IX

Das Disposições Finais e Transitórias

Vejam como a banca cobrou na última prova:



(2005 - CESPE - Consultor - CLDF) Julgue os itens seguintes quanto aos direitos assegurados aos presos e considerando a Lei de Execução Penal (LEP).

A LEP dedica um capítulo inteiro à regulamentação do trabalho do preso e concede a comutação da pena na proporção de três para um, ou seja, para cada três dias trabalhados, a pena é reduzida em um dia.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**. Quando estudarmos o capítulo III (Do Trabalho), do Título II, eu vou abordar mais este assunto.



2 - LEI DE EXECUÇÃO PENAL

2.1. Do Objeto e da Aplicação da Lei de Execução Penal

A execução penal, ou seja, o cumprimento da pena tem por objetivo, efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para harmônica integração social do condenado e do internado de volta a sociedade. Toda a jurisdição penal dos juízes ou tribunais de justiça ordinária será exercida no processo de execução de acordo com a lei de Execução Penal e Código de Processo Penal.

"Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado."

A LEP deve ser aplicada tanto ao preso provisório como ao condenado pela Justiça. Isso, quando o preso estiver recolhido em um presídio sujeito à jurisdição ordinária. O procedimento previsto na Lei de Execução Penal se desenvolverá perante o juízo de Execução Penal. Uma vez que, a lei não pode excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Não configurando assim, pelo simples fato de ser uma causa de um juiz específico uma afronta ao princípio constitucional do juízo ou tribunal de exceção. Isso implica também que, ninguém pode ser processado nem sentenciado senão pela autoridade competente, que no nosso caso, um Juiz da Vara de Execução Penal.

Outra observação importante, é que a LEP é aplicada ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar. Justiças essas que possuem órgãos constituídos, com exceção da eleitoral, que são tribunais que possuem juízes de outros órgãos, cabem à justiça militar processar e julgar seus crimes militares e a execução deve seguir o mesmo rito previsto na LEP. Sobre os efeitos da sentença, não poderá haver qualquer distinção de natureza social, racial, religiosa ou política. Uma vez que devem ser garantidos ao preso todos os direitos não suspensos pela sentença, tais como assistência a saúde, judiciária, educacional e reingresso ao trabalho.

"Art. 2º A jurisdição penal dos Juízes ou Tribunais da Justiça ordinária, em todo o Território Nacional, será exercida, no processo de execução, na conformidade desta Lei e do Código de Processo Penal."

Parágrafo único. Esta Lei aplicar-se-á igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária."

Vejamos uma possível questão de prova:





(2016 - Inédita - Agente Penitenciário) Aplicar-se-á a LEP igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça,

- A) Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.
- B) Especial, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.
- C) Civil ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.
- D) Civil ou Criminal, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.

Comentários: A alternativa A é o gabarito da questão.

2.1.1 - Princípios da Lei de Execução Penal

✓ **Princípio da Legalidade (art. 3º na LEP):**

"Art. 3º Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei";

✓ **Princípio da Igualdade ou Isonomia (art. 3º, § único na LEP):**

"Parágrafo único. Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política";

Atenção! É possível distinção de natureza quanto a idade e quanto ao sexo.

✓ **Princípio da Individualização da Execução Penal (art. 5º na LEP):**

"Art. 5º Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal";

✓ **Princípio da Jurisdicionalidade (ou Jurisdicionariedade):** Os incidentes na execução penal, serão decididos pelo Poder Judiciário. Esse princípio está nos arts. 2º e 194º da LEP;



- ✓ **Princípio do Devido Processo Legal:** O processo de execução tem que observar ampla defesa, contraditório, publicidade, etc;

- ✓ **Princípio Reeducativo ou da Ressocialização:** Busca-se, durante a execução, a ressocialização do preso;

- ✓ **Princípio da Humanização das Penas (ou da Humanidade):** Trata-se, basicamente, de respeito à dignidade da pessoa humana.



Cabe lembrar **que na individualização da pena** deve ser observada em três momentos:

- a. Na comutação da pena feita pelo Legislador;
- b. No momento da aplicação da pena feita pelo Judiciário;
- c. No momento da execução penal.

2.2. Do Condenado e do Internado

Ainda sobre o Princípio da Individualização da Execução Penal, o art. 5º da LEP prevê uma classificação dos presos. Mas, quem realiza a classificação? O art. 6º da LEP deixa claro que será uma **Comissão Técnica de Classificação**.

"Art. 6º A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório."



Segundo pessoal, é preciso saber que, segundo o art. 7º da Lei, a **Comissão Técnica de Classificação**, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo por:



- ✓ 2 (dois) chefes de serviço;
- ✓ 1 (um) psiquiatra;
- ✓ 1 (um) psicólogo;
- ✓ 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.

Nos demais casos (**restritivas de direitos ou medidas de segurança**), a Comissão atuará junto ao Juízo da Execução e será integrada por fiscais do serviço social.

Seguindo, vejamos o que menciona o art. 8º:

"Art. 8º O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.

Parágrafo único. Ao exame de que trata este artigo poderá ser submetido o condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime semiaberto."

Diante disso, pessoal, vale a pena distinguirmos quando teremos o exame de classificação e o exame criminológico. Vejamos:

• EXAME DE CLASSIFICAÇÃO	• EXAME CRIMINOLÓGICO
• É amplo e genérico.	• Exame específico.
• Orienta o modo de cumprimento da pena, norte da ressocialização.	• Busca construir prognóstico de periculosidade, partindo do binômio "delito-delinqüente".



<ul style="list-style-type: none">• Envolve aspectos relacionados com a personalidade do condenado seus antecedentes, sua vida familiar e social, sua capacidade laborativa.	<ul style="list-style-type: none">• Envolve a parte psicológica e psiquiátrica, atestando a maturidade e disciplina do reeducando, sua capacidade de suportar frustrações.
--	--

Vejamos uma possível questão de prova:



(2018 - Inédita - Direito Penitenciário) Assinale a alternativa incorreta com base na LEP.

- A) O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.
- B) Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal.
- C) A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena restritiva de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório.
- D) A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão. Aqui cabe uma observação! Como ainda não vimos, a letra "A" menciona o art. 4º da Lei: "O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança."



Falando ainda sobre a Comissão, o art. 9º da LEP menciona que a Comissão, **no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade**, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá:

- ✓ Entrevistar pessoas;
- ✓ Requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado;
- ✓ Realizar outras diligências e exames necessários.

O art. 9º-A da LEP, que foi uma novidade introduzida em 2012, dispôs que a identificação criminal, baseada no perfil genético, será obrigatória para os condenados por crime praticado, dolosamente, com violência de natureza grave contra pessoa, ou por qualquer dos crimes previstos no art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, expressos, em um rol taxativo. Assim, menciona o artigo:

*"Os condenados por crime praticado, dolosamente, com violência de natureza grave contra pessoa, ou por qualquer dos crimes previstos no art. 10 da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, serão submetidos, **obrigatoriamente**, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA - ácido desoxirribonucleico, por técnica adequada e indolor."*

Fiquem atentos, pois o procedimento de identificação criminal previsto no art. 9º-A da LEP, **não alberga** os delitos cometidos pelos condenados de natureza culposa ou os crimes nos quais a violência empregada resulte em lesão corporal de natureza leve.

Outro fator importante é que a identificação do perfil genético **será armazenada em banco de dados sigiloso**, conforme regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo. Assim, a autoridade policial, federal ou estadual, poderá requerer ao juiz competente, no caso de inquérito instaurado, o acesso ao banco de dados de identificação de perfil genético.

Pessoal, aprofundando mais um pouco, já que se trata de uma novidade, a Lei responsável pela inserção do art. 9º-A foi a Lei n.º 12.654/2012 que prevê a possibilidade de ser realizada uma nova espécie de identificação criminal, conforme já mencionei.

Muito importante, neste momento, é distinguirmos a identificação civil e criminal, vejamos:



Identificação civil	Identificação criminal
É a pessoa que possui um dos documentos de identificação civil previstos no art. 2º da Lei n.º12.037/2009 (exemplos: carteira de identidade, de trabalho, passaporte etc.).	Existem três espécies: a) Identificação fotográfica



- | | |
|--|--|
| | <p>b) Identificação dactiloscópica (digitais)</p> <p>c) Coleta de material biológico para a obtenção do perfil genético.</p> <p>Obs: esta última foi acrescentada pela Lei n.º12.654/2012.</p> |
|--|--|

A regra constitucional é a de que a pessoa que for civilmente identificada não será submetida à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei (art. 5º, LVIII). A Lei que traz essas hipóteses é a Lei n.º 12.037/2009.

A Lei n.º 12.654/12 previu que os dados relacionados à coleta do perfil genético deverão ser armazenados em banco de dados de perfis genéticos, gerenciado por unidade oficial de perícia criminal. As informações genéticas contidas nos bancos de dados de perfis genéticos não poderão revelar traços somáticos ou comportamentais das pessoas, exceto determinação genética de gênero, consoante as normas constitucionais e internacionais sobre direitos humanos, genoma humano e dados genéticos.

Os dados constantes dos bancos de dados de perfis genéticos terão caráter sigiloso, respondendo civil, penal e administrativamente aquele que permitir ou promover sua utilização para fins diversos dos previstos nesta Lei ou em decisão judicial.

As informações obtidas a partir da coincidência de perfis genéticos deverão ser consignadas em laudo pericial firmado por perito oficial devidamente habilitado.

(...)

Pessoal, esta foi nossa aula demonstrativa. Espero que tenham gostado. Vamos, agora, fazer mais algumas questões. Aguardo vocês na próxima aula!

Grande abraço e bons estudos!



LISTA DE QUESTÕES



1. (FUNDEP - Defensor Público do Estado de Minas Gerais/2019/VIII) A execução da sentença de condenação penal proferida pela Justiça Militar Estadual, estando o sentenciado custodiado em uma Penitenciária Federal, compete à

- a) Justiça Comum Estadual.
- b) Justiça Comum Federal.
- c) Justiça Militar da União.
- d) Justiça Militar Estadual.

Comentários: A alternativa B é o gabarito da questão.

2. (FUNDEP - Defensor Público do Estado de Minas Gerais/2019/VIII) "W.D.W." foi sentenciado pela primeira vez a uma pena de 45 anos de reclusão por quatro homicídios qualificados (hediondos), praticados em concurso material no dia 01/01/2018, tendo respondido ao processo em liberdade e preso tão somente após o trânsito em julgado. Expedida a guia de execução definitiva relativa a essa sentença de 45 anos, após 10 dias de cumprimento da pena, o magistrado proferiu decisão de unificadas das penas, nos termos do art. 75, §1º do Código Penal, limitando o cumprimento dessas penas em 30 anos.

Entretanto, cumpridos 20 dias da pena, "W.D.W." encontrou no cárcere um desafeto do mundo do crime, e aproveitando-se de um momento de distração, durante o banho de sol, matou seu inimigo. Preso em flagrante pelo fato, foi levado a julgamento perante o Tribunal do Júri, tendo sido sentenciado a uma pena de 18 anos de reclusão por esse novo homicídio qualificado (hediondo). Em relação a esse fato, "W.D.W." permaneceu preso desde o flagrante. A sentença penal da segunda condenação transitou em julgado 9 meses e 5 dias após a primeira prisão.



Considerando estritamente os dados fornecidos, e supondo não haver nenhuma causa de extinção da punibilidade no decorrer do cumprimento da pena, é correto afirmar que, em relação aos 63 anos de reclusão impostos nas duas sentenças, "W.D.W." permanecerá, na prática, preso efetivamente por

- a) 30 anos.
- b) 30 anos e 20 dias.
- c) 47 anos, 11 meses e 10 dias.
- d) 48 anos, 9 meses e 25 dias.

3. (CEBRASPE (CESPE) - Notário e Registrador (TJDFT)/Remoção/2019) De acordo com a legislação pertinente e a jurisprudência dos tribunais superiores, transitada em julgado a sentença penal condenatória ou absolutória imprópria e iniciada a fase da execução penal,

- a) o condenado deverá ser citado no processo de execução da pena se tiver sido condenado a pena privativa de liberdade.
- b) o processo de execução deverá desenvolver-se mediante provocação da parte, sendo vedado o provimento por impulso oficial do juízo da execução.
- c) será facultada ao ofendido ou aos seus sucessores a participação nas fases jurisdicionais do procedimento executório mediante habilitação nos autos.
- d) competirá ao juízo estadual de execução penal a execução das penas impostas aos sentenciados pela justiça militar quando estes forem recolhidos em estabelecimentos prisionais estaduais.
- e) poderá o juízo da execução dar início ao processo de execução forçada da sanção pecuniária se a pena aplicada for exclusivamente de multa e o condenado não efetuar o pagamento no prazo legal.

4. (IBADE - Guarda de Segurança do Sistema Prisional (SEJUC SE)/2018) Segundo a Lei nº 7.210/1984, a execução penal tem por objetivo:

- a) viabilizar os resultados de projetos restritos às funções penitenciárias, mediante ato do Poder Executivo, após autorização legislativa prévia.
- b) separar do meio social os indivíduos inaptos ao convívio em sociedade, selecionados após análise criteriosa baseada nas teorias criminológicas de Lombroso.



- c) ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da comunidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
- d) prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de objetivo igual ao de uma condenação.
- e) efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

5. (UEG - Delegado de Polícia (PC GO)/2018) O sujeito "A", primário e de bons antecedentes, foi condenado a quinze anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, pela prática do crime de homicídio qualificado. Neste caso, preenchidos os demais requisitos, o sujeito "A" terá direito a progredir para o regime semiaberto após o cumprimento de

- a) três anos de sua pena.
- b) cinco anos de sua pena.
- c) seis anos de sua pena.
- d) nove anos de sua pena.
- e) dez anos de sua pena

6. (FCC - Defensor Público do Estado do Maranhão/2015/V) A autonomia da execução penal implica a compreensão de que

- a) o título executivo delimita o alcance e os limites da execução em processo em que não há alteração fática.
- b) há uma feição jurisdicional da execução da pena e plenitude das garantias constitucionais penais e processuais penais.
- c) há um caráter misto de regras administrativas e jurisdicionais e aplicação mitigada das regras constitucionais.
- d) os incidentes de execução são impulsionados somente pela defesa técnica.
- e) há distinção das atividades da administração penitenciária e da função jurisdicional ressalvado o procedimento administrativo que apura falta.



7. (FCC - Procurador da Assembleia Legislativa da PB/2013) A Lei no 7.210/84 dispõe que a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições da condenação criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado (art. 10). Como nítido no item 13 da respectiva Exposição de Motivos, tem-se aí, por inteiro, tributo à teoria da pena denominada

- a) retribuição moderna.
- b) retribuição taliônica.
- c) prevenção geral.
- d) prevenção especial.
- e) mista ou eclética.

8. (CEBRASPE (CESPE) - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/Técnico em Enfermagem/2013) Com relação aos estabelecimentos penais federais, julgue o item seguinte.

As pessoas recolhidas aos estabelecimentos penais federais e os servidores públicos federais que trabalham nesses estabelecimentos sujeitam-se ao regime disciplinar da União.

9. (FUNDEP - Promotor de Justiça (MPE MG)/2013/LIII) Assinale a alternativa FALSA:

- a) Os incidentes específicos da execução de pena desenvolvem-se perante o juízo da execução, assegurada a ampla defesa e o contraditório.
- b) Das decisões proferidas na execução de pena, cabe recurso de agravo, mas o rito será o previsto para o recurso em sentido estrito.
- c) A impugnação da denegação de trânsito a recurso usado na fase de execução de pena é feita através de carta testemunhável.
- d) O princípio da inércia ou da iniciativa das partes desautoriza que o juiz inicie de ofício o procedimento na execução penal.

10. (VUNESP - Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (SEJUS ES)/2012) A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal com o fim de

- a) obter a cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.



- b) classificar os condenados segundo os seus antecedentes e personalidade para orientar a individualização da execução penal.
- c) aplicar-se unicamente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar.
- d) proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.
- e) assegurar ao condenado e ao internado todos os direitos atingidos pela sentença ou pela lei.

11. (FUNRIO - Especialista em Assistência Penitenciária/S8 - Serviço Social/2009) O Sistema Penitenciário Brasileiro está regulamentado

- a) pelo Código Civil.
- b) pelo Ministério da Justiça.
- c) pela Constituição Federal.
- d) pela Lei de Execuções Penais.
- e) pela Secretaria de Administração Penitenciária.

12. (PUC PR - Analista Judiciário (TJ PR)/Escrivão/Criminal/2008) Sobre o objeto e aplicação da Lei de Execuções Penais é INCORRETO afirmar:

- a) A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.
- b) A jurisdição penal dos juízes ou tribunais da justiça ordinária, em todo o território nacional, será exercida, no processo de execução, na conformidade da Lei de Execuções Penais e do Código de Processo Penal.
- c) Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.
- d) Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.
- e) A Lei de Execuções Penais aplicar-se-á diferentemente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.



13. (CEBRASPE (CESPE) - Agente de Proteção (TJ RR)/2006 (e mais 3 concursos) Julgue os itens abaixo, relativos à Lei de Execução Penal.

I Salvo disposição legal, aplica-se a Lei de Execução Penal ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos à jurisdição ordinária.

II Para fins de classificação e individualização da pena, o exame criminológico é obrigatório, indistintamente, para todos os condenados, que não podem progredir de regime sem que haja a submissão ao referido exame.

III O trabalho do preso, em qualquer regime prisional, está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho e, portanto, o preso deve fazer jus a todos os benefícios que se concedem ao trabalhador livre, com exceção das férias.

IV Remição é o instituto pelo qual o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo da execução da pena, à razão de um dia de pena por três de trabalho.

A quantidade de itens certos é igual a

- a) 1.
- b) 2.
- c) 3.
- d) 4.

14. (CPCON UEPB - Delegado de Polícia (PC PB)/2003) A respeito da Lei de Execução Penal (nº 7.210, de 11 de julho 1984), é inteiramente correto afirmar, acerca de sua construção teórica:

a) As cadeias públicas destinam-se à acomodação dos presos provisórios. A guia de recolhimento definitiva é expedida somente após o trânsito em julgado de sentença que aplicar pena privativa de liberdade, estando o apenado preso ou vindo a ser preso. A pena privativa de liberdade será sempre executada de forma progressiva, segundo a regra geral do art. 112 da LEP, com a transferência do apenado para regime menos rigoroso, a ser determinada pela Direção do Presídio em que esteja encarcerado, quando tiver sido cumprido, no mínimo, 1/6 (um sexto) da pena (requisito objetivo) e seu mérito (requisito subjetivo) indicar a progressão.

b) A lei infraconstitucional e a própria Constituição Federal impõem a todas as autoridades constituídas do País o respeito à integridade física e moral tanto dos condenados (definitivos ou não) quanto dos presos provisórios e dos internos em nosocômios de custódia psiquiátrica. Exceção única à afirmação presente se dá quando o preso (não o doente mental) externar elevado grau de periculosidade, o que, entretanto,



deve ser registrado em suas anotações prisionais, mediante concordância do MP e convalidação da autoridade judiciária responsável pela execução da respectiva pena.

c) Os órgãos componentes da execução penal, segundo a Lei de Execução respectiva, são: 1 – Os Conselhos Nacional e Estaduais de Política Criminal e Penitenciária; 2 – Os Juízes Sentenciante e da Execução; 3 – O Ministério Público; 4 – Os Conselhos Penitenciários Nacional e Estaduais; 5 – os Departamentos Penitenciários; 6 – o Patronato e as Casas de Albergado; 7 – o Conselho da Comunidade e o Conselho Nacional de Direitos Humanos.

d) Ao juiz da execução penal a LEP disponibiliza vasta e necessária competência jurisdicional (decidir acerca de progressão ou regressão nos regimes, detração, livramento condicional, saídas temporárias, incidentes da execução, revogação ou não da medida de segurança, entre outros). Todavia exclui das suas atribuições judicantes a possibilidade de declarar extinção de punibilidade, mesmo em relação a pena que esteja executando, uma vez que o mérito sentenciante foi analisado pelo juiz da sentença, a quem incumbe, privativamente, tanto extinguir a pena quanto determinar o arquivamento do respectivo processo.

e) Ser objetivo primordial da LEP a efetivação das disposições sentenciantes e decisórias outras de alçada criminal, propiciando condições para a fiel e harmônica integração social do condenado e do interno, atuando, inclusive, sobre encarcerados provisórios. Objetivando prevenir práticas criminosas e orientar o retorno do preso ao meio social de modo satisfatório, é dever do Estado, inclusive quanto ao egresso, prestar efetiva assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social, psicológica e religiosa.

15. (Instituto AOCF - Escrivão de Polícia (PC ES)/2019) À luz da Lei nº 7.210/1984, que disciplina a execução penal, assinale a alternativa correta.

a) Em relação ao trabalho interno, a jornada não será inferior a 4 nem superior a 8 horas semanais.

b) São recompensas regidas pela Lei nº 7.210/84 a concessão de regalias e o elogio.

c) Considera-se egresso, para os fins da Lei de Execução Penal, o liberado definitivo, pelo prazo de 06 meses, a contar da saída do estabelecimento.

d) Ao egresso poderá ser concedida assistência que consiste em alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado e pelo prazo de 3 dias.

e) No trabalho externo, o número máximo de presos será de 15% do total de empregados na obra.

16. (FUNDEP - Defensor Público do Estado de Minas Gerais/2019/VIII) Analise as seguintes afirmativas e a relação proposta entre elas.



I. A classificação dos condenados será feita administrativamente pela Comissão Técnica de Classificação – CTC – que elaborará o programa individualizador e acompanhará a execução das penas, devendo propor ao magistrado, sem caráter vinculativo, as progressões e regressões dos regimes, bem como as conversões.

ISTO REFORÇA A TESE DE QUE

II. é mista ou complexa a natureza jurídica da execução penal, por envolver atividade jurisdicional e administrativa, prevalecendo a primeira, conforme sustenta parte da doutrina.

A respeito dessas afirmativas, assinale a alternativa correta.

- a) As afirmativas I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- b) As afirmativas I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- c) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- d) A afirmativa I é falsa, e a II é verdadeira.

17. (FCC - Defensor Público do Estado do Amazonas/2018/"Prova Anulada") Na execução das penas restritivas de direitos, é correto afirmar:

- a) Inexiste poder disciplinar de autoridade administrativa, pois não é cumprida em ambiente prisional.
- b) É vedada ao juiz da execução a modificação da forma de cumprimento da prestação de serviço à comunidade sob pena de violação da coisa julgada.
- c) O condenado que não for encontrado para iniciar o cumprimento terá a pena convertida em privativa de liberdade em regime fechado.
- d) O descumprimento ou retardo no cumprimento é punido sob o regime da conversão em pena privativa de liberdade, pois não existe falta grave nessa forma de pena.
- e) Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, a conversão da pena não é obrigatória.

18. (FCC - Defensor Público do Estado do Amazonas/2018/"Prova Anulada") A assistência material ao preso

- a) compreende a garantia de instalações higiênicas, além do fornecimento de alimentação e vestuário, que podem ser exigidos judicialmente tanto no plano individual como por meio de tutela coletiva.



- b) garante o apoio assistencial ao preso por entidades de caridade e organizações não-governamentais.
- c) revela o caráter assistencialista da execução penal em prol da ressocialização por meio do trabalho e do estudo.
- d) é um exemplo de contrariedade e oposição entre o disposto na Lei de Execução Penal e nas Regras de Mandela.
- e) consiste na entrega de materiais para trabalho pela direção da unidade prisional, de modo a possibilitar a remição.

19. (FCC - Defensor Público do Estado do Amazonas/2018/"Prova Anulada") O isolamento celular

- a) é a forma correta de cumprimento de pena no Brasil, mas desrespeitada pela prática cotidiana das prisões brasileiras.
- b) deve ser comunicado ao juiz apenas quando se efetivar sob a forma de regime disciplinar diferenciado.
- c) é vedado em cela escura ou constantemente iluminada, segundo as Regras de Mandela.
- d) tem o prazo de duração incompatível com as Regras de Mandela apenas sob a forma de regime disciplinar diferenciado.
- e) não permite o acesso a banho de sol, pois é forma de cumprimento de sanção disciplinar.

20. (CEBRASPE (CESPE) - Defensor Público do Estado de Pernambuco/2018) João cumpria pena no regime semiaberto quando foi flagrado, por agentes penitenciários, com um aparelho de telefone celular em sua cela.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta à luz da jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) O juízo da execução penal poderá decretar de plano a perda da integralidade dos dias remidos por trabalho realizado por João durante o cumprimento da pena.
- b) Embora a conduta de João seja tipificada como falta grave na legislação de execução penal, é dispensável a instauração de procedimento administrativo para apurar o fato.
- c) O prazo para a comutação da pena de João e indulto não será interrompido em razão da falta cometida.
- d) No caso de processo administrativo disciplinar, a oitiva de João poderá ser realizada independentemente do acompanhamento de advogado ou defensor público.



e) O prazo de prescrição da falta praticada por João — portar telefone celular em sua cela — é de cinco anos.

21. (AOCP - Assistente Administrativo (SUSIPE)/2018) Acerca da execução penal, disciplinada na Lei nº 7.210/84, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Os condenados por qualquer crime, doloso ou culposos, serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA, por técnica adequada e indolor.

b) A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

c) Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.

d) O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.

e) Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal.

22. (AOCP - Técnico de Administração e Finanças (SUSIPE)/Administração/2018 (e mais 12 concursos) A Lei de Execução Penal dispõe sobre o trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana. Quanto às previsões legais dessa matéria, assinale a alternativa correta.

a) O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

b) O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 2/4 (dois quartos) do salário mínimo.

c) As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade serão remuneradas.

d) O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.

e) A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/5 (um quinto) da pena.



23. (AOCP - Técnico em Gestão de Infraestrutura (SUSIPE)/Gestão de Informática/2018 (e mais 2 concursos) A Lei de Execução Penal dispõe sobre o condenado e o internado. Acerca desse assunto tratado na Lei nº 7.210/84, assinale a alternativa correta.

- a) Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes, independentemente dos aspectos de sua personalidade, para orientar a individualização da execução penal.
- b) A classificação dos condenados será feita por Comissão Técnica de Classificação existente em cada estabelecimento, que será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 2 (dois) psiquiatras, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.
- c) A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá, dentre outras ações, entrevistar pessoas.
- d) A Comissão Técnica de Classificação não poderá requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado.
- e) O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.

24. (AOCP - Técnico em Gestão de Infraestrutura (SUSIPE)/Gestão de Informática/2018 (e mais 2 concursos) São garantidos aos condenados e internados uma série de assistências previstas na Lei de Execução Penal. Acerca dessas assistências, assinale a alternativa correta.

- a) A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas. O estabelecimento disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração.
- b) A assistência à saúde do preso e do internado ocorre em caráter apenas curativo e compreende o atendimento médico, farmacêutico e odontológico.
- c) As Unidades da Federação não deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, pela Defensoria Pública, dentro e fora dos estabelecimentos penais, sendo obrigação do condenado providenciar defensor particular.
- d) A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. Dessa forma, o ensino de 1º grau será facultativo, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.



e) A assistência ao egresso consiste na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade e na concessão obrigatória de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 3 (três) meses.

25. (AOCP - Técnico em Gestão de Infraestrutura (SUSIPE)/Gestão de Informática/2018 (e mais 2 concursos) Sobre as sanções disciplinares previstas na Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.

a) A sanção de inclusão no regime disciplinar diferenciado será aplicada por ato motivado do diretor do estabelecimento.

b) A sanção de restrição de direitos será aplicada por ato motivado do diretor do estabelecimento.

c) A sanção de suspensão de direitos será aplicada por prévio e fundamentado despacho do juiz competente.

d) A sanção de advertência verbal será aplicada por prévio e fundamentado despacho do juiz competente.

e) Todas as sanções poderão ser aplicadas por ato motivado do diretor do estabelecimento.

26. (AOCP - Técnico em Enfermagem (SUSIPE)/2018) A Lei Federal no 7.210/1984, ao dispor sobre a Execução Penal, apresentou em seu Título II considerações sobre a pessoa do condenado e do internado, tratando de sua classificação e assistência. Com base nessas informações e no contido na respectiva lei, assinale a alternativa correta.

a) A classificação dos condenados ao cumprimento de pena privativa de liberdade em regime fechado servirá para individualizar a aplicação da lei penal, ocasião em que, havendo elementos suficientes para se aferir a personalidade e os antecedentes criminais, não haverá a necessidade de realização de exame criminológico.

b) Como forma de prevenir o crime e orientar o retorno do preso ou do internado à convivência em sociedade, é obrigatório ao Estado, ao Poder Público e à coletividade o dever de assistência material, jurídica, social, educacional, religiosa, social e de saúde.

c) É entendido que o dever de auxílio (estrutural, pessoal e material) das Unidades da Federação à Defensoria Pública, no exercício de suas funções, dentro e fora dos estabelecimentos penais, faz parte da assistência material ao preso e ao internado.

d) No estabelecimento prisional ou de internação, por força da assistência religiosa, haverá local apropriado para os cultos religiosos, respeitando, inclusive, a posse de livros de instrução religiosa.



e) Por ser a implementação de cursos profissionais em nível de iniciação ou aperfeiçoamento técnico uma assistência social ao preso, como forma de sua melhor efetivação, pode ser realizado o convênio com entidades públicas ou particulares.

27. (AOC - Técnico em Enfermagem (SUSIPE)/2018) Direitos, deveres e disciplina fazem parte do cotidiano social e sendo exigidos, também, daqueles que venham a ser recolhidos pelo Estado para o cumprimento da pena derivada de um descumprimento normativo vigente. Assim, conforme determina a Lei das Execuções Penais (LEP), assinale a alternativa correta.

a) O regime disciplinar diferenciado, além de outras sanções, é aplicado ao preso provisório ou ao condenado quando da prática de crime doloso, tendo como uma de suas características a limitação de duas horas diárias de banho de sol.

b) Por não haver condenação definitiva, é garantido os direitos da LEP aos presos provisórios, mas não se aplicam os deveres estipulados na referida lei.

c) Como forma de garantir a segurança nos estabelecimentos prisionais, é vedada a contratação de médico particular por seus familiares ou dependentes do condenado, para orientar e/ou acompanhar o tratamento ambulatorial.

d) A inclusão no regime disciplinar diferenciado ao preso poderá ser aplicada de ofício pelo diretor do estabelecimento.

e) Quando ocorrer um isolamento preventivo, em razão de sua característica (preventiva), não será computado no período de cumprimento da sanção disciplinar.

28. (VUNESP - Investigador de Polícia (PC BA)/2018) De acordo com a Lei de Execução Penal, é correto afirmar que

a) o regime disciplinar diferenciado pode ser imposto tanto ao condenado quanto ao preso provisório, tendo como fundamento a prática de qualquer crime doloso.

b) a permissão de saída é cabível apenas para pessoas presas em regime semiaberto.

c) a saída temporária é permitida para visita à família e é concedida por prazo não superior a 7 (sete.) dias, podendo ser renovada por mais 5 (cinco) vezes durante o ano.

d) a regressão de regime pode ser imposta ao apenado que, no curso da execução, seja condenado, por sentença transitada em julgado, pela prática de crime doloso ou, nos termos do regulamento da penitenciária, incorra na prática de falta média.



e) a inclusão do apenado no regime aberto depende da comprovação de que ele já está trabalhando, porque deve comprovar a capacidade prévia de sustentar-se por meios lícitos.

29. (IESES - Notário e Registrador (TJ AM)/Remoção/2018) Está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade, segundo a Lei de execução penal, o condenado à:

- a) Pena alternativa de liberdade.
- b) Pena de multa.
- c) Pena restritiva de direitos.
- d) Pena privativa de liberdade.

30. (FUNDATEC - Delegado de Polícia (PC RS)/2018) A respeito da execução da pena privativa de liberdade, analise as assertivas a seguir, de acordo com a Lei de Execução Penal, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a doutrina majoritária, respectivamente.

I. Em relação ao trabalho do preso, é possível afirmar que o trabalho externo é autorizado aos condenados que cumprem pena no regime fechado, desde que em serviços ou obras públicas, que poderão ser realizados por órgãos da administração direta ou indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as medidas contra fuga e em favor da disciplina, ou seja, com escolta.

II. A necessidade de respeito à integridade física e moral do preso fez com que, atualmente, o entendimento jurisprudencial seja pela impossibilidade do uso de algemas, a menos que haja resistência e fundado receio de fuga ou perigo à integridade física do preso, o que não inclui riscos à integridade física de terceiros pessoas, pois, nesse caso, serão cabíveis outras providências.

III. É possível aplicar-se o regime disciplinar diferenciado ao preso provisório ou ao condenado sob o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organização terrorista.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.



31. (FGV - Analista Judiciário (TJ AL)/Oficial de Justiça Avaliador/2018) Tício, enquanto cumpria pena em regime aberto, praticou fato definido como falta grave, sendo certo que a Lei nº 7.210/84 traz as consequências diante de tal comportamento.

Considerando as previsões do diploma legal mencionado e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- a)** o reconhecimento de falta grave independe de procedimento administrativo ou judicial, bastando declaração do diretor do estabelecimento penitenciário;
- b)** o reconhecimento de falta grave depende da instauração de procedimento administrativo e, diante dessa natureza, dispensa a exigência de defesa técnica;
- c)** o reconhecimento regular de falta grave pode justificar a regressão per saltum do regime de cumprimento de pena;
- d)** o reconhecimento regular de falta grave pode justificar a perda de todos os dias remidos;
- e)** o reconhecimento regular de falta grave interrompe o prazo para fim de comutação de pena.

32. (FCC - Defensor Público do Estado do Amazonas/2018/"Prova Reaplicada") Sobre a disciplina na execução penal, é correto afirmar que

- a)** o emprego de cela escura é permitido apenas em regime disciplinar diferenciado desde que autorizado pelo juiz competente.
- b)** a tentativa é impunível em razão de escolha legislativa de minoração dos efeitos criminógenos do cárcere.
- c)** comete falta disciplinar de natureza grave aquele que causa acidente de trabalho no cumprimento de pena de prestação de serviços à comunidade.
- d)** a concessão de regalias ao preso como forma de recompensa ao seu bom comportamento é proibida em razão da violação do princípio da igualdade.
- e)** o direito de receber visitas pode ser suspenso como consequência da prática de falta grave em ato fundamentado do diretor da unidade prisional.



33. (FCC - Defensor Público do Estado do Amazonas/2018/"Prova Reaplicada") Conforme a Lei de Execução Penal, o trabalho do preso

- a) sujeita-se aos ditames da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- b) em entidade privada depende de seu consentimento expresso.
- c) deve ser remunerado quando consistir em tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade, sob pena de configurar trabalho escravo.
- d) provisório pode ser interno e externo em razão do princípio da presunção de inocência a que se submete.
- e) deve ser remunerado mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a um salário-mínimo.

34. (CEBRASPE (CESPE) - Delegado de Polícia Federal/2018) Julgue o item que se segue, relativo a execução penal, desarmamento, abuso de autoridade e evasão de dívidas.

Preso provisório não pode ser submetido ao regime disciplinar diferenciado.

35. (FGV - Advogado (ALERO)/2018) Tício, 40 anos, na condição de funcionário público, foi condenado pela prática de crime de peculato em razão do desvio de quantia em dinheiro da Administração Pública, sendo aplicada pena de 06 anos de reclusão. Após ser apenado em regime inicial semiaberto, preencheu o requisito objetivo e pretende a progressão para o regime aberto.

Considerando apenas as informações narradas, é correto afirmar que Tício, para obter a progressão, deverá

- a) se submeter, necessariamente, ao exame criminológico.
- b) reparar o dano, além de preencher os demais requisitos gerais legais.
- c) preencher os requisitos legais e poderá ser fixada como condicional especial para a concessão do regime aberto a prestação de serviços à comunidade.
- d) preencher os requisitos legais e, em regime aberto, deverá cumprir condições gerais e obrigatórias, como não se ausentar da cidade sem autorização judicial, não podendo ser fixadas quaisquer condições especiais não previstas em lei.
- e) comprovar que, necessariamente, restam menos de 4 anos de pena a ser cumprida e que já possui oferta prévia de emprego formal.



36. (IBADE - Guarda de Segurança do Sistema Prisional (SEJUC SE)/2018) O trabalho do preso, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva. Nesse contexto, com relação ao trabalho do preso, é correto afirmar:

- a) O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.
- b) Os doentes ou deficientes físicos não trabalharão em nenhuma hipótese.
- c) As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade também serão remuneradas.
- d) O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender, dentre outros objetivos, ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado.
- e) O preso condenado à pena privativa de liberdade não está obrigado ao trabalho.

37. (IBADE - Guarda de Segurança do Sistema Prisional (SEJUC SE)/2018) Introduzido na Lei de Execuções Penais a partir de 2003, o Regime Disciplinar Diferenciado representa uma subespécie do regime fechado, mais rigoroso e exigente. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) É característica desse regime o recolhimento em cela coletiva com, no máximo, cinco detentos.
- b) O preso terá direito à saída da cela por 1 (uma) hora diária para banho de sol.
- c) A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, a este regime, sem prejuízo da sanção penal.
- d) É característica desse regime a duração máxima de trezentos e sessenta e cinco dias, sem possibilidade de repetição da sanção.
- e) Estará sujeito a este regime o preso provisório ou o condenado sob o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação em crimes hediondos ou de caráter transnacional.

38. (IBADE - Guarda de Segurança do Sistema Prisional (SEJUC SE)/2018) Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que, EXCETO:

- a) tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.



- b) provocar acidente de trabalho.
- c) incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina.
- d) praticar fato previsto como crime culposos.
- e) possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem.

39. (VUNESP - Analista Jurídico (MPE SP)/2018) Em relação às faltas disciplinares previstas na Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.

- a) As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias, graves e gravíssimas.
- b) O regime disciplinar diferenciado não pode abrigar presos provisórios.
- c) A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave.
- d) Comete falta média o condenado à pena privativa de liberdade que provocar acidente de trabalho.
- e) A decisão que reconhece a existência de falta disciplinar em procedimento judiciali forme abreviado dispensa motivação.

40. (IBFC - Agente de Segurança Penitenciário (SEAP MG)/2018) Em conformidade com o previsto na Lei de Execuções Penais, cumpre ao condenado, além das obrigações legais inerentes ao seu estado, submeter-se às normas de execução da pena. Dentre estas obrigações, assinale a alternativa correta quanto ao que pode ser citado como dever do condenado:

- a) exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas, desde que compatíveis com a execução da pena
- b) urbanidade e respeito no trato com os demais condenados
- c) audiência especial com o diretor do estabelecimento
- d) entrevista pessoal e reservada com o advogado
- e) proteção contra qualquer forma de sensacionalismo



41. (IBFC - Agente de Segurança Penitenciário (SEAP MG)/2018) A respeito da disciplina exigida dos internos, durante o cumprimento da prisão provisória ou definitiva, segundo o disposto na Lei de Execuções Penais, assinale a alternativa correta:

- a) no cumprimento de sanções disciplinares, admite-se o emprego de cela escura
- b) na execução das penas privativas de liberdade, o poder disciplinar deverá ser exercido pelo agente penitenciário de maior hierarquia
- c) o condenado à pena restritiva de direitos não se sujeita à disciplina
- d) como decorrência do cometimento de transgressões disciplinares, admite-se a aplicação de sanções coletivas
- e) não deve haver falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar

42. (FCC - Defensor Público do Estado do Maranhão/2018) Sobre os princípios constitucionais que regem a execução penal, é correto afirmar que:

- a) o devido processo legal é garantido na apuração de faltas disciplinares com a sua plena jurisdicionalização na Lei de Execução Penal.
- b) o princípio da proporcionalidade é cumprido na previsão legal de redução da sanção para faltas disciplinares tentadas.
- c) o princípio da intranscendência da pena impede que a progressão de regime ocorra de forma automática.
- d) o princípio da humanidade das penas é violado com a previsão legal de remição pelo estudo.
- e) o princípio da taxatividade é observado na disposição legal da falta grave de posse de celular, mas relativizado pela jurisprudência em prejuízo do condenado.

43. (FCC - Educador Social Penitenciário (IAPEN)/2018) Sobre a assistência educacional na execução penal, é correto afirmar que

- a) o ensino profissionalizante se destina aos presos de baixa periculosidade.
- b) os sistemas de ensino oferecerão aos presos cursos supletivos de educação de jovens e adultos.
- c) o ensino universitário é restrito aos presos em livramento condicional.



- d) disciplinas que estimulem o senso crítico devem ser evitadas por medida de segurança pública.
- e) o ensino fundamental será ministrado de forma voluntária por presos que tenham habilidades específicas.

44. (FCC - Monitor Socioeducativo (FCRIA)/2018) Segundo a Lei de Execução Penal

- a) a progressão de regime é incabível para condenados por crimes graves.
- b) a execução penal tem por objetivo castigar o condenado e infligir sofrimento.
- c) é direito do preso a proteção contra qualquer forma de sensacionalismo.
- d) a remição é o direito de saída nos feriados para os presos do regime semiaberto.
- e) o trabalho externo é vedado aos condenados por crime hediondo por motivo de segurança.

45. (FCC - Defensor Público do Estado do Paraná/2017) Atenção: Esta questão foi anulada pela banca.

Segundo decisões do Superior Tribunal de Justiça, no que se refere às faltas disciplinares graves,

- a) a homologação a posteriori de falta grave ocorrida antes da edição do decreto presidencial impede a declaração do indulto.
- b) a prescrição da falta disciplinar deve ser objeto de regulamentação estadual para ser reconhecida.
- c) o retorno espontâneo do foragido à unidade prisional desconstitui a falta grave de fuga.
- d) a posse de drogas para consumo pessoal não configura falta grave consistente em prática de fato previsto como crime doloso.
- e) é prescindível a realização de processo administrativo disciplinar, desde que haja audiência de justificação judicial, observadas a ampla defesa e contraditório.

46. (FCC - Defensor Público do Estado do Paraná/2017) Lucila cumpria regularmente pena restritiva de direito, consistente em prestação pecuniária equivalente a dois salários mínimos, quando sobreveio, aos autos da execução penal, condenação definitiva à pena privativa de liberdade cujo regime inicial era fechado. Diante disso, o juízo da execução decidiu pela conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.



A decisão judicial

- a) está correta porque há incompatibilidade de cumprimento simultâneo das penas restritiva de direitos e privativa de liberdade, sendo válida a conversão da pena alternativa.
- b) merece reforma porque há compatibilidade de cumprimento simultâneo das penas restritiva de direitos e privativa de liberdade, sendo inválida a conversão da pena alternativa.
- c) está correta porque a pena privativa de liberdade em regime inicial fechado deve prevalecer sobre a pena restritiva de direitos.
- d) merece reforma porque o Juízo da execução deveria promover a suspensão da pena restritiva de direitos, cujo cumprimento seria exigível quando Lucila estivesse no regime aberto.
- e) está correta porque qualquer condenação superveniente torna obrigatória a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.

47. (CEBRASPE (CESPE) - Juiz Estadual (TJ PR)/2017) João, maior de setenta anos de idade ao tempo do fato, foi condenado pelo crime de estelionato à pena privativa de liberdade de quatro anos e três meses de reclusão em regime inicial semiaberto e, ainda, ao pagamento de cinquenta dias-multa, fixado o valor de um vinte avos do salário mínimo vigente.

Nessa situação hipotética, conforme o CPP,

- a) caso o presidente da República conceda a João graça parcial, o benefício não poderá ser recusado.
- b) o juiz poderá, a requerimento do réu, demonstradas as circunstâncias que o justifiquem, permitir que o pagamento da pena de multa se faça em parcelas mensais.
- c) João terá direito ao livramento condicional, preenchidos os requisitos, e somente este ou o seu advogado poderá requerê-lo ao juízo da execução penal, tendo em vista a natureza personalíssima da pena.
- d) o requisito temporal do livramento condicional será reduzido pela metade, em razão de João contar com mais de setenta anos de idade na data do fato.

48. (Com. Exam. (MPE PR) - Promotor de Justiça (MPE PR)/2017) Atenção: Esta questão está desatualizada.

O sentenciado Afonso Garante, que cumpria pena em regime semiaberto, empreendeu fuga da Colônia Penal Agrícola, resultando na regressão do regime prisional. O juiz da execução proferiu



decisão nos seguintes termos: "O apenado fora sancionado com falta grave consubstanciada em fuga, através de procedimento disciplinar administrativo, com observância do contraditório e ampla defesa. Assim, entendo desnecessária nova oitiva em juízo e homologo a falta grave. Com isso, nos termos do inciso I do artigo 118 da LEP, regrido o sentenciado para o regime fechado, devendo ser considerada como data base para nova progressão de regime a data da sua recaptura, por se tratar de infração disciplinar de natureza permanente."

As soluções apresentadas pelo magistrado, consideradas isoladamente – referentes à dispensa da oitiva judicial do apenado e à interrupção do prazo para progressão – na decisão, foram corretas?

Analise as assertivas abaixo e responda:

I) Não, porque a audiência de justificação para prévia oitiva do condenado se constitui em exigência obrigatória na regressão definitiva ao regime mais severo, nos termos da Lei de Execução Penal.

II) Sim, pois se inexistir dúvida sobre a falta grave, a oitiva em juízo se constituiria em medida procrastinatória, apenas repetindo o procedimento já realizado na via administrativa.

III) Não, porque não deve existir alteração da data base para nova progressão, na medida em que o sentenciado foi recapturado e não houve a prática de novo crime durante o período em que ficou foragido.

IV) Sim, porque a prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, nos termos de entendimento sumular do STJ.

V) Não, pois a fuga não se constitui em falta grave e, portanto, não pode gerar regressão de regime e interrupção da contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena.

a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

b) Somente as assertivas I e IV estão corretas.

c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

d) Somente a assertiva II e IV estão corretas.

e) Apenas a assertiva V está correta.

49. (FCC - Juiz Estadual (TJ SC)/2017) O regime disciplinar diferenciado, de cumprimento da pena, apresenta as seguintes características:

I. duração máxima de trezentos e sessenta dias, até o limite de um sexto da pena aplicada.

II. recolhimento em cela individual.



III. visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de duas horas.

IV. o preso terá direito à saída da cela por 2 horas diárias para banho de sol.

V. não poderá abrigar presos provisórios.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) II, III, IV e V.

b) I, II, III e IV.

c) III e IV.

d) I, II e V.

e) I, III e V.

50. (VUNESP - Juiz Estadual (TJ SP)/2017/187º) As faltas disciplinares

a) sujeitam à regressão de regime, após prévia oitiva do condenado, e à perda de até 1/3 (um terço) do tempo remido, recomeçando a contagem a partir da data do reconhecimento administrativo da infração.

b) exigem, para seu reconhecimento no âmbito da execução penal, a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de autodefesa, não ofendendo a Constituição a ausência de defesa técnica.

c) estão sujeitas ao princípio da legalidade, cabendo à legislação local especificar as leves e as médias, admitida a imposição de sanções coletivas e punida a tentativa com a sanção correspondente à falta consumada.

d) de natureza grave permitem a imposição da sanção de isolamento celular por ato motivado do diretor do estabelecimento, com necessária comunicação ao juiz da execução, não podendo exceder a trinta dias.

51. (CEBRASPE (CESPE) - Agente de Segurança Penitenciária (SJDH PE)/2017) Quanto a faltas disciplinares, julgue os itens a seguir.

I A autoridade administrativa deverá comunicar ao juiz da execução a punição pelo cometimento de faltas leves, médias e graves.

II Tentada ou consumada, a conduta ensejadora de falta disciplinar grave será punida com a mesma sanção, sem abrandamento.



III O Regime Disciplinar Diferenciado é modalidade de sanção disciplinar aplicável ao preso condenado, mas não ao preso provisório.

IV O rol de sanções disciplinares previsto na Lei de Execução Penal é taxativo e inextensível.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

52. (Instituto AOCF - Agente Penitenciário (SEJUS CE)/2017) A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- a) Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta poderá ser prestada em outro local somente mediante autorização do Juiz da Vara de Execuções Penais responsável pelo estabelecimento.
- b) A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado, sendo o ensino de 1º grau facultativo, integrando-se no sistema escolar municipal, devendo ser reduzida a pena do preso ou internado que optar pelo estudo.
- c) A assistência ao egresso consiste na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de até 6 (seis) meses, podendo esse prazo ser prorrogado, no máximo, por duas vezes, sendo comprovado, por declaração do assistente social, o empenho na obtenção de emprego.
- d) Fora dos estabelecimentos penais, serão implementados Núcleos Especializados da Defensoria Pública para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos réus, sentenciados em liberdade, egressos e seus familiares, sem recursos financeiros para constituir advogado.

53. (Instituto AOCF - Agente Penitenciário (SEJUS CE)/2017) A prática, dentro do estabelecimento penal, de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasiona subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção



penal, ao chamado regime disciplinar diferenciado. Nesse sentido, qual das características a seguir NÃO é condizente com o referido regime disciplinar diferenciado?

- a) Duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada.
- b) O preso terá direito à saída da cela por apenas 1 hora diária para banho de sol.
- c) Recolhimento em cela individual.
- d) Visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de duas horas.

54. (Instituto AOCF - Agente Penitenciário (SEJUS CE)/2017) Um grupo de presos, com o intuito de subverter a ordem e a disciplina no estabelecimento penal, incita os outros presos a se rebelarem. Nesse sentido, de acordo com o que estabelece a Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/1984), qual medida sancionatória deverá ser aplicada aos presos que incitaram a rebelião?

- a) Deverão ser aplicadas, coletivamente, as sanções previstas para o cometimento de falta grave.
- b) Deverá ser aplicada sanção de recolhimento em cela escura e individual.
- c) Deverão ser aplicadas, coletivamente, as sanções previstas em legislação local para o cometimento de faltas médias.
- d) Deverão ser aplicadas, individualmente, as sanções previstas para o cometimento de falta grave.

55. (CONSULPLAN - Notário e Registrador (TJ MG)/Remoção/2017/"2017.2") A respeito da detração penal, analise as seguintes assertivas:

- I. O tempo de prisão provisória, de prisão administrativa ou de internação, no Brasil ou no estrangeiro, será computado para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade.
- II. Admite-se atualmente, tanto na jurisprudência quanto na doutrina, a detração por prisão ocorrida em outro processo, desde que o crime pelo qual o sentenciado cumpre pena tenha sido praticado anteriormente a seu encarceramento, numa espécie de fungibilidade da prisão.
- III. À luz do disposto no artigo 42 do CP e artigo 111 da Lei de Execução Penal, somente se admite a detração de prisão processual ordenada em outro processo em que absolvido o sentenciado ou declarada tenha sido a extinção da sua punibilidade, quando a data do cometimento do crime de que trata a execução seja posterior ao período pleiteado.



IV. Computa-se, igualmente, o tempo indevidamente cumprido, relativo à condenação por crime posterior, invalidado em decisão judicial recorrível, em favor do réu, como meio de compensar o período de encarceramento decorrente de delito pelo qual restou absolvido.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) III e IV.
- b) I e II.
- c) I, III e IV.
- d) II e III.

56. (CEBRASPE (CESPE) - Defensor Público do Estado de Alagoas/2017) No que diz respeito a trabalho do preso, assinale a opção correta.

- a) Compete à direção do estabelecimento prisional autorizar o trabalho externo.
- b) O preso político está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.
- c) O trabalho externo será admissível para os presos em regime semiaberto somente em serviço ou obras públicas.
- d) A Lei de Execução Penal veda a realização de trabalho interno ou externo ao preso provisório.
- e) O trabalho externo é vedado aos presos em regime fechado.

57. (IBADE - Delegado de Polícia Civil (PC AC)/2017) A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com a seguinte característica, nos moldes da lei de Execução Penal:

- a) duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite da metade da pena aplicada.
- b) recolhimento em cela com, no máximo. 3 detentos.
- c) visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de uma hora.
- d) duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um terço da pena aplicada.



e) o preso terá direito à saída da cela por 2 horas diárias para banho de sol.

58. (IBADE - Advogado (SEJUDH MT)/2017) No que tange às faltas disciplinares previstas na Lei de Execução Penal, assinale a assertiva correta.

- a) Comete falta média o condenado à pena privativa de liberdade que fugir do estabelecimento prisional.
- b) A legislação local especificará as faltas leves, médias e graves, bem como as respectivas sanções.
- c) No Regime Disciplinar Diferenciado, o preso terá direito à saída da cela por 3 horas diárias para banho de sol.
- d) Comete falta grave o condenado à pena restritiva de direitos que provocar acidente de trabalho.
- e) Pune-se a tentativa com a sanção correspondente à falta consumada.

59. (IBADE - Advogado (SEJUDH MT)/2017) A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características:

- a) duração máxima de cento e oitenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada.
- b) o preso terá direito à saída da cela por 3 horas diárias para banho de sol.
- c) recolhimento em cela composta por no máximo dois indivíduos.
- d) duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um quinto da pena aplicada.
- e) visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de duas horas.

60. (IBADE - Advogado (SEJUDH MT)/2017) Segundo o art. 5º da Lei de Execução Penal, os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal, tratando-se, destarte, do princípio da:

- a) igualdade.



- b) legalidade.
- c) jurisdicionalidade.
- d) intransmissibilidade da pena.
- e) individualização da pena.

61. (VUNESP - Defensor Público do Estado de Rondônia/2017) Sobre o trabalho interno do preso, é correto afirmar que

- a) os doentes ou deficientes físicos não podem exercer atividade laboral por expressa disposição legal.
- b) a jornada normal de trabalho não será inferior a 6 (seis) nem superior a 8 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados.
- c) não há na Lei de Execução Penal previsão sobre trabalho do preso provisório.
- d) na atribuição do trabalho não deverão ser levadas em conta as oportunidades oferecidas pelo mercado.
- e) o trabalho não deverá ter como objetivo a formação profissional do condenado, mas tão somente a sua recuperação.

62. (VUNESP - Defensor Público do Estado de Rondônia/2017) Entre os direitos e deveres do condenado, afirma-se corretamente que

- a) não é direito do condenado ter audiência com o diretor do estabelecimento em que cumpre a pena.
- b) não constitui dever do condenado conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina.
- c) não constitui dever do condenado manter asseio na cela.
- d) não constitui direito do condenado a proteção contra qualquer forma de sensacionalismo.
- e) não é direito do condenado manter contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita de forma irrestrita.

63. (VUNESP - Defensor Público do Estado de Rondônia/2017) Em relação à disciplina do preso, assinale a alternativa correta.



- a) O poder disciplinar, na execução da pena privativa de liberdade, será exercido pelo juiz da execução.
- b) A prática de fato previsto como crime doloso não constitui falta grave, pena de, em assim sendo, haver caracterização de *bis in idem*.
- c) A falta grave interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.
- d) O preso sujeito ao regime disciplinar diferenciado pode ficar sujeito ao cumprimento de parte de sua pena em cela escura, desde que se observe o limite de 10% do *quantum* da pena a se cumprir em referida cela.
- e) Pune-se a tentativa com a sanção correspondente à falta disciplinar consumada.

64. (NUCEPE UESPI - Agente Penitenciário (SEJUS PI)/2017) A lei de execução penal garante assistência ao preso. Incumbe ao serviço de assistência social:

- a) Relatar, de forma oral ao diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo preso.
- b) Acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias.
- c) Promover de 2 (dois) em 2 (dois) anos, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação.
- d) Incumbe ao serviço de assistência social providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da Previdência Social e do seguro desemprego.
- e) Não cabe ao serviço de assistência social orientar e amparar, quando necessário, a vítima.

65. (NUCEPE UESPI - Agente Penitenciário (SEJUS PI)/2017) Em relação aos direitos contidos na lei de execução penal impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios. Marque a alternativa que indica direito concedido ao preso:

- a) Proteção contra qualquer forma de sensacionalismo.
- b) Visita controlada e apenas do cônjuge e de parentes.
- c) Chamamento por número.
- d) Audiência especial com o supervisor do estabelecimento.
- e) Representação e petição apenas ao diretor, em defesa de direito.



66. (NUCEPE UESPI - Agente Penitenciário (SEJUS PI)/2017) Entre as sanções disciplinares contidas na lei de execução penal há a aplicação de

- a) Multa.
- b) Advertência escrita, mediante termo assinado por familiar.
- c) Repreensão.
- d) Isolamento na própria cela por 35 (trinta e cinco) dias.
- e) Inclusão no regime disciplinar diferenciado por 3 (três) anos.

67. (Fundação La Salle - Agente Penitenciário (SUSEPE RS)/2017) Considera-se egresso para os efeitos da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal):

- I - o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento.
- II - o liberado condicional, durante o período de prova.
- III - o preso provisório, após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- IV - o reincidente por crime doloso ou culposo.

Das afirmações acima, qual(is) está(ão) correta(s)?

- a) Apenas I, II e III.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas II, III e IV.
- d) Apenas a II.
- e) I, II, III e IV.

68. (IOBV - Oficial Policial Militar (PM SC)/2017) Assinale a alternativa correta em relação às disposições da Lei de Execução Penal:



- a) A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá exclusivamente o atendimento médico e farmacêutico.
- b) Considera-se egresso, nos termos da Lei de Execução Penal, o liberado definitivo, pelo prazo de 2 (dois) anos a contar da saída do estabelecimento penal.
- c) A direção do estabelecimento prisional, mediante decisão fundamentada, poderá incluir o preso no regime disciplinar diferenciado.
- d) A autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até 15 (quinze) dias.
- e) O produto da remuneração do trabalho do preso deverá atender ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada.

69. (IESES - Notário e Registrador (TJ PA)/Remoção/2016) Em relação ao direito do condenado ao trabalho externo é correto afirmar:

- I. O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.
- II. O limite máximo do número de presos será de 20% (vinte por cento) do total de empregados na obra.
- III. A prestação de trabalho à entidade privada depende do consentimento expresso do preso.
- IV. A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/4 (um quarto) da pena.

A sequência correta é:

- a) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- b) Apenas a assertiva II está correta.
- c) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

70. (VUNESP - Juiz de Direito Militar (TJM SP)/2016) Nos termos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, os condenados por crime praticado, dolosamente, com violência de natureza grave contra a pessoa, ou por qualquer dos crimes previstos no art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990,



- a) não terão a identificação de perfil genético incluído em banco de dados sigiloso, mas de livre acesso às autoridades policiais, independentemente de requerimento.
- b) serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético mediante extração de DNA.
- c) não terão extraído o DNA, se submetidos à Justiça Militar, em razão da excepcionalidade da lei de execução.
- d) não poderão ser submetidos à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA, por falta de permissivo legal.
- e) somente poderão ter a identificação de perfil genético verificada pelo Juiz do processo, vedado o acesso às autoridades policiais mesmo mediante requerimento.

71. (INCAB (ex-FUNCAB) - Agente Penitenciário (SEJAP MA)/2016) Acerca do regime disciplinar diferenciado e de acordo com o disposto no art. 52 da Lei nº 7.210/1984, é correto afirmar que:

- a) caso a conduta do preso implique sujeição ao regime disciplinar diferenciado, será relevada a caracterização de falta grave, para que não haja dupla punição pelo mesmo fato.
- b) o regime disciplinar diferenciado tem duração máxima e improrrogável de trezentos e sessenta e cinco dias.
- c) o preso condenado, caso apresente alto risco para a segurança do estabelecimento penal, poderá ser encaminhado ao regime disciplinar diferenciado, o que não ocorre com o preso provisório.
- d) o regime disciplinar diferenciado, em que o preso tem direito a visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, poderá abrigar presos provisórios.
- e) a prática de crime doloso pelo preso condenado, além de implicar falta grave, automaticamente determina sujeição ao regime disciplinar diferenciado.

72. (INCAB (ex-FUNCAB) - Agente Penitenciário (SEJAP MA)/2016) Assinale a alternativa que corretamente contempla sanções disciplinares admitidas pela Lei nº 7.210/1984.

- a) Repreensão; incomunidade absoluta do preso; isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo e suspensão ou restrição de direitos.
- b) Incomunicabilidade absoluta do preso; isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo; advertência verbal e suspensão ou restrição de direitos.



- c) Isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo; repreensão; incomunicabilidade absoluta do preso e advertência verbal.
- d) Advertência verbal; repreensão; suspensão ou restrição de direitos e isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo.
- e) Advertência verbal; repreensão; suspensão ou restrição de direitos e incomunicabilidade absoluta do preso.

73. (INCAB (ex-FUNCAB) - Agente Penitenciário (SEJAP MA)/2016) A Comissão Técnica de Classificação é composta, no mínimo:

- a) pelo juiz da Execução Penal, bem como por fiscais do serviço social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.
- b) por fiscais do serviço social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.
- c) pelo diretor do estabelecimento, que a presidirá, bem como por um chefe de serviço e um psiquiatra, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.
- d) por dois chefes de serviço, um psicólogo, um psiquiatra e um assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos.
- e) pelo diretor do estabelecimento, que a presidirá, bem como por dois chefes de serviço, um psicólogo, um psiquiatra e um assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.

74. (FCC - Defensor Público do Estado da Bahia/2016) No que toca à disciplina carcerária,

- a) são vedadas, pela Lei de Execuções Penais, as sanções coletivas.
- b) depois da Constituição Federal de 1988, qualquer sanção disciplinar deve contar com homologação judicial, tendo em conta a atuação fiscalizatória do juiz.
- c) a Lei de Execuções Penais especifica de forma taxativa as faltas de natureza grave e média, sendo que remete ao legislador local a especificação das faltas de caráter leve.
- d) a autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até vinte dias.
- e) a submissão de preso ao regime disciplinar diferenciado poderá ser determinada pelo diretor da casa prisional, em caráter emergencial e excepcional, sendo que a decisão deverá ser ratificada pelo juiz no prazo máximo de vinte e quatro horas, contadas da efetivação da medida.



75. (CEBRASPE (CESPE) - Agente de Polícia (PC GO)/2016 (e mais 1 concurso) De acordo com a Lei n.º 7.210/1984 — LEP —, a prestação de trabalho

- a) decorrente de pena restritiva de direito deve ser remunerada.
- b) em ambiente externo tem de ser autorizada pelo juiz da execução penal e depende de critérios como aptidão, disciplina e responsabilidade.
- c) a entidade privada depende do consentimento expresso do preso, que terá sua autorização de trabalho revogada se for punido por falta grave.
- d) é obrigatória tanto para o preso provisório quanto para o definitivo.
- e) externo é proibida ao preso provisório e ao condenado que cumpre pena em regime fechado.

76. (CEBRASPE (CESPE) - Agente de Polícia (PC GO)/2016 (e mais 1 concurso) José subverteu a disciplina interna do estabelecimento prisional por ter praticado ato previsto como crime.

Nessa situação hipotética, de acordo com o que prevê a LEP relativamente ao RDD,

- a) o RDD poderá ser aplicado a José pelo diretor do estabelecimento prisional, que, na decisão, deverá considerar o comportamento de José e os motivos de sua prisão.
- b) a submissão de José ao RDD ocorrerá se o crime praticado por ele for tipificado na modalidade dolosa ou culposa, que cause dano ao patrimônio ou à integridade física de outrem.
- c) para que José seja submetido ao RDD, o crime por ele cometido deve ser doloso e ter sido praticado com violência ou grave ameaça a pessoa, hipótese que configura falta grave.
- d) não será admitida a aplicação do RDD a José se ele for um preso provisório, uma vez que a LEP prevê ser requisito para esse regime o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- e) se for submetido ao RDD, José ficará recolhido em cela individual, terá direito a visitas semanais e poderá sair da cela diariamente para banho de sol.

77. (CEBRASPE (CESPE) - Agente de Polícia (PC GO)/2016 (e mais 1 concurso) De acordo com a LEP, se determinado preso provisório cometer crime doloso após o encarceramento, ele estará sujeito ao regime disciplinar diferenciado, sem prejuízo da sanção penal,



- a) mediante decisão da autoridade administrativa competente, independentemente da manifestação do juiz competente.
- b) por decisão da autoridade administrativa competente, precedida da manifestação do MP e da defesa.
- c) caso o novo ato cometido, previsto como crime doloso, seja punível com reclusão.
- d) que poderá limitar o número de pessoas e a duração das visitas semanais.
- e) depois de transitar em julgado eventual decisão condenatória do crime que motivou a sua prisão, pois, como preso provisório, ele não pode ser sujeito ao referido regime.

78. (FAURGS - Médico Psiquiatra (TJ RS)/PJ-J/2016 (e mais 5 concursos) Tendo em vista as disposições da Lei Federal nº 7.210/1984, assinale a alternativa que NÃO constitui um direito do preso.

- a) Atribuição de trabalho e sua remuneração.
- b) Previdência Social.
- c) Constituição de pecúlio.
- d) Alimentação suficiente e vestuário.
- e) Exercício pleno e irrestrito das atividades profissionais e intelectuais anteriores à condenação.

79. (MPE SC - Promotor de Justiça (MPE SC)/2016/40º) A Lei n.7.210/84 (Execução Penal) tratou em capítulo próprio acerca da classificação dos condenados, com o objetivo de orientar a individualização da execução penal. Quanto à identificação dos condenados, todavia, a referida lei padece pela desatualização, inexistindo previsão de coleta de perfil genético como forma de identificação criminal, a exemplo do que já ocorre em outros países.

80. (MPE SC - Promotor de Justiça (MPE SC)/2016/40º) São deveres do condenado, previstos na Lei n.7.210/84: conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina; submissão à sanção disciplinar imposta; indenização à vítima ou aos seus sucessores; indenização ao Estado, quando possível, das despesas realizadas com a sua manutenção, mediante desconto proporcional da remuneração do trabalho.



81. (MPE SC - Promotor de Justiça (MPE SC)/2016/40º) Um dos direitos consagrados aos presos pela Lei n. 7.210/84 é o de manter contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes. A mesma lei, todavia, confere ao diretor do estabelecimento a suspensão ou restrição desse direito, desde que o faça mediante ato motivado.

82. (MPE SC - Promotor de Justiça (MPE SC)/2016/40º) A Lei n. 7.210/84, ao tratar da disciplina do preso, previu a existência do regime disciplinar diferenciado, caracterizando-o. Dispôs que estarão sujeitos a tal regime tanto os presos provisórios como os condenados, nacionais ou estrangeiros, que apresentem alto risco para a ordem e para a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.

83. (IESES - Notário e Registrador (TJ MA)/Remoção/2016) Identifique a afirmativa FALSA nas alternativas abaixo que encontram-se dispostas na Lei de Execução Penal n. 7.210/1984:

a) O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.

b) Na subseção III, Título III da lei acima citada, Das sanções e recompensas dos apenados, verifica-se como sanções disciplinares: advertência por escrito, repreensão, suspensão, isolamento na própria cela e inclusão no regime disciplinar diferenciado.

c) Transitando em julgado a sentença que aplicar pena privativa de liberdade, se o réu estiver ou vier a ser preso, o Juiz ordenará a expedição de guia de recolhimento para a execução.

d) As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias e graves. A legislação local especificará as leves e médias, bem assim as respectivas sanções.

84. (NUCEPE UESPI - Agente Penitenciário (SEJUS PI)/2016) Acerca da Assistência destinada aos presos nos Estabelecimentos Prisionais, pode-se afirmar:

a) a assistência jurídica integral e gratuita é destinada aos presos, independentemente, de seus recursos financeiros para constituir advogado.

b) o ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

c) a assistência social tem por finalidade amparar o preso, doando-lhe auxílio reclusão.



- d) o Brasil sendo um país laico, não é possível assistência religiosa ao preso.
- e) a assistência à saúde do preso terá caráter preventivo e curativo, desde que, exclusivamente, no estabelecimento prisional.

85. (NUCEPE UESPI - Agente Penitenciário (SEJUS PI)/2016) A Lei de Execução Penal estabelece que as faltas disciplinares são classificadas em leves, médias e graves. Marque a alternativa que NÃO trata de falta grave quanto ao condenado à pena privativa de liberdade:

- a) tiver de posse de aparelho celular.
- b) fugir.
- c) participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina.
- d) provocar acidente de trabalho.
- e) não manter sua higiene pessoal e de sua cela.

86. (NUCEPE UESPI - Agente Penitenciário (SEJUS PI)/2016) PEDRO foi condenado por crime de roubo a 9 (nove.) anos de reclusão, tendo a sentença transitada em julgado. Tem início a execução da pena. PEDRO foi encaminhado à penitenciária. Marque a alternativa CORRETA.

- a) Os condenados por crime praticado dolosamente, com violência de natureza grave contra pessoa, serão submetidos, obrigatoriamente à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA, por técnica adequada e indolor.
- b) A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado e dos Municípios, objetivando prevenir as contravenções e orientar o retorno à convivência em sociedade.
- c) A assistência material ao preso e ao internado consistirá somente no fornecimento de alimentação e vestuário segundo a lei de execução penal.
- d) O estabelecimento prisional disporá de instalação e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, sendo proibida a venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração.
- e) Por razões de segurança nas prisões de segurança máxima será assegurado o acompanhamento médico à mulher no pré-natal não sendo possível no pós-parto.



87. (NUCEPE UESPI - Agente Penitenciário (SEJUS PI)/2016) MEVIO é preso condenado e cumpre pena no Sistema Prisional Piauiense, estando, portanto sujeito à disciplina carcerária. Marque a alternativa CORRETA.

- a) MEVIO cometeu falta leve ao simular doença para eximir-se de dever legal.
- b) MEVIO cometeu falta média ao deixar de executar o trabalho e as ordens recebidas.
- c) MEVIO cometeu falta grave ao perturbar o repouso noturno.
- d) MEVIO cometeu falta leve, ao atuar de maneira inconveniente, faltando com os deveres de urbanidade frente aos servidores.
- e) MEVIO cometeu falta média, ao praticar atos de comércio de qualquer natureza, sem autorização.

88. (NUCEPE UESPI - Agente Penitenciário (SEJUS PI)/2016) Ao ato de indisciplina de preso condenado no Sistema Prisional Piauiense deve ser observado o respectivo procedimento disciplinar, sendo cabíveis sanções. Em relação ao tema, é CORRETO afirmar que pode ocorrer:

- a) Advertência escrita.
- b) Suspensão por até 40 (quarenta.) dias.
- c) Restrição de direitos por até 60 (sessenta.) dias.
- d) A advertência escrita de caráter educativo aplicável também às infrações de natureza grave.
- e) O isolamento na própria cela que não pode exceder a 30 (trinta.) dias.

89. (CEBRASPE (CESPE) - Defensor Público do Estado de Pernambuco/2015) Enquanto cumpria pena no regime fechado, João foi acusado da prática de falta disciplinar de natureza grave, cometida em 2/1/2012, consistente na posse de um chip para aparelho celular. Em 14/7/2014, o promotor de justiça requereu o reconhecimento da prática da falta grave e a revogação de todo o tempo remido de João.

A respeito dessa situação hipotética, julgue o próximo item, com base na jurisprudência dominante dos tribunais superiores pertinente a esse tema.

A posse exclusivamente de chip para aparelho celular não caracteriza falta disciplinar de natureza grave.



90. (FGV - Analista (DPE MT)/Advogado/2015) João Fernandes foi condenado à pena de oito anos de reclusão pela prática do crime de estupro de vulnerável. Quando se encontrava em regime semiaberto, foi encontrado na cela com um telefone celular escondido embaixo do seu colchão.

Diante dessa situação, é correto afirmar que João

- a) praticou falta grave e, caso punido, poderá ter todos os seus dias remidos revogados.
- b) não praticou falta grave, pois a execução penal também está sujeita ao princípio da legalidade.
- c) praticou falta grave, mas, mesmo punido, não poderá ter o período de contagem do livramento condicional interrompido.
- d) praticou falta grave e, caso punido, poderá ter até metade dos dias remidos revogados.
- e) praticou falta grave, mas, mesmo punido, não poderá ter aplicada a regressão de regime de cumprimento de pena.

91. (CEBRASPE (CESPE) - Agente Penitenciário Federal/Área 1/2015 (e mais 6 concursos) Julgue o item subsequente, com relação às disposições da Lei de Execução Penal (LEP).

Caso um preso pratique uma falta disciplinar, poderá a autoridade administrativa decretar o isolamento preventivo desse preso, bem como determinar sua inclusão no regime disciplinar diferenciado, no interesse da disciplina e da averiguação do fato.

92. (CEBRASPE (CESPE) - Especialista em Assistência Penitenciária/Enfermagem/2015 (e mais 5 concursos) No próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz das medidas de assistência previstas na Lei de Execução Penal.

Manoel, sentenciado a vinte e cinco anos de reclusão, não reúne condições para custear a contratação de advogado que acompanhe a execução de sua pena. Nessa situação, a assistência jurídica deverá ser garantida pelo Estado, de forma integral e gratuita, sob a responsabilidade da defensoria pública, dentro e fora do estabelecimento penal.



93. (CEBRASPE (CESPE) - Especialista em Assistência Penitenciária/Enfermagem/2015 (e mais 5 concursos) No próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz das medidas de assistência previstas na Lei de Execução Penal.

Pedro, analfabeto, sentenciado a oito anos de reclusão, ingressou no sistema penitenciário, consignando-se em seus registros a falta de instrução fundamental. Nessa situação, é obrigatório que o estabelecimento prisional garanta que Pedro frequente o ensino fundamental nos mesmos moldes e requisitos do sistema escolar da unidade federativa a que pertença esse estabelecimento.

94. (CEBRASPE (CESPE) - Especialista em Assistência Penitenciária/Enfermagem/2015 (e mais 5 concursos) No próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz das medidas de assistência previstas na Lei de Execução Penal.

Um preso, após o cumprimento de pena privativa de liberdade pelo período de dez anos, foi definitivamente liberado e, contados seis meses de sua saída do estabelecimento prisional, ele requereu do Estado a concessão de alojamento e alimentação em estabelecimento adequado, bem como a colaboração para obtenção de trabalho, o que lhe foi negado, dada a sua condição de egresso. Nessa situação, foi correto o indeferimento do pedido, uma vez que o egresso não possui direito à assistência nos termos pretendidos.

95. (CEBRASPE (CESPE) - Especialista em Assistência Penitenciária/Enfermagem/2015 (e mais 5 concursos) No próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz das medidas de assistência previstas na Lei de Execução Penal.

José foi condenado a dezoito anos de reclusão e recolhido a estabelecimento prisional. No curso da execução da pena, ele contraiu doença grave, e foi constatada a impossibilidade de o estabelecimento prisional prover-lhe a assistência médica necessária. Nessa situação, a assistência médica ao preso deverá ser custeada pela família do sentenciado em outro local, desde que haja a autorização expressa do juiz competente.

96. (CEBRASPE (CESPE) - Agente Penitenciário Federal/Área 5/2015) Acerca das políticas de assistência à saúde de pessoas privadas de liberdade no Brasil, julgue o item a seguir.

Conforme previsto na LEP, a assistência à saúde devida à pessoa privada de liberdade no sistema prisional compreende atendimento médico, farmacêutico, odontológico e psicológico.



97. (CEBRASPE (CESPE) - Agente Penitenciário Federal/Área 5/2015) No que se refere às políticas de educação nos estabelecimentos penais, julgue o item.

A legislação brasileira referente à educação no sistema prisional não prevê o emprego da modalidade de educação a distância.

98. (CEBRASPE (CESPE) - Agente Penitenciário Federal/Área 5/2015) Com relação ao trabalho e à assistência social realizados no âmbito do sistema prisional, julgue o item subsequente.

De acordo com a LEP, são considerados egressos tanto o liberado definitivo, pelo prazo de um ano a contar da data de saída do estabelecimento prisional, quanto o liberado condicional, durante o período de prova.

99. (CEBRASPE (CESPE) - Agente Penitenciário Federal/Área 5/2015) Com relação ao trabalho e à assistência social realizados no âmbito do sistema prisional, julgue o item subsequente.

Entre as ações de assistência ao egresso do sistema prisional incluem-se a orientação e o apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade e a concessão, quando necessária, de alojamento e de alimentação em estabelecimento adequado, nos prazos determinados em lei.

100. (CEBRASPE (CESPE) - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/Técnico em Enfermagem/2015) De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), julgue o item a seguir, relativo aos diversos tipos de assistência ao preso, ao internado e ao egresso.

No âmbito da assistência educacional, é garantido o acesso à instrução escolar e à formação profissional ao preso, a quem é facultado cursar o ensino fundamental ou realizar curso de aperfeiçoamento profissionalizante.

101. (CEBRASPE (CESPE) - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/Técnico em Enfermagem/2015) De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), julgue o item a seguir, relativo aos diversos tipos de assistência ao preso, ao internado e ao egresso.

A assistência ao preso e ao egresso é dever do Estado, que age com o objetivo de prevenir o crime e preparar esses indivíduos para o retorno à convivência familiar.



102. (CEBRASPE (CESPE) - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/Técnico em Enfermagem/2015) De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), julgue o item a seguir, relativo aos diversos tipos de assistência ao preso, ao internado e ao egresso.

A assistência médica pode ser prestada ao preso no próprio estabelecimento prisional ou, quando esse estabelecimento não contar com equipamento ou outro recurso necessário, em outro local, mediante autorização do juiz da execução penal para deslocamento do preso.

103. (CEBRASPE (CESPE) - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/Técnico em Enfermagem/2015) De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), julgue o item a seguir, relativo aos diversos tipos de assistência ao preso, ao internado e ao egresso.

Ao serviço de assistência social cabe promover a recreação no estabelecimento prisional e providenciar a obtenção de documentos dos presos assim como os benefícios da previdência social a que essas pessoas tiverem direito.

104. (CEBRASPE (CESPE) - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/Técnico em Enfermagem/2015) Francisco e Júlio foram condenados pela prática de crime. Durante o cumprimento de sua pena, Francisco obteve livramento condicional e está atualmente em período de prova. Júlio foi liberado definitivamente e saiu do estabelecimento prisional há dezoito meses.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o item subsequente com base no que dispõe a LEP.

Júlio é considerado egresso e pode contar com o serviço de assistência social, que lhe deve prestar ajuda na obtenção de trabalho.

105. (CEBRASPE (CESPE) - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/Técnico em Enfermagem/2015) Francisco e Júlio foram condenados pela prática de crime. Durante o cumprimento de sua pena, Francisco obteve livramento condicional e está atualmente em período de prova. Júlio foi liberado definitivamente e saiu do estabelecimento prisional há dezoito meses.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o item subsequente com base no que dispõe a LEP.



Francisco é considerado egresso e, se houver necessidade, poderá ser beneficiado com alojamento e alimentação em estabelecimento adequado por até, no máximo, quatro meses.

106. (CEBRASPE (CESPE) - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/Técnico em Enfermagem/2015) À luz da LEP, julgue o item, referente ao trabalho do preso.

A legislação limita o trabalho feito pelo preso provisório àquele que pode ser realizado no estabelecimento prisional em que o indivíduo se encontra e na medida de suas aptidões e capacidade.

107. (CEBRASPE (CESPE) - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/Técnico em Enfermagem/2015) À luz da LEP, julgue o item, referente ao trabalho do preso.

SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: Joaquim foi condenado por crime grave à pena de reclusão, em regime fechado, da qual já cumpriu um sexto. No município em que está localizado o estabelecimento prisional que abriga Joaquim, será iniciada obra pública de revitalização da região central da cidade. **ASSERTIVA:** Nessa situação, desde que preenchidos os requisitos legais e adotadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina, Joaquim poderá ser autorizado pela direção do estabelecimento prisional a trabalhar na obra.

108. (CEBRASPE (CESPE) - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/Técnico em Enfermagem/2015) À luz da LEP, julgue o item, referente ao trabalho do preso.

As tarefas executadas pelo condenado como cumprimento de pena de prestação de serviço à comunidade não são remuneradas.

109. (CEBRASPE (CESPE) - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/Técnico em Enfermagem/2015) À luz da LEP, julgue o item, referente ao trabalho do preso.

O preso provisório ou condenado a pena privativa de liberdade é obrigado a trabalhar e, pelo trabalho realizado, deve ser remunerado com valor que não pode ser inferior a um salário mínimo.



110. (FCC - Juiz Estadual (TJ SC)/2015) Segundo a Lei de Execução Penal, com relação às faltas disciplinares,

- a) a prática de falta grave implicará a imediata perda do direito à saída temporária.
- b) para que um comportamento seja tipificado como falta disciplinar independentemente da gravidade, em respeito ao princípio da legalidade estrita, deverá estar previsto na Lei nº 7.210/84.
- c) após a apuração de qualquer falta, poderá ser aplicado ao infrator o regime disciplinar diferenciado, a critério do magistrado, desde que este fundamente a decisão.
- d) com base em decreto federal, o prazo para a reabilitação da conduta, a partir do cumprimento da sanção disciplinar, será de doze meses para faltas graves.
- e) a autoridade administrativa, entendendo que é caso de isolamento preventivo, deverá requerer ao juiz a decretação da medida.

111. (FCC - Juiz Estadual (TJ RR)/2015/V) NÃO comete falta grave o condenado a pena privativa de liberdade que

- a) provocar acidente de trabalho.
- b) inobservar o dever de obediência ao servidor.
- c) descumprir, no regime aberto, as condições impostas.
- d) inobservar o dever de execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas.
- e) não revelar urbanidade e respeito no trato com os demais condenados.

112. (FCC - Juiz Estadual (TJ RR)/2015/V) O trabalho é reconhecido como um dever e um direito. Nesse sentido, segundo a Lei de Execução Penal, é correto afirmar que

- a) o trabalho externo será permitido nos regimes aberto e semiaberto, sendo proibido no regime fechado.
- b) o condenado perderá sempre 1/3 dos dias remidos pelo trabalho em caso de cometimento de falta grave, desde que devidamente apurada em processo administrativo e homologada pelo juiz da execução.
- c) a remuneração deverá atender, dentre outras finalidades, as pequenas despesas pessoais do condenado.



d) a autoridade administrativa deverá encaminhar ao juiz, semestralmente, uma cópia dos registros de todos os condenados que estejam trabalhando com informação dos dias trabalhados.

e) o juiz, ao conceder o livramento condicional, poderá, em caráter complementar e facultativo, subordinar o livramento a obtenção de ocupação lícita pelo liberado.

113. (FCC - Juiz Estadual (TJ AL)/2015) A inclusão do sentenciado no regime disciplinar diferenciado

a) é indevida se corresponder a preso provisório.

b) pode ser determinada por ato motivado do diretor do estabelecimento prisional.

c) não pode ultrapassar um sexto da pena aplicada.

d) pode perdurar até 360 dias, vedada a repetição da sanção, ainda que praticada nova falta grave.

e) independe de prévia manifestação da defesa.

114. (FCC - Defensor Público do Estado de São Paulo/2015/VII) Sobre o regime disciplinar na execução penal é correto afirmar que

a) o descumprimento do dever de executar tarefas e ordens recebidas pelo preso configura falta disciplinar de natureza grave, conforme a Lei de Execução Penal.

b) é destinado às penas privativas de liberdade, não existindo faltas graves na execução de pena restritiva de direitos.

c) a condenação em falta disciplinar de natureza grave implica a revogação de um terço do tempo remido pelo trabalho ou estudo.

d) a jurisprudência do STF não admite a relativização da legalidade nas faltas disciplinares, como a aplicação de falta grave pela posse de chip de telefone celular.

e) o cumprimento de sanção disciplinar em cela escura deve ser comunicado pelo diretor ao juiz competente em até dez dias.

115. (FUNIVERSA - Agente de Atividades Penitenciárias (SEGAD DF)/2015) No que se refere ao direito processual penal, julgue o item, segundo o entendimento dos tribunais superiores e da doutrina dominante.



É ilegal a inclusão de preso provisório em regime disciplinar diferenciado, mesmo diante de sua alta periculosidade e de sua liderança em movimento destinado a desestabilizar o sistema prisional, colocando em risco a vida de agentes penitenciários, pois a Lei de Execução Penal assegura ao preso o direito de cumprir sua reprimenda em local que lhe permita contato com seus familiares e amigos.

116. (FCC - Juiz Estadual (TJ PI)/2015) A prática de falta grave

- a) sujeita à regressão de regime, dispensada a prévia oitiva do condenado.
- b) pode consistir no cometimento de crime doloso, desde que consumado.
- c) pode acarretar a revogação de até 1/3 (um terço) do tempo remido, mas não a interrupção para nova contagem.
- d) interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir da decisão judicial definitiva que reconhecer a infração disciplinar.
- e) pode sujeitar o condenado à sanção disciplinar de isolamento na própria cela, por ato motivado do diretor do estabelecimento, comunicado o juízo das execuções.

117. (FCC - Juiz Estadual (TJ PI)/2015) De acordo com a Lei de Execução Penal, é correto afirmar:

- a) A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e sempre sujeitará o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado.
- b) Os condenados por crime praticado, dolosamente, com violência de natureza grave contra pessoa, ou por qualquer dos crimes previstos como hediondos serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA – ácido desoxirribonucleico, por técnica adequada e indolor, que será armazenada em banco de dados sigiloso, conforme regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo.
- c) A classificação do condenado será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador e acompanhará a execução das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos, devendo propor, à autoridade competente, as progressões e regressões dos regimes, bem como as conversões.
- d) O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva, e será admissível para os presos em regime fechado em caráter externo somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, sendo vedado quanto às entidades privadas.



e) É garantida a liberdade de contratar médico de confiança pessoal do internado ou do submetido a tratamento ambulatorial, por seus familiares ou dependentes, a fim de orientar e acompanhar o tratamento, e, em caso de divergência sobre o tratamento, terá prioridade o diagnóstico do médico oficial.

118. (Com. Exam. (MPDFT) - Promotor de Justiça (MPDFT)/2015/31º) "Hércules", cumprindo pena, na Penitenciária do Distrito Federal, pela prática de crime cometido há três anos, já com sentença transitada em julgado, tentou se evadir, agredindo, na ocasião, um agente penitenciário com um soco, causando-lhe lesões corporais graves, mas sendo contido e levado de volta à cela quando estava em cima do muro, prestes a pular para o lado de fora. É CORRETO afirmar que "Hércules":

- a) Responde por crime de evasão mediante violência contra a pessoa e também por crime de lesões corporais graves, nesse último caso, se houver representação da vítima.
- b) Responde somente por crime de evasão mediante violência contra a pessoa, na forma tentada, mas com aplicação de circunstância agravante, na dosagem da pena, por causa da violência empregada.
- c) Tem direito à aplicação de uma causa de diminuição de pena, referente à tentativa, quanto ao crime de evasão mediante violência contra a pessoa.
- d) Tem direito à transação penal, quanto a(os) delito(s) praticado(s) durante a tentativa de fuga.
- e) Responde por falta disciplinar de natureza grave, ainda que a fuga não tenha sido consumada.

119. (VUNESP - Juiz Estadual (TJ PA)/2014) Com relação ao regime disciplinar diferenciado, é correto afirmar que

- a) consiste em um rigoroso regime de cumprimento de pena.
- b) a previsão legal do instituto encontra-se no Código Penal, havendo divergências sobre sua constitucionalidade.
- c) sua previsão legal decorre das modificações introduzidas na Lei de Execução Penal.
- d) se trata de uma sanção disciplinar destinada apenas aos presos condenados.
- e) se trata de um incidente no cumprimento da pena, devidamente previsto na Lei de Execução Penal.



120. (FCC - Defensor Público do Estado do Ceará/2014) As sanções disciplinares de suspensão ou restrição de direitos e de isolamento na própria cela devem ser aplicadas

- a) por ato motivado do diretor do estabelecimento, em ambos os casos.
- b) por ato motivado do diretor do estabelecimento e por prévio e fundamentado despacho do juiz, respectivamente.
- c) por prévio e fundamentado despacho do juiz, em ambos os casos.
- d) por prévio e fundamentado despacho do juiz e por ato motivado do diretor do estabelecimento, respectivamente.
- e) pelo Conselho Penitenciário e por ato motivado do diretor do estabelecimento, respectivamente.

121. (VUNESP - Defensor Público do Estado do Mato Grosso do Sul/2014/XVII) Reformando decisão anterior, o STF, em recurso regimental, recentemente decidiu, nos autos da ação penal 470 ("mensalão"), que

- a) os condenados com mais de 70 (setenta) anos não têm, como regra, direito a prisão domiciliar.
- b) os condenados com doenças graves não têm direito a prisão domiciliar.
- c) o trabalho externo é direito dos condenados, sem necessidade de cumprimento de 1/6 da pena, seja qual for o regime de cumprimento.
- d) os condenados em regime inicial semiaberto não precisam cumprir 1/6 da pena para ter direito ao trabalho externo.

122. (CEBRASPE (CESPE) - Analista Legislativo (CAM DEP)/Área XVII/Consultor Legislativo/2014) No que diz respeito ao sistema penitenciário e à legislação penal e processual penal aplicada à segurança pública, julgue o item seguinte.

Considere que José tenha sido preso e condenado, por sentença transitada em julgado, a cinco anos de prisão em regime fechado e que, tendo ele cumprido um sexto da pena e apresentado aptidão, disciplina e responsabilidade, tenha solicitado autorização da direção do estabelecimento prisional para a prestação de trabalho externo, que lhe foi negada, sob o argumento de que é defeso aos presos nesse regime o trabalho externo em obras públicas realizadas por entidades privadas, ainda que tomadas as precauções contra a fuga e em favor da



disciplina. Nesse caso, a negativa da direção do estabelecimento prisional está em consonância com a legislação vigente aplicada ao caso.

123. (IBFC - Analista Judiciário (TRE AM)/Judiciária/2014) Constitui sanção disciplinar prevista na Lei de Execução Penal:

- a) Advertência por escrito.
- b) Inclusão no regime disciplinar diferenciado.
- c) Perda do contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita.
- d) Restrição de direitos limitada a 60 (sessenta) dias.

124. (IBFC - Agente de Segurança Penitenciário (SEAP MG)/2014) NÃO é falta grave, prevista na Lei de Execução Penal, cometida pelo condenado à pena privativa de liberdade:

- a) Fugir.
- b) Provocar acidente de trabalho.
- c) Descumprir, no regime aberto, as condições impostas.
- d) Retardar, injustificadamente, o cumprimento da obrigação imposta.

125. (BFC - Agente de Segurança Penitenciário (SEAP MG)/2014) Indique a alternativa que está de acordo com as disposições gerais que disciplinam o trabalho do preso:

- a) O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.
- b) O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.
- c) As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade serão remuneradas.
- d) Ressalvadas outras aplicações legais, será depositada a parte restante para constituição do pecúlio, em Caderneta de Poupança, que será entregue à família do preso, visando sua subsistência.



126. (IBFC - Agente de Polícia Judiciária (PC SE)/2014) Segundo a Lei De Execuções Penais (Lei nº 7.210/84), são características do Regime Disciplinar Diferenciado, exceto:

- a) Duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada.
- b) Direito à saída da cela por duas horas diárias para banho de sol.
- c) Necessidade do trânsito em julgado da sentença condenatória para aplicação da medida.
- d) Recolhimento em cela individual.

127. (IBFC - Agente Penitenciário (SEAP BA)/2014) Assinale a alternativa correta. Segundo a Lei de execuções penais, constitui sanção disciplinar que não poderá ser aplicada pelo diretor do estabelecimento penal, sem prévio e fundamentado despacho do juiz:

- a) Advertência verbal.
- b) Repreensão.
- c) Inclusão no regime disciplinar diferenciado.
- d) Isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo.
- e) Suspensão ou restrição de direitos.

128. (FAURGS - Assistente Social (TJ RS)/Classe PJ-J/2014) Considere as afirmativas abaixo, com relação à Lei de Execução Penal.

I - A pena privativa de liberdade não superior a 2 (dois) anos poderá ser convertida em restritiva de direito, desde que presentes determinadas condições.

II - Constituem direitos do preso: alimentação suficiente e vestuário, atribuição de trabalho e sua remuneração, assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa, dentre outros.

III - Não é função do juiz da execução designar entidade ou programa comunitário ou estatal, devidamente credenciado ou convencionado, junto ao qual o condenado deverá trabalhar gratuitamente, de acordo com as suas aptidões.



IV - O juiz poderá suspender, pelo período de 2 (dois) a 3 (três) anos, a execução da pena privativa de liberdade não superior a 2 (dois) anos.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas III e IV.
- e) Apenas I, II e IV.

129. (Com. Exam. (MPE PR) - Promotor de Justiça (MPE PR)/2014) Sobre o regime disciplinar diferenciado, aponte a alternativa correta:

- a) O regime disciplinar diferenciado terá duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo da repetição da sanção por nova falta grave, de qualquer espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada;
- b) Por meio de ato motivado, o diretor do estabelecimento prisional poderá determinar a inclusão do preso no regime disciplinar diferenciado, não se prescindindo da posterior homologação judicial;
- c) Somente estará sujeito ao regime disciplinar diferenciado o condenado sob o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas quadrilha ou bando;
- d) A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou da disciplina internas, sujeita o condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado;
- e) O preso submetido ao regime disciplinar diferenciado não terá direito a visitas.

130. (MPE SC - Promotor de Justiça (MPE SC)/2014/39º) Considera-se egresso para efeitos da Lei de Execução Penal o liberado definitivo, pelo prazo de um ano a contar da saída do estabelecimento no qual estava recolhido, e o que estiver cumprindo livramento condicional, durante o período da prova.



131. (INCAB (ex-FUNCAB) - Técnico em Defesa Social (SCJ TO)/Masculino e Feminino/2014) Em conformidade com a Lei de Execução Penal, a assistência ao egresso consiste na orientação e apoio para:

- a) promover a sua reeducação.
- b) inseri-lo no sistema educacional.
- c) propiciar-lhe atividades religiosas.
- d) reintegrá-lo à vida em liberdade.

132. (INCAB (ex-FUNCAB) - Técnico em Defesa Social (SCJ TO)/Masculino e Feminino/2014) A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno destes à convivência em sociedade. A assistência, de acordo com a Lei de Execução Penal, será:

- a) médica, odontológica, psicológica, sexual, preventiva e curativa.
- b) material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.
- c) previdenciária, orçamentária, jurídica, preventiva, social e familiar.
- d) familiar, sexual, médica, previdenciária, educacional e laborativa.

133. (INCAB (ex-FUNCAB) - Técnico em Defesa Social (SCJ TO)/Masculino e Feminino/2014) A Lei de Execução Penal estabelece que o trabalho externo será admissível somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que adotadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina:

- a) para os presos que cumprem a pena em regime fechado.
- b) exclusivamente para os apenados em regime semiaberto.
- c) como medida punitiva por atos indisciplinados.
- d) independentemente do consentimento ou concordância do preso.



134. (INCAB (ex-FUNCAB) - Técnico em Defesa Social (SCJ TO)/Masculino e Feminino/2014) Dentre as sanções disciplinares previstas na Lei de Execução Penal, aquela cuja aplicação depende de prévio e fundamentado despacho do juiz competente é a:

- a) advertência verbal.
- b) inclusão no regime disciplinar diferenciado.
- c) repreensão.
- d) suspensão ou restrição de direitos.

135. (INCAB (ex-FUNCAB) - Analista em Defesa Social (SCJ TO)/Serviço Social/2014) A assistência ao egresso estabelecida na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), define a emissão de documento comprobatório pelo assistente social nos casos de prorrogação do prazo de concessão de:

- a) trabalho protegido.
- b) alojamento e alimentação.
- c) visitas familiares.
- d) reingresso escolar

136. (INCAB (ex-FUNCAB) - Analista Socioeducador (SCJ TO)/Terapia Ocupacional/2014) A Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984) – LEP – é a regulamentação de um padrão mínimo exigido para o sistema penitenciário. Segundo ela, a assistência ao preso objetiva prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Para que isso aconteça, a LEP aponta as seguintes diretrizes, EXCETO:

- a) a classificação dos condenados se dá por meio de avaliação de seus antecedentes e personalidade.
- b) o condenado à pena privativa está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidades.
- c) a jornada de trabalho do preso não será inferior a 6 horas tampouco superior a 8 horas.
- d) é conferido o direito ao condenado primário de prestar trabalho externo logo que cumprido um sexto da pena.



137. (FUNDEP - Promotor de Justiça (MPE MG)/2014/LIV) Sobre o regime disciplinar diferenciado, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Poderá abrigar condenados, nacionais ou estrangeiros, que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.
- b) Está sujeito o condenado sob o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas.
- c) É aplicável ao preso provisório que pratique fato previsto como crime doloso e que ocasione subversão da ordem e disciplina internas, sem prejuízo da sanção penal.
- d) Tem duração máxima de 360 (trezentos e sessenta.) dias, sem prejuízo de repetição por nova falta grave, até o limite de 1/4 (um quarto) da pena.

138. (CEFETBAHIA - Estagiário (DPE BA)/Jurídico/2014) Consoante a Lei de Execução Penal Brasileira (Lei nº 7.210/84), marque com V as afirmativas verdadeiras e com F, as falsas.

- () Os condenados ou presos provisórios por crime praticado, dolosa ou culposamente, com grave ameaça ou violência de natureza grave contra pessoa, ou por qualquer dos crimes previstos na Lei de Crimes Hediondos (Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990), serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA - ácido desoxirribonucleico - por técnica adequada e indolor.
- () Fora dos estabelecimentos penais, serão implementados Núcleos Especializados da Defensoria Pública para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos réus, sentenciados em liberdade, egressos e seus familiares, sem recursos financeiros para constituir advogado.
- () A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado.
- () O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos não continuará a beneficiar-se com a remição de pena.

A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a

- a) V V V V
- b) V V F F
- c) V F F V



d) F V V F

e) F F V V

139. (FCC - Defensor Público do Estado do Amazonas/2013) O regime disciplinar diferenciado

a) não permite saída diária da cela.

b) terá duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave da mesma espécie, até o limite de um terço da pena aplicada.

c) permite visitas semanais de duas pessoas, incluídas as crianças, com duração de duas horas.

d) terá duração máxima de trezentos e sessenta dias, vedada a repetição da sanção por nova falta grave da mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada.

e) pode ser imposto aos presos provisórios.

140. (FGV - Agente Penitenciário (SEJAP MA)/2013) As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias e graves.

As alternativas a seguir apresentam faltas graves segundo a lei de execução penal, à exceção de uma. Assinale-a.

a) Deixar de conservar em ordem os objetos de uso pessoal.

b) Fugir.

c) Tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.

d) Descumprir, no regime aberto, as condições impostas.

e) Faltar com o dever de obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deve relacionar-se.

141. (CEBRASPE (CESPE) - Procurador do Distrito Federal/2013) Atenção: Esta questão foi anulada pela banca.



O juiz da vara de execuções penais negou ao condenado o direito de receber visita da mãe pelo fato de ela ter sido condenada em sentença transitada em julgado por tentar adentrar o presídio transportando 100 g de maconha na cavidade vaginal. Na época da negativa, ela encontrava-se cumprindo sua pena no regime aberto.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Em situações semelhantes à da hipótese em questão, é permitido ao condenado a quem se negou o direito de receber a visita impugnar a decisão por meio de agravo em execução, devendo o tribunal afastar a restrição, pois ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei que o obrigue.

142. (CEBRASPE (CESPE) - Procurador do Distrito Federal/2013) Atenção: Esta questão foi anulada pela banca.

O juiz da vara de execuções penais negou ao condenado o direito de receber visita da mãe pelo fato de ela ter sido condenada em sentença transitada em julgado por tentar adentrar o presídio transportando 100 g de maconha na cavidade vaginal. Na época da negativa, ela encontrava-se cumprindo sua pena no regime aberto.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

O juiz agiu corretamente, pois quem já foi condenado por traficar drogas em presídio oferece riscos ao ambiente emocionalmente instável da penitenciária.

143. (CEBRASPE (CESPE) - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/Técnico em Enfermagem/2013) Com relação aos estabelecimentos penais federais, julgue o item seguinte.

Os estabelecimentos penais federais destinam-se a promover a execução administrativa das medidas restritivas de liberdade dos presos, provisórios ou condenados, inclusive daqueles sujeitos a regime disciplinar diferenciado.

144. (CEBRASPE (CESPE) - Agente Penitenciário Federal/2013) A respeito de controle e responsabilização da administração, julgue o item seguinte.

São considerados egressos os presos liberados definitivamente, pelo prazo de um ano, contado a partir da saída do estabelecimento penal.



145. (FCC - Defensor Público do Estado de São Paulo/2013/VI) Em relação à questão de gênero no sistema penal brasileiro é correto afirmar que

- a) o relacionamento homoafetivo fora dos dias de visita constitui falta disciplinar de natureza grave, pois pode subverter a ordem e a disciplina da unidade prisional.
- b) a criminologia crítica demonstrou que a mulher tem maior tendência para cometer crimes passionais.
- c) os estabelecimentos penais destinados a mulheres devem ser dotados de estrutura adequada para que possam cuidar de seus filhos e amamentá-los até o período máximo de seis meses de idade.
- d) caso a mulher presa seja surpreendida na posse de uma bateria de telefone celular comete falta disciplinar de natureza grave, que acarreta a perda de convivência com seu filho na unidade prisional.
- e) o Decreto Presidencial de Indulto pode prever lapsos temporais menores para obtenção de indulto pelas mulheres.

146. (CEBRASPE (CESPE) - Agente de Polícia (PC DF)/2013) De acordo com a Lei de Execução Penal — Lei n.º 7.210/1984 —, julgue o item subsequente.

O preso provisório, mesmo que apresente alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade, não poderá ser submetido ao regime disciplinar diferenciado, que é destinado apenas aos presos condenados.

147. (CEBRASPE (CESPE) - Agente de Polícia (PC DF)/2013) De acordo com a Lei de Execução Penal — Lei n.º 7.210/1984 —, julgue o item subsequente.

Os condenados pela prática de qualquer crime hediondo serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA, por técnica adequada e indolor.

148. (IBFC - Analista de Promotoria (MPE SP)/Assistente Jurídico/2013) Acerca do Regime Disciplinar Diferenciado, analise as assertivas abaixo:

- I. Sujeita o preso a recolhimento em cela individual, com visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de uma hora.



II. Estará igualmente sujeito ao regime disciplinar diferenciado o preso provisório, apenas, se sobre ele recair em fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando.

III A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado.

IV. A inclusão no regime disciplinar diferenciado constitui sanção disciplinar, todavia, ao contrário das demais sanções, é aplicada por decisão judicial.

Esta correto, apenas, o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II, III.
- e) II, III e IV.

149. (COPS UEL - Agente Penitenciário (DEPEN PR)/2013) Nos casos legais de submissão do condenado à identificação do seu perfil genético, é correto afirmar que essa identificação

- a) será armazenada em banco de dados sigiloso.
- b) será realizada mediante extração de tecido muscular.
- c) é condicionada à autorização do condenado.
- d) é obrigatória para os condenados por crimes contra o patrimônio.
- e) deve ser realizada na presença da autoridade judicial.

150. (COPS UEL - Agente Penitenciário (DEPEN PR)/2013) Quanto aos atendimentos de caráter preventivo que integram a assistência à saúde do preso e do internado, considere os itens a seguir.

- I. Psicológico.



II. Médico.

III. Farmacêutico.

IV. Odontológico.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

151. (COPS UEL - Agente Penitenciário (DEPEN PR)/2013) Para os efeitos da Lei de Execução Penal, a contar da saída do estabelecimento, o liberado definitivo é considerado egresso pelo prazo de

- a) 3 meses.
- b) 6 meses.
- c) 1 ano.
- d) 1 ano e 6 meses.
- e) 2 anos.

152. (COPS UEL - Agente Penitenciário (DEPEN PR)/2013) Sobre os elementos que constituem direitos do preso, considere as afirmativas a seguir.

- I. Previdência social.
- II. Constituição de pecúlio.
- III. Chamamento numérico.
- IV. Escolha de local de trabalho.



Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

153. (COPS UEL - Agente Penitenciário (DEPEN PR)/2013) Ressalvada a hipótese do regime disciplinar diferenciado, o isolamento, a suspensão e a restrição de direitos não podem exceder a

- a) 15 dias.
- b) 30 dias.
- c) 45 dias.
- d) 60 dias.
- e) 90 dias.

154. (Com. Exam. (MPE PR) - Promotor de Justiça (MPE PR)/2013) Analise as alternativas abaixo e assinale a opção incorreta:

- a) A inclusão do apenado no regime disciplinar diferenciado ou no isolamento preventivo depende de despacho ou decisão judicial fundamentada;
- b) O falecimento de tio não autoriza a permissão de saída do condenado em regime fechado ou do preso provisório;
- c) O juízo da execução pode alterar a forma de execução da prestação de serviços à comunidade, estabelecida em sentença condenatória transitada em julgado;
- d) Nas faltas disciplinares (leves, médias e graves), pune-se a tentativa com a mesma sanção aplicada às faltas consumadas;
- e) A suspensão condicional da pena (sursis), aos condenados maiores de 70 (setenta) anos, é cabível quando a pena privativa de liberdade não for superior a 04 (quatro) anos.



155. (MPE SC - Promotor de Justiça (MPE SC)/2013/38º) Consoante a Lei n. 7210/84, os condenados serão classificados, na sua totalidade, segundo os seus antecedentes, personalidade e culpabilidade, para orientar a individualização da execução penal.

156. (MPE SC - Promotor de Justiça (MPE SC)/2013/38º) De acordo com a lei de execução penal o poder disciplinar, na execução da pena privativa de liberdade, será exercido pela autoridade judicial.

157. (CEBRASPE (CESPE) - Juiz Estadual (TJ PI)/2012) Assinale a opção correta com referência à execução penal (Lei n.º 7.210/1984).

a) O condenado que esteja cumprindo pena em regime fechado, semiaberto ou aberto poderá remir, por trabalho, parte do tempo de execução, à razão de um dia de pena a cada três de trabalho.

b) O condenado ao cumprimento, em regime fechado, de pena privativa de liberdade será submetido a exame criminológico para a obtenção de elementos necessários à adequada classificação, com vistas à individualização da execução.

c) Fora dos estabelecimentos penais, serão implementados núcleos especializados da defensoria pública para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita apenas aos réus já sentenciados que se encontrem em liberdade.

d) Permite-se a assistência religiosa aos presos, mas não a participação destes nos serviços organizados no estabelecimento penal nem a posse de livros de instrução religiosa.

e) O liberado definitivo será considerado egresso até o prazo de cinco anos a contar da saída do estabelecimento penal, podendo ser-lhe concedidos, em tal período, alojamento e alimentação em estabelecimento adequado.

158. (CEBRASPE (CESPE) - Juiz Estadual (TJ BA)/2012) No que concerne à execução penal, assinale a opção correta.

a) A realização de exame psiquiátrico é obrigatória a todos os condenados por crimes hediondos.

b) Caso o condenado por crime hediondo cometa falta grave, o juiz da execução poderá revogar até três quintos do tempo remido.



- c) A monitoração eletrônica não se aplica ao condenado que, cumprindo pena em regime semiaberto, obtenha autorização de saída temporária do estabelecimento para visita à família, sem vigilância direta.
- d) Se o condenado fugir ou for flagrado na posse de aparelho telefônico que lhe permita comunicar-se com o ambiente externo, será interrompido o prazo para a obtenção do livramento condicional.
- e) Nos termos da lei, está sujeito ao regime disciplinar diferenciado o preso provisório sobre o qual recaiam fundadas suspeitas de participação, a qualquer título, em quadrilha ou bando.

159. (CEBRASPE (CESPE) - Promotor de Justiça (MPE TO)/2012) Nilo, definitivamente condenado pela prática de diversos crimes hediondos a uma pena total de setenta e dois anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, foi capturado pela polícia, após passar determinado período de tempo foragido, e, então, começou a cumprir sua pena. Logo após a prisão, Nilo adoeceu e teve de ser encaminhado ao serviço médico oficial do presídio, setor onde deveria, segundo laudo emitido por um dos profissionais que o atenderam, permanecer para que fosse submetido a tratamento. Ciente da condição de Nilo, sua família contratou um médico particular, de sua confiança, para acompanhar o tratamento. Esse médico emitiu um laudo em que apontava que Nilo, dada a gravidade de seu estado de saúde, deveria ser tratado em estabelecimento médico particular, fora do presídio, portanto.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei de Execução Penal — Lei n.º 7.210/1984 —, as divergências existentes nos referidos laudos deverão ser resolvidas pelo(a)

- a) comissão técnica que atua junto ao juízo da execução.
- b) chefe do serviço médico prisional.
- c) diretor do presídio.
- d) conselho penitenciário.
- e) juiz da execução.

160. (CEBRASPE (CESPE) - Promotor de Justiça (MPE TO)/2012) De acordo com a Lei de Execução Penal, incumbe ao

- a) serviço de assistência material colaborar com o egresso do sistema prisional para que ele obtenha trabalho.



- b) serviço de assistência social relatar, por escrito, ao diretor do estabelecimento os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo preso assistido.
- c) serviço de assistência jurídica acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias dos presos.
- d) serviço de assistência social acompanhar a formação profissional do preso e do internado.
- e) serviço de assistência à saúde conhecer os resultados dos diagnósticos ou exames.

161. (VUNESP - Notário e Registrador (TJ SP)/Remoção/2012/8º) Durante a execução da pena privativa de liberdade, ressalvada a hipótese de regime disciplinar diferenciado, é vedada(o)

- a) a concessão de regalias.
- b) a suspensão de direitos por mais de 30 dias.
- c) o isolamento na própria cela.
- d) a restrição de direitos.

162. (VUNESP - Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (SEJUS ES)/2012) Incumbe ao serviço de assistência social:

- a) estabelecer que o ensino profissional seja ministrado em nível de especialização ou de formação técnica.
- b) acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias.
- c) proporcionar nos estabelecimentos penais locais apropriados destinados ao atendimento pelo Defensor Público.
- d) cuidar para que nenhum preso ou internado deixe de participar de atividade religiosa.
- e) tratar da saúde do preso e do internado em caráter terapêutico e ressocializador.

163. (VUNESP - Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (SEJUS ES)/2012) Considera-se egresso, para os efeitos da Lei de Execução Penal:



- a) o liberado, a contar da saída do estabelecimento, seja condenado ou provisório, pelo prazo de 1 (um) ano.
- b) o liberado, a contar da saída do estabelecimento, seja condicional ou provisório, pelo prazo de 1 (um) ano.
- c) o liberado condenado, a contar da saída do estabelecimento e o liberado condicional, pelo prazo de 1 (um) ano.
- d) o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento e o liberado condicional, durante o período de prova.
- e) o liberado condicional, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento e o definitivo, durante o período de prova.

164. (VUNESP - Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (SEJUS ES)/2012) O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade

- a) educativa e produtiva.
- b) de apoio para obtenção de alojamento e alimentação.
- c) curativa, apesar de não ser obrigatória.
- d) de orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade.
- e) de entretenimento e apoio psicológico.

165. (VUNESP - Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (SEJUS ES)/2012) Constituem deveres do condenado:

- a) constituição de pecúlio e poupança.
- b) obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se.
- c) chamamento nominal do cônjuge e amigos em dias determinados.
- d) retribuição ao trabalho e sua remuneração.
- e) assistência material, à saúde, jurídica e educacional.



166. (VUNESP - Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (SEJUS ES)/2012) Na execução das penas restritivas de direitos, o poder disciplinar será exercido

- a) pela autoridade administrativa a que estiver sujeito o condenado.
- b) pelo juiz da condenação criminal.
- c) pela autoridade judicial a que estiver sujeito o egresso.
- d) pelo juiz da execução penal.
- e) pela autoridade judicial a que estiver sujeito o condenado.

167. (VUNESP - Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (SEJUS ES)/2012) Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que

- a) incitar ou participar de movimento para impor a ordem ou a disciplina.
- b) sofrer acidente de trabalho quando em liberdade.
- c) descumprir, no regime aberto, as condições impostas.
- d) possuir, devidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem.
- e) descumprir as regras da liberdade assistida.

168. (VUNESP - Agente Penitenciário (SEJUS ES)/2012) As recompensas têm em vista o bom comportamento reconhecido em favor do condenado, de sua colaboração com a disciplina e de sua dedicação ao trabalho. É(são) recompensa(s):

- a) o recolhimento em cela individual ou abrigo.
- b) a inclusão no regime disciplinar diferenciado e multidisciplinar.
- c) o elogio e a concessão de regalias.
- d) as visitas semanais de duas pessoas além de crianças.
- e) o direito à saída da cela por 2 horas diárias para banho de sol.



169. (VUNESP - Agente Penitenciário (SEJUS ES)/2012) A autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até

- a) uma semana.
- b) 24 (vinte e quatro) horas.
- c) 3 (três) dias.
- d) 30 (trinta) dias.
- e) 10 (dez) dias.

170. (CEPERJ - Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária (SEAP RJ)/2012) Consoante a Lei de Execução Penal, os condenados serão classificados, segundo seus antecedentes e sua personalidade, para orientar a individualização da execução penal. Essa classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação presidida pelo:

- a) Diretor do estabelecimento
- b) Juiz da Execução
- c) Promotor de Justiça
- d) Secretário de Justiça
- e) Presidente do Conselho Criminal

171. (CEPERJ - Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária (SEAP RJ)/2012) A assistência material ao preso e ao internado, nos termos da Lei de Execução Penal, consistirá no fornecimento de:

- a) jornais e revistas
- b) alimentação e vestuário
- c) remuneração e instalações higiênicas
- d) esporte e lazer
- e) educação e saúde



172. (CEPERJ - Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária (SEAP RJ)/2012) A assistência à saúde do preso e do internado, nos termos da Lei de Execução Penal, abrangerá a:

- a) médica
- b) fisioterápica
- c) estética
- d) religiosa
- e) trabalhista

173. (CEPERJ - Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária (SEAP RJ)/2012) Nos termos da Lei de Execução Penal, as Unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, dentro e fora dos estabelecimentos penais, prestados pelo seguinte órgão:

- a) Ordem dos Advogados do Brasil
- b) Assistência Jurídica municipal
- c) Defensoria Pública
- d) Ministério Público estadual
- e) Procuradoria do Estado

174. (CEPERJ - Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária (SEAP RJ)/2012) A assistência educacional compreenderá, nos termos da Lei de Execução Penal, o seguinte aspecto:

- a) instrução escolar básica
- b) formação superior geral
- c) ensino especial fundamental
- d) pós-graduação em Direito
- e) formação de magistério popular



175. (CEPERJ - Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária (SEAP RJ)/2012) Considera-se egresso, para fins da Lei de Execução Penal, o liberado em definitivo, a contar da saída do estabelecimento, pelo prazo de:

- a) seis meses
- b) dois anos
- c) três anos
- d) um ano
- e) cinco anos

176. (CEPERJ - Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária (SEAP RJ)/2012) O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior, em relação ao salário mínimo, à seguinte fração:

- a) $\frac{3}{5}$
- b) $\frac{1}{2}$
- c) $\frac{1}{5}$
- d) $\frac{2}{4}$
- e) $\frac{3}{4}$

177. (CEPERJ - Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária (SEAP RJ)/2012) O trabalho externo será admissível, para presos em regime fechado, somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra fuga e em favor da disciplina, e nos termos da Lei de Execução Penal, poderá, em relação ao total de empregados da obra, corresponder ao limite máximo de:

- a) 10%
- b) 20%



- c) 30%
- d) 40%
- e) 50%

178. (CEPERJ - Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária (SEAP RJ)/2012) O condenado possui inúmeros deveres a cumprir previstos na Lei de Execução Penal, dentre os quais não se inclui:

- a) comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença
- b) obediência ao servidor e respeito a todos com quem deva relacionar-se
- c) urbanidade e respeito no trato com os demais condenados
- d) participação dos movimentos coletivos de fuga ou de subversão à ordem
- e) execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas

179. (CEPERJ - Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária (SEAP RJ)/2012) No âmbito das faltas disciplinares que podem ser cometidas pelo condenado preso, segundo a Lei de Execução Penal, é considerado de natureza grave:

- a) trabalhar voluntariamente
- b) conservar objetos de uso pessoal
- c) usar de bebida alcoólica
- d) não indenizar o Estado das despesas realizadas
- e) possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem

180. (CEPERJ - Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária (SEAP RJ)/2012) No regime disciplinar diferenciado, concorre a seguinte característica:

- a) duração máxima de setecentos e vinte dias



- b) recolhimento em cela coletiva
- c) visita semanal proibida
- d) direito à saída da cela por 2 horas diárias para banho de sol
- e) repetição do regime por nova falta grave não é possível

181. (FCC - Analista Judiciário (TJ RJ)/Assistente Social/2012) Conforme a Lei de Execução Penal (LEP), a Assistência Social deverá ser

- a) material, jurídica, moral, social, disciplinar e inclusiva.
- b) jurídica, preventiva, de seguridade, educacional, protetiva e social.
- c) inclusiva, jurídica, inter-relacional, processual, protetiva e sanitária.
- d) material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.
- e) religiosa, moral, jurídica, social, material e prisional.

182. (IESES - Notário e Registrador (TJ RN)/Ingresso/2012) É certo afirmar:

- I. Em determinados casos o ordenamento jurídico vigente permite ao ofendido ou a quem legalmente o represente, o direito de promover a ação penal.
- II. Somente o juiz da execução penal é competente para julgar e aplicar as sanções decorrentes das faltas disciplinares cometidas pelos presos.
- III. Guia de recolhimento e guia de execução são sinônimos, observadas para as penas restritivas de direitos.
- IV. Exceção da verdade e questões incidentais não afastam a competência dos Juizados Especiais, se a hipótese não for complexa.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.



d) Somente as proposições II e IV estão corretas.

183. (CEBRASPE (CESPE) - Defensor Público do Estado do Maranhão/2011) A respeito da execução penal, instituída pela Lei n.º 7.210/1984, assinale a opção correta.

a) O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, deve ter finalidade educativa e produtiva, não sendo remuneradas as tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade.

b) Na hipótese de saída temporária, a ausência de vigilância direta não impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado, se o julgar necessário o diretor do estabelecimento prisional.

c) A autorização para a inclusão do preso em regime disciplinar diferenciado, como sanção disciplinar, depende de requerimento circunstanciado elaborado pelo juízo das execuções penais.

d) O tempo de isolamento ou inclusão preventiva no regime disciplinar diferenciado não deve ser computado no período de cumprimento da sanção disciplinar.

e) Os condenados que cumprem pena em regime fechado podem obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, benefício não assegurado aos presos provisórios.

184. (VUNESP - Juiz Estadual (TJ SP)/2011/183º) Assinale a alternativa correta, relativa à execução penal, inclusive, se o caso, consoante jurisprudência sumulada dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

a) A falta grave interrompe o lapso temporal aquisitivo do livramento condicional.

b) É inadmissível o trabalho externo para presos em regime fechado.

c) A tentativa de falta disciplinar é punida com a sanção correspondente à falta consumada, reduzida de um a dois terços, por aplicação analógica do art. 14, parágrafo único, do Código Penal.

d) O trabalho do preso será remunerado mediante prévia tabela, não inferior a três quartos do salário-mínimo, inclusive quanto às tarefas prestadas a título de prestação de serviços à comunidade.

e) A frequência a curso de ensino formal é causa de remição de parte do tempo de execução de pena, sob regime fechado ou semiaberto.



185. (FEPESE - Procurador Municipal de Florianópolis/2011) Em relação aos regimes de cumprimento da pena privativa de liberdade:

1. No regime fechado, o condenado fica sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno.
2. O trabalho externo é admissível, no regime fechado, em serviços ou obras públicas.
3. No regime aberto, o condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a) É correta apenas a afirmativa 1.
- b) É correta apenas a afirmativa 2.
- c) É correta apenas a afirmativa 3.
- d) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- e) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

186. (CEV UECE - Agente Penitenciário (SEJUS CE)/2011) Conforme preceitua o Parágrafo Único do art. 41 da Lei 7.210/84 (Lei de Execução Penal - LEP), dentre os direitos contidos nas opções abaixo, o único que poderá ser suspenso ou restringido mediante ato motivado do diretor do estabelecimento penal é o(a)

- a) chamamento nominal.
- b) visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados.
- c) audiência especial com o diretor do estabelecimento.
- d) entrevista pessoal e reservada com o advogado.

187. (Com. Exam. (MPE PB) - Promotor de Justiça (MPE PB)/2011/XIV) Em matéria de Execução Penal, é errado afirmar:

- a) Ao liberado definitivo não pode ser atribuída a condição de egresso, sob pena de ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana.



- b) A conduta ensejadora de falta disciplinar grave, tentada ou consumada, resultará em mesma sanção, sem qualquer abrandamento.
- c) Das decisões proferidas pelo Juiz das Execuções Penais caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo.
- d) O condenado, caso cometa falta tida como grave, estará sujeito à transferência para qualquer dos regimes prisionais mais rigorosos, mediante decisão judicial.

188. (FCC - Promotor de Justiça (MPE CE)/2011) A execução da pena privativa de liberdade está sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado

- a) praticar fato definido como crime doloso ou culposo.
- b) praticar falta grave especificada em lei estadual.
- c) sofrer condenação, por crime anterior, mesmo que a pena, somada ao restante da pena em execução, permita a manutenção do regime.
- d) praticar fato definido como crime ou falta grave, exigindo-se a sua prévia oitiva apenas na primeira hipótese.
- e) descumprir, no regime aberto, condição especial estabelecida pelo juiz e não prevista em lei.

189. (FCC - Promotor de Justiça (MPE CE)/2011) Constitui sanção disciplinar aplicável por ato motivado do diretor do estabelecimento prisional:

- a) inclusão no regime disciplinar diferenciado.
- b) suspensão do direito de representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito.
- c) isolamento na própria cela, ou em local adequado, por até sessenta dias.
- d) suspensão do direito de visita do cônjuge ou da companheira por até trinta dias.
- e) restrição à constituição de pecúlio.



190. (NC-UFPR - Assessor de Estabelecimento Penal (DPE PR)/2011) Em relação à disciplina, faltas e sanções disciplinares, assinale a alternativa correta.

- a) Cabe à legislação local especificar as faltas leves e médias e definir faltas graves não previstas pela LEP, o que é feito no Paraná por meio do Estatuto Penitenciário (Dec. 1.276/95).
- b) O tratamento jurídico da tentativa, nas faltas disciplinares, é equivalente àquele dos crimes comuns.
- c) A vedação constitucional às penas cruéis não alcança a aplicação de sanções disciplinares pelo fato de estas não serem juridicamente definidas como modalidades de pena.
- d) A aplicação de sanções disciplinares no âmbito da execução penal obedece ao princípio do non bis in idem (vedação da dupla punição pelo mesmo fato).
- e) As sanções disciplinares são sempre aplicadas pelo diretor do estabelecimento, após processo administrativo com garantia de contraditório e direito de defesa.

191. (NC-UFPR - Assessor de Estabelecimento Penal (DPE PR)/2011) Sobre o trabalho do preso e suas modalidades e as penas restritivas de direitos, é INCORRETO afirmar:

- a) A atribuição de tarefas junto a entidades diversas como substituição à pena privativa de liberdade é gratuita e não constitui modalidade de trabalho forçado.
- b) O trabalho como elemento do tratamento penitenciário obedece ao princípio da não afluência.
- c) O trabalho como elemento do tratamento penitenciário obedece ao princípio da individualização da pena.
- d) O trabalho interno e subordinado à administração penitenciária obedece ao regime de Consolidação das Leis do Trabalho.
- e) A vedação constitucional ao trabalho forçado alcança o trabalho interno do preso.

192. (VUNESP - Analista de Promotoria (MPE SP)/Assistente Jurídico/2010) Determina a Lei de Execução Penal (Lei n.º 7.210/84) que, a fim de orientar a individualização do cumprimento da pena do sentenciado condenado à privação de liberdade, os estabelecimentos prisionais devem contar com Comissão Técnica de Classificação, a qual obrigatoriamente deve ser composta, entre outros, por

- I. psiquiatra;



- II. psicólogo;
- III. assistente social.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

193. (VUNESP - Analista de Promotoria (MPE SP)/Assistente Jurídico/2010) Entre outros, é direito do preso, expressamente previsto na Lei de Execução Penal:

- I. atribuição de trabalho e sua remuneração;
- II. atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente;
- III. exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

194. (Com. Exam. (MPE SP) - Promotor de Justiça (MPE SP)/2010/87º) Assinale a afirmativa incorreta, em relação ao regime disciplinar diferenciado:



- a) aplica-se ao preso provisório ou condenado que pratica crime doloso e provoca subversão da ordem ou disciplina interna.
- b) aplica-se ao preso provisório ou condenado sobre o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando.
- c) somente o preso provisório ou condenado por crime hediondo ou assemelhado pode ser submetido ao regime disciplinar ou diferenciado.
- d) tem como característica o recolhimento em cela individual.
- e) pode ser aplicado a estrangeiros que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.

195. (FUNDEP - Técnico Judiciário (TJ MG)/Assistente Social Judicial/2010) Impõem-se às autoridades o respeito e a integridade dos condenados e dos presos provisórios. Constituem-se direitos dos presos, EXCETO

- a) atribuição de trabalho e sua remuneração, previdência social e constituição de pecúlio.
- b) proporcionalidade na distribuição do trabalho, descanso e recreação.
- c) assistência material, alimentação suficiente, vestuário, assistência à saúde, assistência jurídica, assistência educacional, assistências social e religiosa.
- d) exercício de atividade laborativa de acordo com a experiência adquirida antes da detenção.

196. (Com. Exam. (MPE GO) - Promotor de Justiça (MPE GO)/2010/55º) Marque a alternativa correta.

- a) O condenado por crime contra a administração pública somente terá deferida a progressão de regime do cumprimento da pena se reparar o dano que causou ou devolver o produto do ilícito praticado, devidamente atualizado.
- b) O exame criminológico, consoante o regramento previsto na Lei de Execução Penal, não é obrigatório para os condenados a pena privativa de liberdade no regime fechado; no entanto, caso seja realizado, será levado a efeito pela Comissão Técnica de Classificação.
- c) Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da condenação decidirá sobre a conversão, podendo deixar de aplicá-la se for possível ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior.



d) A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou a seus dependentes, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 (um) salário mínimo nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos, não podendo ser, nesse caso, modificada por prestação de outra natureza.

197. (NUCEPE UESPI - Agente Penitenciário (SEJUS PI)/2010) Constituem direitos dos presos, previstos na Lei de Execuções Penais, EXCETO:

- a) previdência social;
- b) audiência especial com o diretor do estabelecimento prisional;
- c) asseio da cela ou alojamento;
- d) proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;
- e) chamamento nominal.

198. (NUCEPE UESPI - Agente Penitenciário (SEJUS PI)/2010) No que se refere ao trabalho do preso, é INCORRETO afirmar:

- a) o trabalho do preso será remunerado, não podendo ser inferior a um salário mínimo;
- b) terá finalidade educativa e produtiva;
- c) as tarefas executadas como prestação de serviços à comunidade não serão remuneradas;
- d) a jornada de trabalho não será inferior a 6(seis), nem superior a 8(oito) horas, com descanso nos domingos e feriados;
- e) o trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviços ou obras públicas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.

199. (NUCEPE UESPI - Agente Penitenciário (SEJUS PI)/2010) No que concerne à disciplina do preso e às sanções aplicáveis, é INCORRETO afirmar:

- a) é vedado o emprego de cela escura;
- b) não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal;
- c) as sanções coletivas são permitidas, excepcionalmente;



d) comete falta grave o condenado que fugir;

e) no regime disciplinar diferenciado, o preso terá direito à saída da cela por 2 horas diárias para banho de sol.

200. (FUNRIO - Especialista em Assistência Penitenciária/S1 - Clínica Médica/2009 (e mais 8 concursos) A lei de execução penal, a LEP – lei nº 7210/84 prevê em seu art. 10 que a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. A assistência estende-se ainda ao egresso. Dessa forma, a assistência será: material; à saúde; jurídica; educacional; social; e religiosa. Com relação a esses tipos de assistência citados é correto afirmar que:

a) A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento somente médico.

b) A assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados com recursos financeiros para constituir advogado custeado pelo estado.

c) A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.

d) A assistência educacional compreenderá a instrução escolar, não sendo necessária, entretanto, a formação profissional do preso e do internado.

e) A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à carceragem.

201. (FUNRIO - Analista Técnico-Administrativo (MJ)/2009) Analise as afirmativas abaixo e assinale a opção correta:

I – São direitos do preso, entre outros, alimentação suficiente e vestuário; proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação; audiência especial com o diretor do estabelecimento e proteção contra qualquer forma de sensacionalismo.

II – O preso, quando estiver internado ou submetido a tratamento ambulatorial, tem direito de contratar médico de confiança pessoal a fim de orientar e acompanhar o tratamento.

III – São deveres do preso, entre outros, comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença; conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina e urbanidade e respeito no trato com os demais condenados.



- a) Estão corretas as afirmativas I e II.
- b) Estão corretas afirmativas I e III.
- c) Estão corretas afirmativas II e III.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Nenhuma afirmativa está correta.

202. (CEBRASPE (CESPE) - Delegado de Polícia Civil (RN)/2009) De acordo com a Lei de Execução Penal, assinale a opção correta.

- a) O trabalho externo é inadmissível para os presos em regime fechado, tendo em vista o alto grau de periculosidade dos condenados.
- b) A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento penal, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de dois terços da pena.
- c) Se o preso for punido por falta média, será revogada a autorização de trabalho externo.
- d) Se o preso praticar fato definido como crime, revogar-se-á a autorização de trabalho externo.
- e) Para o preso provisório, o trabalho é obrigatório e só poderá ser executado no interior do estabelecimento.

203. (CONSULPLAN - Agente Penitenciário (SEJUC RN)/2009) Considere as seguintes assertivas:

- I. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.
- II. A assistência estende-se ao egresso.
- III. A assistência ao preso e ao internado será material, médica, jurídica, educacional, social e religiosa.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) assertiva(s):

- a) I
- b) II
- c) III



- d) I, III
- e) I, II, III

204. (CONSULPLAN - Agente Penitenciário (SEJUC RN)/2009) De acordo com a Lei de Execuções Penais (Lei n.º 7.210/84) constituem sanções disciplinares, EXCETO:

- a) Suspensão do direito ao banho de sol.
- b) Advertência verbal.
- c) Repreensão.
- d) Suspensão ou restrição de direitos, na forma da própria Lei de Execuções Penais.
- e) Inclusão no regime disciplinar diferenciado.

205. (CONSULPLAN - Agente Penitenciário (SEJUC RN)/2009) Marque a afirmativa INCORRETA:

- a) São recompensas que podem ser concedidas aos presos: elogio e concessão de regalias.
- b) Não é garantida a liberdade de contratar médico de confiança pessoal do internado ou do submetido a tratamento ambulatorial, por seus familiares ou dependente, a fim de orientar e acompanhar o tratamento.
- c) Constitui direito do preso a alimentação suficiente e vestuário.
- d) Constitui direito do preso o contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.
- e) Constitui direito do preso a previdência social.

206. (CONSULPLAN - Agente Penitenciário (SEJUC RN)/2009) Atenção: Esta questão foi anulada pela banca.

Constituem deveres do preso, EXCETO:

- a) Obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se.
- b) Submissão à sanção disciplinar imposta.



- c) Execução do trabalho, das tarefas e das ordens.
- d) Indenização à vítima e aos seus sucessores.
- e) Proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação.

207. (CONSULPLAN - Agente Penitenciário (SEJUC RN)/2009) NÃO comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que:

- a) Retardar, injustificadamente, o cumprimento da obrigação imposta.
- b) Fugir.
- c) Provocar acidente de trabalho.
- d) Descumprir, no regime aberto, as restrições impostas.
- e) Incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina.

208. (FCC - Juiz Estadual (TJ AP)/2009) Segundo a Lei de Execução Penal, as faltas disciplinares

- a) leves e médias são especificadas por lei federal.
- b) graves só podem ser cometidas pelo condenado à pena privativa de liberdade.
- c) apenas são punidas na forma consumada.
- d) que também correspondam à prática de crime doloso sujeitam o preso à sanção disciplinar, excluída a sanção penal.
- e) também sujeitam o preso provisório à sanção disciplinar.

209. (CEBRASPE (CESPE) - Agente de Investigação (PC PB)/2009 (e mais 1 concurso) Marcos foi condenado a 14 anos de reclusão pelo crime de homicídio qualificado, praticado em 8/8/2006, e está cumprindo pena no regime fechado.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com a Lei de Execução Penal (LEP) e a Lei dos Crimes Hediondos.



- a) Para receber o benefício da progressão de regime, o acusado deve preencher os requisitos de natureza objetiva (lapso temporal) e subjetiva (bom comportamento carcerário), sendo obrigatória a realização do exame criminológico antes do deferimento da progressão de regime.
- b) A novel legislação dos crimes hediondos estabeleceu prazos mais rigorosos para a progressão prisional, porém pode ser aplicada aos casos ocorridos anteriormente à sua vigência, por se tratar de legislação especial em relação à LEP.
- c) Marcos deve cumprir a pena integralmente em regime fechado, por se tratar de crime hediondo.
- d) Se Marcos for punido por falta grave, não pode perder o direito ao tempo remido, sob pena de ofensa ao direito adquirido.
- e) Em caso de cometimento de falta grave pelo condenado, será interrompido o cômputo do interstício exigido para a concessão do benefício da progressão de regime prisional, qual seja, o cumprimento de um sexto da pena no regime anterior.

210. (COPEC CETAM - Investigador de Polícia (PC AM)/2009) Assinale a alternativa incorreta:

- a) a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.
- b) é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.
- c) nos presídios de segurança máxima não se admite a prestação de assistência religiosa;
- d) às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

211. (TJ PR (Ban. Exam.) - Técnico Judiciário (TJ PR)/Auxiliar de Cartório/2008/Comarca de Palmas) Segundo a Lei de Execuções Penais, é correto afirmar:

- a) não cabe ao juiz da execução penal aplicar a medida de segurança;
- b) a inclusão em regime disciplinar diferenciado é uma sanção disciplinar aplicada pelo diretor do estabelecimento penal;
- c) todo o isolamento do preso será sempre comunicado ao juiz da execução penal;
- d) o Ministério Público não tem legitimidade para pleitear benefícios penais aos sentenciado;



**212. (TJ PR (Ban. Exam.) - Técnico Judiciário (TJ PR)/Auxiliar de Cartório/2008/Comarca de Palmas)
Atenção: Esta questão está desatualizada.**

Sobre o regime aberto, é incorreto afirmar:

- a) a prestação de serviços não é condição legal;
- b) deveria ser cumprida em casa de albergado;
- c) deve ser aplicado, via de regra, nas penas privativa de liberdade inferiores a 4 anos;
- d) diante da inexistência de Casa de Albergado, o regime aberto tem sido substituído pela prisão domiciliar;

213. (PUC PR - Analista Judiciário (TJ PR)/Escrivão/Criminal/2008) Sobre o trabalho do preso, a única resposta correta é:

- a) O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.
- b) O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a um salário mínimo.
- c) A jornada normal de trabalho não será inferior a 6 (seis), nem superior a 8 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados.
- d) As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade serão remuneradas.
- e) O condenado à pena privativa de liberdade não está obrigado ao trabalho em hipótese alguma.

214. (PUC PR - Analista Judiciário (TJ PR)/Escrivão/Criminal/2008) Não comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que:

- a) Incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina.
- b) Descumprir, no regime aberto, as condições impostas.
- c) Provocar acidente de trabalho.
- d) Tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.
- e) Tiver submissão à sanção disciplinar imposta.



215. (PUC PR - Analista Judiciário (TJ PR)/Escrivão/Criminal/2008) A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Diante do exposto assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O ensino de primeiro e segundo grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa.
- b) O serviço de assistência social colaborará com o egresso para a obtenção de trabalho.
- c) Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.
- d) A assistência à saúde do preso e do internado, de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.
- e) A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.

216. (CEBRASPE (CESPE) - Juiz Estadual (TJ AL)/2008) Com base na Lei de Execução Penal (LEP) e acerca dos direitos, deveres e disciplina do preso e(ou) condenado, assinale a opção correta.

- a) O princípio da legalidade não se aplica ao regime disciplinar previsto na LEP, de forma que é possível haver falta disciplinar que não esteja prevista expressamente em lei ou regulamento, a depender de ato do diretor do presídio, ratificado pelo juiz competente.
- b) Não sendo possível identificar o preso que deu início a motim em um corredor do presídio, o diretor do estabelecimento poderá aplicar sanção disciplinar coletiva.
- c) O preso provisório não se submete ao regime disciplinar diferenciado, que é aplicável somente ao condenado definitivamente a pena privativa de liberdade.
- d) Sujeita-se ao regime disciplinar diferenciado o condenado sobre o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando.
- e) A inclusão no regime disciplinar diferenciado pode ser aplicada por ato motivado do diretor do estabelecimento prisional, com posterior homologação pelo juiz da execução.



217. (TALENTO - Defensor Público do Estado do Rio Grande do Norte/2006) A Lei 7.210/84, Lei de Execuções Penais

- a) não especifica as faltas disciplinares leves e médias, as quais competem à norma local.
- b) estabelece o regime disciplinar diferenciado que implica recolhimento em cela individual, com duração máxima de trezentos dias.
- c) determina que os presos provisórios não podem ser submetidos ao regime disciplinar diferenciado.
- d) estabelece que o preso poderá ser levado ao isolamento preventivo por até trinta dias.

218. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (CL DF)/Constituição e Justiça/2006) Julgue o item seguinte quanto aos direitos assegurados aos presos e considerando a Lei de Execução Penal (LEP).

A administração penitenciária, com fundamentos em razões de segurança pública, ou disciplina, ou preservação de ordem jurídica, pode, excepcionalmente, proceder à interceptação da correspondência remetida pelos sentenciados, visto que a cláusula tutelar da inviolabilidade do sigilo epistolar não pode constituir salvaguarda de práticas ilícitas.

219. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (CL DF)/Constituição e Justiça/2006) Julgue o item seguinte quanto aos direitos assegurados aos presos e considerando a Lei de Execução Penal (LEP).

O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da administração direta ou indireta, ou por entidades privadas, tomadas as cautelas de escolta contra a fuga, em favor da disciplina.

220. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (CL DF)/Constituição e Justiça/2006) Julgue o item seguinte quanto aos direitos assegurados aos presos e considerando a Lei de Execução Penal (LEP).

A suspensão dos direitos políticos do preso, enquanto durarem os efeitos da condenação criminal, está restrita apenas ao direito de votar, permanecendo o preso elegível, desde que cumpridas as obrigações inerentes ao pleno exercício do mandato eletivo.



221. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (CL DF)/Constituição e Justiça/2006) Julgue o item seguinte quanto aos direitos assegurados aos presos e considerando a Lei de Execução Penal (LEP).

Diante das similitudes exigidas na LEP entre o trabalho prisional e o livre, o trabalho do preso, qualquer que seja o regime prisional, está sujeito às normas da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo garantidos ao preso os mesmos benefícios que se concedem ao trabalhador livre.

222. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (CL DF)/Constituição e Justiça/2006) No que se refere ao regime disciplinar penitenciário e às normas a serem observadas no complexo penitenciário do DF, julgue o item.

O poder disciplinar, na execução da pena privativa de liberdade, será exercido pelo juiz da execução, na forma que a legislação regulamentar estabelecer.

223. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (CL DF)/Constituição e Justiça/2006) No que se refere ao regime disciplinar penitenciário e às normas a serem observadas no complexo penitenciário do DF, julgue o item.

No âmbito da execução penal, no que se refere a faltas disciplinares e respectivas punições, deve ser observado o princípio da reserva, ou seja, a regra de que somente pode ser considerada infração aquela que estiver anteriormente prevista na lei ou regulamento.

224. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (CL DF)/Constituição e Justiça/2006) No que se refere ao regime disciplinar penitenciário e às normas a serem observadas no complexo penitenciário do DF, julgue o item.

O regime disciplinar diferenciado constitui um regime de disciplina carcerária especial, caracterizado por maior grau de isolamento do preso e de restrições ao contato com o mundo exterior, e foi concebido para atender às necessidades de maior segurança nos estabelecimentos penais e de defesa da ordem pública.

225. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (CL DF)/Constituição e Justiça/2006) No que se refere ao regime disciplinar penitenciário e às normas a serem observadas no complexo penitenciário do DF, julgue o item.



A LEP classifica as faltas disciplinares em leves, médias e graves, mas somente descreve e enumera as infrações médias e leves, deixando à lei estadual a previsão das faltas graves.

226. (ACAFE - Delegado de Polícia (PC SC)/2006) Analise as afirmações a seguir, segundo a Lei de Execuções Penais.

I Constitui direito do preso a representação e a petição a qualquer autoridade, em defesa de direito, que não pode ser suspensa ou restringida.

II Constitui direito do preso a visita do cônjuge, da companheira e de parentes em dias determinados, que pode ser suspensa ou restringida, mediante ato motivado do Diretor do Estabelecimento.

III A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.

IV O Diretor do Estabelecimento Penitenciário poderá conceder saída temporária de, no máximo sete dias, ao preso que estiver em regime semi-aberto e tiver bom comportamento.

V A assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados independentemente de possuírem recursos financeiros para constituírem advogados.

Todas as afirmações corretas estão na alternativa:

- a) III - IV - V
- b) I - II - IV
- c) II - III - IV
- d) I - II - III

227. (CEBRASPE (CESPE) - Agente Penitenciário Federal/2005) Julgue o item abaixo, relativo ao direito penal.

Na execução penal, a sanção disciplinar de isolamento do condenado na própria cela independe de decisão judicial.

228. (CEBRASPE (CESPE) - Agente Penitenciário Federal/2005) Julgue o item abaixo, relativo ao direito penal.



O agente penitenciário pode atribuir recompensa ao preso, nos termos da Lei de Execução Penal; porém, para fazê-lo, deverá, necessariamente, contar com a aquiescência de seu superior hierárquico.

229. (FUNDEP - Técnico Judiciário (TJ MG)/Psicólogo Judicial/2005) Considerando-se o que se estabelece na Lei de Execução Penal, é INCORRETO afirmar que o preso tem direito

- a) à atribuição de trabalho com remuneração.
- b) à entrevista pessoal e monitorada com o advogado.
- c) à Previdência Social.
- d) ao chamamento nominal.

230. (FUNDEP - Juiz Estadual (TJ MG)/2005) Segundo a Lei de Execução Penal, constitui direito do preso:

- a) contato com o mundo exterior.
- b) obtenção de regalias.
- c) elogio por boa conduta.
- d) asseio da cela ou alojamento.

231. (FUNDEP - Defensor Público do Estado de Minas Gerais/2004/IV) Conforme a Lei de Execução Penal, são sanções disciplinares aplicáveis ao condenado, EXCETO:

- a) Advertência verbal
- b) Agravamento da pena
- c) Isolamento na própria cela.
- d) restrição do direito de visita do cônjuge
- e) restrição do direito de leitura



232. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) Conforme dispõe a Lei de Execuções Penais (Lei n.º 7.210, de 11/7/1984), é incumbência do serviço de assistência social orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima.
233. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) Conforme dispõe a Lei de Execuções Penais (Lei n.º 7.210, de 11/7/1984), é incumbência do serviço de assistência social organizar e ministrar assistência religiosa, indicando a atividade mais adequada, de acordo com a característica do preso, condições sociais, financeiras e da comunidade, para contribuir com a ressocialização do preso.
234. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) Conforme dispõe a Lei de Execuções Penais (Lei n.º 7.210, de 11/7/1984), é incumbência do serviço de assistência social promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação.
235. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) Conforme dispõe a Lei de Execuções Penais (Lei n.º 7.210, de 11/7/1984), é incumbência do serviço de assistência social acompanhar o resultado das permissões de saída e das saídas temporárias.
236. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) Conforme dispõe a Lei de Execuções Penais (Lei n.º 7.210, de 11/7/1984), é incumbência do serviço de assistência social providenciar a obtenção de documentos, não cabendo providenciar os benefícios da previdência social e seguro por acidente de trabalho, devido à legislação especial a respeito do tema.
237. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) João foi condenado a seis anos de reclusão pela prática de crime. Após o



cumprimento de um ano, iniciou trabalho externo na empresa de engenharia Engenho Ltda. O trabalho foi obtido por intermédio de uma fundação de apoio ao preso, que mantém convênio com a empresa.

Em face dessa situação e com relação ao referido trabalho, julgue o item que se segue.

O trabalho do preso será remunerado, devendo a empresa contratante repassar o valor do salário do cargo respectivo ao estado ou à União, para cobrir os gastos com os presidiários de um modo geral.

238. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) João foi condenado a seis anos de reclusão pela prática de crime. Após o cumprimento de um ano, iniciou trabalho externo na empresa de engenharia Engenho Ltda. O trabalho foi obtido por intermédio de uma fundação de apoio ao preso, que mantém convênio com a empresa.

Em face dessa situação e com relação ao referido trabalho, julgue o item que se segue.

O preso terá direito ao décimo-terceiro salário.

239. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) João foi condenado a seis anos de reclusão pela prática de crime. Após o cumprimento de um ano, iniciou trabalho externo na empresa de engenharia Engenho Ltda. O trabalho foi obtido por intermédio de uma fundação de apoio ao preso, que mantém convênio com a empresa.

Em face dessa situação e com relação ao referido trabalho, julgue o item que se segue.

O trabalho do preso será remunerado e o produto de tal remuneração deverá atender à assistência familiar, às pequenas despesas pessoais, à indenização dos danos causados pelo crime e ao ressarcimento das despesas realizadas com a manutenção do condenado. O restante será depositado em caderneta de poupança, que será entregue ao condenado, quando posto em liberdade.

240. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) João foi condenado a seis anos de reclusão pela prática de crime. Após o cumprimento de um ano, iniciou trabalho externo na empresa de engenharia Engenho Ltda. O



trabalho foi obtido por intermédio de uma fundação de apoio ao preso, que mantém convênio com a empresa.

Em face dessa situação e com relação ao referido trabalho, julgue o item que se segue.

O trabalho do preso será remunerado em dobro em relação ao do ocupante do mesmo cargo, com vistas a evitar a exacerbação da mais-valia e a combater o desemprego.

241. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) João foi condenado a seis anos de reclusão pela prática de crime. Após o cumprimento de um ano, iniciou trabalho externo na empresa de engenharia Engenho Ltda. O trabalho foi obtido por intermédio de uma fundação de apoio ao preso, que mantém convênio com a empresa.

Em face dessa situação e com relação ao referido trabalho, julgue o item que se segue.

O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a três quartos do salário mínimo.

242. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) É direito do preso receber visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados.

243. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) É direito do preso exercer atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas que praticava anteriormente, desde que compatíveis com a execução da pena.

244. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) É direito do preso ser chamado pelo nome ou pelo número recebido, quando da entrada no estabelecimento prisional.



245. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) É direito do preso representar e peticionar, mas somente por meio de advogado, para qualquer autoridade em defesa de direitos.

246. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) É direito do preso recusar-se a acatar suspensão temporária de descanso ou recreação, por ato motivado do diretor do estabelecimento prisional.

247. (Com. Exam. (MPDFT) - Promotor de Justiça (MPDFT)/2002/25º) Assinale a opção correta em relação à execução penal.

a) O exame criminológico será realizado, obrigatoriamente, nos condenados a sanção privativa de liberdade, independentemente do regime de cumprimento de pena fixado na sentença.

b) O processo de execução da pena tem o seu início com a certidão que atesta o trânsito em julgado da condenação.

c) Desde que não empregue violência contra a pessoa, a fuga do condenado recolhido a estabelecimento penitenciário é um direito seu.

d) O direito da pessoa presa à visita do cônjuge e o contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita poderão ser restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento prisional, não havendo necessidade de intervenção judicial.

248. (CEBRASPE (CESPE) - Defensor Público do Distrito Federal/2001) No item que se segue, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Com a soma das penas privativas de liberdade, Lino encontrase condenado definitivamente a 58 anos de reclusão. Iniciou o cumprimento das reprimendas em setembro de 1986, tendo expiado, assim, mais de quinze anos. Nenhuma das condenações de Lino foi por crime hediondo ou equiparado, sendo reincidente em crime doloso, com excelente comportamento carcerário. Nessa situação, considerando que o limite máximo de cumprimento de pena é de trinta anos, Lino preenche o requisito objetivo-temporal para postular a concessão de livramento condicional.

249. (Agente Penitenciário - 2015) Analise as afirmações e assinale a alternativa correta.



I - A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

II - A jurisdição penal dos Juízes ou Tribunais da Justiça ordinária, em todo o Território Nacional, será exercida, no processo de execução, em conformidade com a Lei de Execução Penal e com o Código de Processo Penal.

III - A Lei de Execução Penal aplicar-se-á igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.

A) Apenas a afirmação I está incorreta.

B) Apenas a afirmação II está incorreta.

C) Apenas a afirmação III está incorreta.

D) As afirmações I e III estão incorretas.

E) Todas afirmações estão corretas.

250. (Agente Penitenciário - 2015) Assinale a alternativa incorreta.

A) Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.

B) Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política ao condenado e internado.

C) O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.

D) A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

E) A assistência não se estende ao egresso.

251. (Agente Penitenciário - 2015) Assinale a alternativa incorreta.

A) O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.

B) Ao exame criminológico poderá ser submetido o condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime aberto.



- C) A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá entrevistar pessoas.
- D) A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado.
- E) A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá realizar outras diligências e exames necessários.

252. (SEJUS-ES - 2009) Julgue os itens com base na LEP.

O objetivo da execução penal é efetivar as disposições de decisão criminal condenatória, ainda que não definitiva, de forma a proporcionar condições para a integração social do condenado, do internado e do menor infrator.

253. (AGEPEN - 2014) O exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução é obrigatório para:

- A) Os condenados somente às penas privativas de liberdade em regime fechado.
- B) Os condenados somente às penas privativas de liberdade em regime semiaberto.
- C) Os condenados às penas privativas de liberdade em regime fechado e para os condenados às penas privativas de liberdade em regime semiaberto.
- D) Os condenados às penas privativas de liberdade em regime aberto ou à pena restritiva de direitos.
- E) Os condenados somente à pena restritiva de direitos.



QUESTÕES COMENTADAS

1. (FUNDEP - Defensor Público do Estado de Minas Gerais/2019/VIII) A execução da sentença de condenação penal proferida pela Justiça Militar Estadual, estando o sentenciado custodiado em uma Penitenciária Federal, compete à
- a) Justiça Comum Estadual.
 - b) Justiça Comum Federal.
 - c) Justiça Militar da União.
 - d) Justiça Militar Estadual.

Comentários: A alternativa B é o gabarito da questão.

2. (FUNDEP - Defensor Público do Estado de Minas Gerais/2019/VIII) "W.D.W." foi sentenciado pela primeira vez a uma pena de 45 anos de reclusão por quatro homicídios qualificados (hediondos), praticados em concurso material no dia 01/01/2018, tendo respondido ao processo em liberdade e preso tão somente após o trânsito em julgado. Expedida a guia de execução definitiva relativa a essa sentença de 45 anos, após 10 dias de cumprimento da pena, o magistrado proferiu decisão de unificação das penas, nos termos do art. 75, §1º do Código Penal, limitando o cumprimento dessas penas em 30 anos.

Entretanto, cumpridos 20 dias da pena, "W.D.W." encontrou no cárcere um desafeto do mundo do crime, e aproveitando-se de um momento de distração, durante o banho de sol, matou seu inimigo. Preso em flagrante pelo fato, foi levado a julgamento perante o Tribunal do Júri, tendo sido sentenciado a uma pena de 18 anos de reclusão por esse novo homicídio qualificado (hediondo). Em relação a esse fato, "W.D.W." permaneceu preso desde o flagrante. A sentença penal da segunda condenação transitou em julgado 9 meses e 5 dias após a primeira prisão.

Considerando estritamente os dados fornecidos, e supondo não haver nenhuma causa de extinção da punibilidade no decorrer do cumprimento da pena, é correto afirmar que, em relação aos 63 anos de reclusão impostos nas duas sentenças, "W.D.W." permanecerá, na prática, preso efetivamente por

- a) 30 anos.



- b) 30 anos e 20 dias.
- c) 47 anos, 11 meses e 10 dias.
- d) 48 anos, 9 meses e 25 dias.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão.

3. (CEBRASPE (CESPE) - Notário e Registrador (TJDFT)/Remoção/2019) De acordo com a legislação pertinente e a jurisprudência dos tribunais superiores, transitada em julgado a sentença penal condenatória ou absolutória imprópria e iniciada a fase da execução penal,

- a) o condenado deverá ser citado no processo de execução da pena se tiver sido condenado a pena privativa de liberdade.
- b) o processo de execução deverá desenvolver-se mediante provocação da parte, sendo vedado o provimento por impulso oficial do juízo da execução.
- c) será facultada ao ofendido ou aos seus sucessores a participação nas fases jurisdicionais do procedimento executório mediante habilitação nos autos.
- d) competirá ao juízo estadual de execução penal a execução das penas impostas aos sentenciados pela justiça militar quando estes forem recolhidos em estabelecimentos prisionais estaduais.
- e) poderá o juízo da execução dar início ao processo de execução forçada da sanção pecuniária se a pena aplicada for exclusivamente de multa e o condenado não efetuar o pagamento no prazo legal.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão.

4. (IBADE - Guarda de Segurança do Sistema Prisional (SEJUC SE)/2018) Segundo a Lei nº 7.210/1984, a execução penal tem por objetivo:

- a) viabilizar os resultados de projetos restritos às funções penitenciárias, mediante ato do Poder Executivo, após autorização legislativa prévia.
- b) separar do meio social os indivíduos inaptos ao convívio em sociedade, selecionados após análise criteriosa baseada nas teorias criminológicas de Lombroso.
- c) ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da comunidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.



- d) prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de objetivo igual ao de uma condenação.
- e) efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

5. (UEG - Delegado de Polícia (PC GO)/2018) O sujeito "A", primário e de bons antecedentes, foi condenado a quinze anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, pela prática do crime de homicídio qualificado. Neste caso, preenchidos os demais requisitos, o sujeito "A" terá direito a progredir para o regime semiaberto após o cumprimento de

- a) três anos de sua pena.
- b) cinco anos de sua pena.
- c) seis anos de sua pena.
- d) nove anos de sua pena.
- e) dez anos de sua pena

Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

6. (FCC - Defensor Público do Estado do Maranhão/2015/V) A autonomia da execução penal implica a compreensão de que

- a) o título executivo delimita o alcance e os limites da execução em processo em que não há alteração fática.
- b) há uma feição jurisdicional da execução da pena e plenitude das garantias constitucionais penais e processuais penais.
- c) há um caráter misto de regras administrativas e jurisdicionais e aplicação mitigada das regras constitucionais.
- d) os incidentes de execução são impulsionados somente pela defesa técnica.
- e) há distinção das atividades da administração penitenciária e da função jurisdicional ressalvado o procedimento administrativo que apura falta.



Comentários: A alternativa B é o gabarito da questão.

7. (FCC - Procurador da Assembleia Legislativa da PB/2013) A Lei no 7.210/84 dispõe que a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições da condenação criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado (art. 10). Como nítido no item 13 da respectiva Exposição de Motivos, tem-se aí, por inteiro, tributo à teoria da pena denominada

- a) retribuição moderna.
- b) retribuição taliônica.
- c) prevenção geral.
- d) prevenção especial.
- e) mista ou eclética.

Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

8. (CEBRASPE (CESPE) - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/Técnico em Enfermagem/2013) Com relação aos estabelecimentos penais federais, julgue o item seguinte.

As pessoas recolhidas aos estabelecimentos penais federais e os servidores públicos federais que trabalham nesses estabelecimentos sujeitam-se ao regime disciplinar da União.

Comentários: A assertiva está CORRETA.

9. (FUNDEP - Promotor de Justiça (MPE MG)/2013/LIII) Assinale a alternativa FALSA:

- a) Os incidentes específicos da execução de pena desenvolvem-se perante o juízo da execução, assegurada a ampla defesa e o contraditório.
- b) Das decisões proferidas na execução de pena, cabe recurso de agravo, mas o rito será o previsto para o recurso em sentido estrito.
- c) A impugnação da denegação de trânsito a recurso usado na fase de execução de pena é feita através de carta testemunhável.



d) O princípio da inércia ou da iniciativa das partes desautoriza que o juiz inicie de ofício o procedimento na execução penal.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

10. (VUNESP - Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (SEJUS ES)/2012) A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal com o fim de

- a) obter a cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.
- b) classificar os condenados segundo os seus antecedentes e personalidade para orientar a individualização da execução penal.
- c) aplicar-se unicamente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar.
- d) proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.
- e) assegurar ao condenado e ao internado todos os direitos atingidos pela sentença ou pela lei.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

11. (FUNRIO - Especialista em Assistência Penitenciária/S8 - Serviço Social/2009) O Sistema Penitenciário Brasileiro está regulamentado

- a) pelo Código Civil.
- b) pelo Ministério da Justiça.
- c) pela Constituição Federal.
- d) pela Lei de Execuções Penais.
- e) pela Secretaria de Administração Penitenciária.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

12. (PUC PR - Analista Judiciário (TJ PR)/Escrivão/Criminal/2008) Sobre o objeto e aplicação da Lei de Execuções Penais é INCORRETO afirmar:



- a) A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.
- b) A jurisdição penal dos juízes ou tribunais da justiça ordinária, em todo o território nacional, será exercida, no processo de execução, na conformidade da Lei de Execuções Penais e do Código de Processo Penal.
- c) Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.
- d) Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.
- e) A Lei de Execuções Penais aplicar-se-á diferentemente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.

Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

13. (CEBRASPE (CESPE) - Agente de Proteção (TJ RR)/2006 (e mais 3 concursos) Julgue os itens abaixo, relativos à Lei de Execução Penal.

I Salvo disposição legal, aplica-se a Lei de Execução Penal ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos à jurisdição ordinária.

II Para fins de classificação e individualização da pena, o exame criminológico é obrigatório, indistintamente, para todos os condenados, que não podem progredir de regime sem que haja a submissão ao referido exame.

III O trabalho do preso, em qualquer regime prisional, está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho e, portanto, o preso deve fazer jus a todos os benefícios que se concedem ao trabalhador livre, com exceção das férias.

IV Remição é o instituto pelo qual o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo da execução da pena, à razão de um dia de pena por três de trabalho.

A quantidade de itens certos é igual a

- a) 1.
- b) 2.
- c) 3.
- d) 4.



Comentários: A alternativa B é o gabarito da questão.

14. (CPCON UEPB - Delegado de Polícia (PC PB)/2003) A respeito da Lei de Execução Penal (nº 7.210, de 11 de julho 1 984), é inteiramente correto afirmar, acerca de sua construção teórica:

a) As cadeias públicas destinam-se à acomodação dos presos provisórios. A guia de recolhimento definitiva é expedida somente após o trânsito em julgado de sentença que aplicar pena privativa de liberdade, estando o apenado preso ou vindo a ser preso. A pena privativa de liberdade será sempre executada de forma progressiva, segundo a regra geral do art. 112 da LEP, com a transferência do apenado para regime menos rigoroso, a ser determinada pela Direção do Presídio em que esteja encarcerado, quando tiver sido cumprido, no mínimo, 1/6 (um sexto) da pena (requisito objetivo) e seu mérito (requisito subjetivo) indicar a progressão.

b) A lei infraconstitucional e a própria Constituição Federal impõem a todas as autoridades constituídas do País o respeito à integridade física e moral tanto dos condenados (definitivos ou não) quanto dos presos provisórios e dos internos em nosocômios de custódia psiquiátrica. Exceção única à afirmação presente se dá quando o preso (não o doente mental) externar elevado grau de periculosidade, o que, entretanto, deve ser registrado em suas anotações prisionais, mediante concordância do MP e convalidação da autoridade judiciária responsável pela execução da respectiva apenação.

c) Os órgãos componentes da execução penal, segundo a Lei de Execução respectiva, são: 1 – Os Conselhos Nacional e Estaduais de Política Criminal e Penitenciária; 2 – Os Juízos Sentenciante e da Execução; 3 – O Ministério Público; 4 – Os Conselhos Penitenciários Nacional e Estaduais; 5 – os Departamentos Penitenciários; 6 – o Patronato e as Casas de Albergado; 7 – o Conselho da Comunidade e o Conselho Nacional de Direitos Humanos.

d) Ao juiz da execução penal a LEP disponibiliza vasta e necessária competência jurisdicional (decidir acerca de progressão ou regressão nos regimes, detração, livramento condicional, saídas temporárias, incidentes da execução, revogação ou não da medida de segurança, entre outros). Todavia exclui das suas atribuições judicantes a possibilidade de declarar extinção de punibilidade, mesmo em relação a pena que esteja executando, uma vez que o mérito sentenciante foi analisado pelo juiz da sentença, a quem incumbe, privativamente, tanto extinguir a pena quanto determinar o arquivamento do respectivo processo.

e) Ser objetivo primordial da LEP a efetivação das disposições sentenciantes e decisórias outras de alçada criminal, propiciando condições para a fiel e harmônica integração social do condenado e do interno, atuando, inclusive, sobre encarcerados provisórios. Objetivando prevenir práticas criminosas e orientar o retorno do preso ao meio social de modo satisfatório, é dever do Estado, inclusive quanto ao egresso, prestar efetiva assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social, psicológica e religiosa.

Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.



15. (Instituto AOCF - Escrivão de Polícia (PC ES)/2019) À luz da Lei nº 7.210/1984, que disciplina a execução penal, assinale a alternativa correta.

- a) Em relação ao trabalho interno, a jornada não será inferior a 4 nem superior a 8 horas semanais.
- b) São recompensas regidas pela Lei nº 7.210/84 a concessão de regalias e o elogio.
- c) Considera-se egresso, para os fins da Lei de Execução Penal, o liberado definitivo, pelo prazo de 06 meses, a contar da saída do estabelecimento.
- d) Ao egresso poderá ser concedida assistência que consiste em alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado e pelo prazo de 3 dias.
- e) No trabalho externo, o número máximo de presos será de 15% do total de empregados na obra.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão.

16. (FUNDEP - Defensor Público do Estado de Minas Gerais/2019/VIII) Analise as seguintes afirmativas e a relação proposta entre elas.

I. A classificação dos condenados será feita administrativamente pela Comissão Técnica de Classificação – CTC – que elaborará o programa individualizador e acompanhará a execução das penas, devendo propor ao magistrado, sem caráter vinculativo, as progressões e regressões dos regimes, bem como as conversões.

ISTO REFORÇA A TESE DE QUE

II. é mista ou complexa a natureza jurídica da execução penal, por envolver atividade jurisdicional e administrativa, prevalecendo a primeira, conforme sustenta parte da doutrina.

A respeito dessas afirmativas, assinale a alternativa correta.

- a) As afirmativas I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- b) As afirmativas I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- c) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- d) A afirmativa I é falsa, e a II é verdadeira.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão.



17. (FCC - Defensor Público do Estado do Amazonas/2018/"Prova Anulada") Na execução das penas restritivas de direitos, é correto afirmar:

- a) Inexiste poder disciplinar de autoridade administrativa, pois não é cumprida em ambiente prisional.
- b) É vedada ao juiz da execução a modificação da forma de cumprimento da prestação de serviço à comunidade sob pena de violação da coisa julgada.
- c) O condenado que não for encontrado para iniciar o cumprimento terá a pena convertida em privativa de liberdade em regime fechado.
- d) O descumprimento ou retardo no cumprimento é punido sob o regime da conversão em pena privativa de liberdade, pois não existe falta grave nessa forma de pena.
- e) Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, a conversão da pena não é obrigatória.

Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

18. (FCC - Defensor Público do Estado do Amazonas/2018/"Prova Anulada") A assistência material ao preso

- a) compreende a garantia de instalações higiênicas, além do fornecimento de alimentação e vestuário, que podem ser exigidos judicialmente tanto no plano individual como por meio de tutela coletiva.
- b) garante o apoio assistencial ao preso por entidades de caridade e organizações não-governamentais.
- c) revela o caráter assistencialista da execução penal em prol da ressocialização por meio do trabalho e do estudo.
- d) é um exemplo de contrariedade e oposição entre o disposto na Lei de Execução Penal e nas Regras de Mandela.
- e) consiste na entrega de materiais para trabalho pela direção da unidade prisional, de modo a possibilitar a remição.

Comentários: A alternativa A é o gabarito da questão.

19. (FCC - Defensor Público do Estado do Amazonas/2018/"Prova Anulada") O isolamento celular

- a) é a forma correta de cumprimento de pena no Brasil, mas desrespeitada pela prática cotidiana das prisões brasileiras.



- b) deve ser comunicado ao juiz apenas quando se efetivar sob a forma de regime disciplinar diferenciado.
- c) é vedado em cela escura ou constantemente iluminada, segundo as Regras de Mandela.
- d) tem o prazo de duração incompatível com as Regras de Mandela apenas sob a forma de regime disciplinar diferenciado.
- e) não permite o acesso a banho de sol, pois é forma de cumprimento de sanção disciplinar.

Comentários: A alternativa C é o gabarito da questão.

20. (CEBRASPE (CESPE) - Defensor Público do Estado de Pernambuco/2018) João cumpria pena no regime semiaberto quando foi flagrado, por agentes penitenciários, com um aparelho de telefone celular em sua cela.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta à luz da jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) O juízo da execução penal poderá decretar de plano a perda da integralidade dos dias remidos por trabalho realizado por João durante o cumprimento da pena.
- b) Embora a conduta de João seja tipificada como falta grave na legislação de execução penal, é dispensável a instauração de procedimento administrativo para apurar o fato.
- c) O prazo para a comutação da pena de João e indulto não será interrompido em razão da falta cometida.
- d) No caso de processo administrativo disciplinar, a oitiva de João poderá ser realizada independentemente do acompanhamento de advogado ou defensor público.
- e) O prazo de prescrição da falta praticada por João — portar telefone celular em sua cela — é de cinco anos.

Comentários: A alternativa C é o gabarito da questão.

21. (AOCPE - Assistente Administrativo (SUSIPE)/2018) Acerca da execução penal, disciplinada na Lei nº 7.210/84, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os condenados por qualquer crime, doloso ou culposos, serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA, por técnica adequada e indolor.
- b) A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.



- c) Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.
- d) O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.
- e) Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal.

Comentários: A alternativa A é o gabarito da questão.

22. (AOCP - Técnico de Administração e Finanças (SUSIPE)/Administração/2018 (e mais 12 concursos) A Lei de Execução Penal dispõe sobre o trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana. Quanto às previsões legais dessa matéria, assinale a alternativa correta.

- a) O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.
- b) O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 2/4 (dois quartos) do salário mínimo.
- c) As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade serão remuneradas.
- d) O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.
- e) A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/5 (um quinto) da pena.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

23. (AOCP - Técnico em Gestão de Infraestrutura (SUSIPE)/Gestão de Informática/2018 (e mais 2 concursos) A Lei de Execução Penal dispõe sobre o condenado e o internado. Acerca desse assunto tratado na Lei nº 7.210/84, assinale a alternativa correta.

- a) Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes, independentemente dos aspectos de sua personalidade, para orientar a individualização da execução penal.
- b) A classificação dos condenados será feita por Comissão Técnica de Classificação existente em cada estabelecimento, que será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 2



(dois) psiquiatras, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.

c) A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá, dentre outras ações, entrevistar pessoas.

d) A Comissão Técnica de Classificação não poderá requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado.

e) O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.

Comentários: A alternativa C é o gabarito da questão.

24. (AOCP - Técnico em Gestão de Infraestrutura (SUSIPE)/Gestão de Informática/2018 (e mais 2 concursos) São garantidos aos condenados e internados uma série de assistências previstas na Lei de Execução Penal. Acerca dessas assistências, assinale a alternativa correta.

a) A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas. O estabelecimento disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração.

b) A assistência à saúde do preso e do internado ocorre em caráter apenas curativo e compreende o atendimento médico, farmacêutico e odontológico.

c) As Unidades da Federação não deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, pela Defensoria Pública, dentro e fora dos estabelecimentos penais, sendo obrigação do condenado providenciar defensor particular.

d) A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. Dessa forma, o ensino de 1º grau será facultativo, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

e) A assistência ao egresso consiste na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade e na concessão obrigatória de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 3 (três) meses.

Comentários: A alternativa A é o gabarito da questão.



25. (AOCP - Técnico em Gestão de Infraestrutura (SUSIPE)/Gestão de Informática/2018 (e mais 2 concursos) Sobre as sanções disciplinares previstas na Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.

- a) A sanção de inclusão no regime disciplinar diferenciado será aplicada por ato motivado do diretor do estabelecimento.
- b) A sanção de restrição de direitos será aplicada por ato motivado do diretor do estabelecimento.
- c) A sanção de suspensão de direitos será aplicada por prévio e fundamentado despacho do juiz competente.
- d) A sanção de advertência verbal será aplicada por prévio e fundamentado despacho do juiz competente.
- e) Todas as sanções poderão ser aplicadas por ato motivado do diretor do estabelecimento.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão.

26. (AOCP - Técnico em Enfermagem (SUSIPE)/2018) A Lei Federal no 7.210/1984, ao dispor sobre a Execução Penal, apresentou em seu Título II considerações sobre a pessoa do condenado e do internado, tratando de sua classificação e assistência. Com base nessas informações e no contido na respectiva lei, assinale a alternativa correta.

- a) A classificação dos condenados ao cumprimento de pena privativa de liberdade em regime fechado servirá para individualizar a aplicação da lei penal, ocasião em que, havendo elementos suficientes para se aferir a personalidade e os antecedentes criminais, não haverá a necessidade de realização de exame criminológico.
- b) Como forma de prevenir o crime e orientar o retorno do preso ou do internado à convivência em sociedade, é obrigatório ao Estado, ao Poder Público e à coletividade o dever de assistência material, jurídica, social, educacional, religiosa, social e de saúde.
- c) É entendido que o dever de auxílio (estrutural, pessoal e material) das Unidades da Federação à Defensoria Pública, no exercício de suas funções, dentro e fora dos estabelecimentos penais, faz parte da assistência material ao preso e ao internado.
- d) No estabelecimento prisional ou de internação, por força da assistência religiosa, haverá local apropriado para os cultos religiosos, respeitando, inclusive, a posse de livros de instrução religiosa.
- e) Por ser a implementação de cursos profissionais em nível de iniciação ou aperfeiçoamento técnico uma assistência social ao preso, como forma de sua melhor efetivação, pode ser realizado o convênio com entidades públicas ou particulares.



Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

27. (AOCP - Técnico em Enfermagem (SUSIPE)/2018) Direitos, deveres e disciplina fazem parte do cotidiano social e sendo exigidos, também, daqueles que venham a ser recolhidos pelo Estado para o cumprimento da pena derivada de um descumprimento normativo vigente. Assim, conforme determina a Lei das Execuções Penais (LEP), assinale a alternativa correta.

- a) O regime disciplinar diferenciado, além de outras sanções, é aplicado ao preso provisório ou ao condenado quando da prática de crime doloso, tendo como uma de suas características a limitação de duas horas diárias de banho de sol.
- b) Por não haver condenação definitiva, é garantido os direitos da LEP aos presos provisórios, mas não se aplicam os deveres estipulados na referida lei.
- c) Como forma de garantir a segurança nos estabelecimentos prisionais, é vedada a contratação de médico particular por seus familiares ou dependentes do condenado, para orientar e/ou acompanhar o tratamento ambulatorial.
- d) A inclusão no regime disciplinar diferenciado ao preso poderá ser aplicada de ofício pelo diretor do estabelecimento.
- e) Quando ocorrer um isolamento preventivo, em razão de sua característica (preventiva), não será computado no período de cumprimento da sanção disciplinar.

Comentários: A alternativa A é o gabarito da questão.

28. (VUNESP - Investigador de Polícia (PC BA)/2018) De acordo com a Lei de Execução Penal, é correto afirmar que

- a) o regime disciplinar diferenciado pode ser imposto tanto ao condenado quanto ao preso provisório, tendo como fundamento a prática de qualquer crime doloso.
- b) a permissão de saída é cabível apenas para pessoas presas em regime semiaberto.
- c) a saída temporária é permitida para visita à família e é concedida por prazo não superior a 7 (sete.) dias, podendo ser renovada por mais 5 (cinco) vezes durante o ano.
- d) a regressão de regime pode ser imposta ao apenado que, no curso da execução, seja condenado, por sentença transitada em julgado, pela prática de crime doloso ou, nos termos do regulamento da penitenciária, incorra na prática de falta média.



e) a inclusão do apenado no regime aberto depende da comprovação de que ele já está trabalhando, porque deve comprovar a capacidade prévia de sustentar-se por meios lícitos.

Comentários: A alternativa A é o gabarito da questão.

29. (IESES - Notário e Registrador (TJ AM)/Remoção/2018) Está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade, segundo a Lei de execução penal, o condenado à:

- a) Pena alternativa de liberdade.
- b) Pena de multa.
- c) Pena restritiva de direitos.
- d) Pena privativa de liberdade.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

30. (FUNDATEC - Delegado de Polícia (PC RS)/2018) A respeito da execução da pena privativa de liberdade, analise as assertivas a seguir, de acordo com a Lei de Execução Penal, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a doutrina majoritária, respectivamente.

I. Em relação ao trabalho do preso, é possível afirmar que o trabalho externo é autorizado aos condenados que cumprem pena no regime fechado, desde que em serviços ou obras públicas, que poderão ser realizados por órgãos da administração direta ou indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as medidas contra fuga e em favor da disciplina, ou seja, com escolta.

II. A necessidade de respeito à integridade física e moral do preso fez com que, atualmente, o entendimento jurisprudencial seja pela impossibilidade do uso de algemas, a menos que haja resistência e fundado receio de fuga ou perigo à integridade física do preso, o que não inclui riscos à integridade física de terceiros pessoas, pois, nesse caso, serão cabíveis outras providências.

III. É possível aplicar-se o regime disciplinar diferenciado ao preso provisório ou ao condenado sob o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organização terrorista.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.



d) Apenas I e III.

e) I, II e III.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

31. (FGV - Analista Judiciário (TJ AL)/Oficial de Justiça Avaliador/2018) Tício, enquanto cumpria pena em regime aberto, praticou fato definido como falta grave, sendo certo que a Lei nº 7.210/84 traz as consequências diante de tal comportamento.

Considerando as previsões do diploma legal mencionado e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

a) o reconhecimento de falta grave independe de procedimento administrativo ou judicial, bastando declaração do diretor do estabelecimento penitenciário;

b) o reconhecimento de falta grave depende da instauração de procedimento administrativo e, diante dessa natureza, dispensa a exigência de defesa técnica;

c) o reconhecimento regular de falta grave pode justificar a regressão per saltum do regime de cumprimento de pena;

d) o reconhecimento regular de falta grave pode justificar a perda de todos os dias remidos;

e) o reconhecimento regular de falta grave interrompe o prazo para fim de comutação de pena.

Comentários: A alternativa C é o gabarito da questão.

32. (FCC - Defensor Público do Estado do Amazonas/2018/"Prova Reaplicada") Sobre a disciplina na execução penal, é correto afirmar que

a) o emprego de cela escura é permitido apenas em regime disciplinar diferenciado desde que autorizado pelo juiz competente.

b) a tentativa é impunível em razão de escolha legislativa de minoração dos efeitos criminógenos do cárcere.

c) comete falta disciplinar de natureza grave aquele que causa acidente de trabalho no cumprimento de pena de prestação de serviços à comunidade.

d) a concessão de regalias ao preso como forma de recompensa ao seu bom comportamento é proibida em razão da violação do princípio da igualdade.



e) o direito de receber visitas pode ser suspenso como consequência da prática de falta grave em ato fundamentado do diretor da unidade prisional.

Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

33. (FCC - Defensor Público do Estado do Amazonas/2018/"Prova Reaplicada") Conforme a Lei de Execução Penal, o trabalho do preso

a) sujeita-se aos ditames da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

b) em entidade privada depende de seu consentimento expresso.

c) deve ser remunerado quando consistir em tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade, sob pena de configurar trabalho escravo.

d) provisório pode ser interno e externo em razão do princípio da presunção de inocência a que se submete.

e) deve ser remunerado mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a um salário-mínimo.

Comentários: A alternativa B é o gabarito da questão.

34. (CEBRASPE (CESPE) - Delegado de Polícia Federal/2018) Julgue o item que se segue, relativo a execução penal, desarmamento, abuso de autoridade e evasão de dívidas.

Preso provisório não pode ser submetido ao regime disciplinar diferenciado.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

35. (FGV - Advogado (ALERO)/2018) Tício, 40 anos, na condição de funcionário público, foi condenado pela prática de crime de peculato em razão do desvio de quantia em dinheiro da Administração Pública, sendo aplicada pena de 06 anos de reclusão. Após ser apenado em regime inicial semiaberto, preencheu o requisito objetivo e pretende a progressão para o regime aberto.

Considerando apenas as informações narradas, é correto afirmar que Tício, para obter a progressão, deverá

a) se submeter, necessariamente, ao exame criminológico.

b) reparar o dano, além de preencher os demais requisitos gerais legais.



c) preencher os requisitos legais e poderá ser fixada como condicional especial para a concessão do regime aberto a prestação de serviços à comunidade.

d) preencher os requisitos legais e, em regime aberto, deverá cumprir condições gerais e obrigatórios, como não se ausentar da cidade sem autorização judicial, não podendo ser fixadas quaisquer condições especiais não previstas em lei.

e) comprovar que, necessariamente, restam menos de 4 anos de pena a ser cumprida e que já possui oferta prévia de emprego formal.

Comentários: A alternativa B é o gabarito da questão.

36. (IBADE - Guarda de Segurança do Sistema Prisional (SEJUC SE)/2018) O trabalho do preso, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva. Nesse contexto, com relação ao trabalho do preso, é correto afirmar:

a) O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

b) Os doentes ou deficientes físicos não trabalharão em nenhuma hipótese.

c) As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade também serão remuneradas.

d) O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender, dentre outros objetivos, ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado.

e) O preso condenado à pena privativa de liberdade não está obrigado ao trabalho.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

37. (IBADE - Guarda de Segurança do Sistema Prisional (SEJUC SE)/2018) Introduzido na Lei de Execuções Penais a partir de 2003, o Regime Disciplinar Diferenciado representa uma subespécie do regime fechado, mais rigoroso e exigente. Sobre o tema, é correto afirmar:

a) É característica desse regime o recolhimento em cela coletiva com, no máximo, cinco detentos.

b) O preso terá direito à saída da cela por 1 (uma) hora diária para banho de sol.

c) A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasiona subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, a este regime, sem prejuízo da sanção penal.



d) É característica desse regime a duração máxima de trezentos e sessenta e cinco dias, sem possibilidade de repetição da sanção.

e) Estará sujeito a este regime o preso provisório ou o condenado sob o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação em crimes hediondos ou de caráter transnacional.

Comentários: A alternativa C é o gabarito da questão.

38. (IBADE - Guarda de Segurança do Sistema Prisional (SEJUC SE)/2018) Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que, EXCETO:

a) tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.

b) provocar acidente de trabalho.

c) incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina.

d) praticar fato previsto como crime culposos.

e) possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

39. (VUNESP - Analista Jurídico (MPE SP)/2018) Em relação às faltas disciplinares previstas na Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.

a) As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias, graves e gravíssimas.

b) O regime disciplinar diferenciado não pode abrigar presos provisórios.

c) A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave.

d) Comete falta média o condenado à pena privativa de liberdade que provocar acidente de trabalho.

e) A decisão que reconhece a existência de falta disciplinar em procedimento judiciali forme abreviado dispensa motivação.

Comentários: A alternativa C é o gabarito da questão.



40. (IBFC - Agente de Segurança Penitenciário (SEAP MG)/2018) Em conformidade com o previsto na Lei de Execuções Penais, cumpre ao condenado, além das obrigações legais inerentes ao seu estado, submeter-se às normas de execução da pena. Dentre estas obrigações, assinale a alternativa correta quanto ao que pode ser citado como dever do condenado:

- a) exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas, desde que compatíveis com a execução da pena
- b) urbanidade e respeito no trato com os demais condenados
- c) audiência especial com o diretor do estabelecimento
- d) entrevista pessoal e reservada com o advogado
- e) proteção contra qualquer forma de sensacionalismo

Comentários: A alternativa B é o gabarito da questão.

41. (IBFC - Agente de Segurança Penitenciário (SEAP MG)/2018) A respeito da disciplina exigida dos internos, durante o cumprimento da prisão provisória ou definitiva, segundo o disposto na Lei de Execuções Penais, assinale a alternativa correta:

- a) no cumprimento de sanções disciplinares, admite-se o emprego de cela escura
- b) na execução das penas privativas de liberdade, o poder disciplinar deverá ser exercido pelo agente penitenciário de maior hierarquia
- c) o condenado à pena restritiva de direitos não se sujeita à disciplina
- d) como decorrência do cometimento de transgressões disciplinares, admite-se a aplicação de sanções coletivas
- e) não deve haver falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar

Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

42. (FCC - Defensor Público do Estado do Maranhão/2018) Sobre os princípios constitucionais que regem a execução penal, é correto afirmar que:

- a) o devido processo legal é garantido na apuração de faltas disciplinares com a sua plena jurisdicionalização na Lei de Execução Penal.



- b) o princípio da proporcionalidade é cumprido na previsão legal de redução da sanção para faltas disciplinares tentadas.
- c) o princípio da intranscendência da pena impede que a progressão de regime ocorra de forma automática.
- d) o princípio da humanidade das penas é violado com a previsão legal de remição pelo estudo.
- e) o princípio da taxatividade é observado na disposição legal da falta grave de posse de celular, mas relativizado pela jurisprudência em prejuízo do condenado.

Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

43. (FCC - Educador Social Penitenciário (IAPEN)/2018) Sobre a assistência educacional na execução penal, é correto afirmar que

- a) o ensino profissionalizante se destina aos presos de baixa periculosidade.
- b) os sistemas de ensino oferecerão aos presos cursos supletivos de educação de jovens e adultos.
- c) o ensino universitário é restrito aos presos em livramento condicional.
- d) disciplinas que estimulem o senso crítico devem ser evitadas por medida de segurança pública.
- e) o ensino fundamental será ministrado de forma voluntária por presos que tenham habilidades específicas.

Comentários: A alternativa B é o gabarito da questão.

44. (FCC - Monitor Socioeducativo (FCRIA)/2018) Segundo a Lei de Execução Penal

- a) a progressão de regime é incabível para condenados por crimes graves.
- b) a execução penal tem por objetivo castigar o condenado e infligir sofrimento.
- c) é direito do preso a proteção contra qualquer forma de sensacionalismo.
- d) a remição é o direito de saída nos feriados para os presos do regime semiaberto.
- e) o trabalho externo é vedado aos condenados por crime hediondo por motivo de segurança.

Comentários: A alternativa C é o gabarito da questão.



45. (FCC - Defensor Público do Estado do Paraná/2017) Atenção: Esta questão foi anulada pela banca.

Segundo decisões do Superior Tribunal de Justiça, no que se refere às faltas disciplinares graves,

- a) a homologação a posteriori de falta grave ocorrida antes da edição do decreto presidencial impede a declaração do indulto.
- b) a prescrição da falta disciplinar deve ser objeto de regulamentação estadual para ser reconhecida.
- c) o retorno espontâneo do foragido à unidade prisional desconstitui a falta grave de fuga.
- d) a posse de drogas para consumo pessoal não configura falta grave consistente em prática de fato previsto como crime doloso.
- e) é prescindível a realização de processo administrativo disciplinar, desde que haja audiência de justificação judicial, observadas a ampla defesa e contraditório.

Comentários: A assertiva foi **ANULADA**.

46. (FCC - Defensor Público do Estado do Paraná/2017) Lucila cumpria regularmente pena restritiva de direito, consistente em prestação pecuniária equivalente a dois salários mínimos, quando sobreveio, aos autos da execução penal, condenação definitiva à pena privativa de liberdade cujo regime inicial era fechado. Diante disso, o juízo da execução decidiu pela conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.

A decisão judicial

- a) está correta porque há incompatibilidade de cumprimento simultâneo das penas restritiva de direitos e privativa de liberdade, sendo válida a conversão da pena alternativa.
- b) merece reforma porque há compatibilidade de cumprimento simultâneo das penas restritiva de direitos e privativa de liberdade, sendo inválida a conversão da pena alternativa.
- c) está correta porque a pena privativa de liberdade em regime inicial fechado deve prevalecer sobre a pena restritiva de direitos.
- d) merece reforma porque o Juízo da execução deveria promover a suspensão da pena restritiva de direitos, cujo cumprimento seria exigível quando Lucila estivesse no regime aberto.
- e) está correta porque qualquer condenação superveniente torna obrigatória a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.



Comentários: A alternativa B é o gabarito da questão.

47. (CEBRASPE (CESPE) - Juiz Estadual (TJ PR)/2017) João, maior de setenta anos de idade ao tempo do fato, foi condenado pelo crime de estelionato à pena privativa de liberdade de quatro anos e três meses de reclusão em regime inicial semiaberto e, ainda, ao pagamento de cinquenta dias-multa, fixado o valor de um vinte avos do salário mínimo vigente.

Nessa situação hipotética, conforme o CPP,

- a) caso o presidente da República conceda a João graça parcial, o benefício não poderá ser recusado.
- b) o juiz poderá, a requerimento do réu, demonstradas as circunstâncias que o justifiquem, permitir que o pagamento da pena de multa se faça em parcelas mensais.
- c) João terá direito ao livramento condicional, preenchidos os requisitos, e somente este ou o seu advogado poderá requerê-lo ao juízo da execução penal, tendo em vista a natureza personalíssima da pena.
- d) o requisito temporal do livramento condicional será reduzido pela metade, em razão de João contar com mais de setenta anos de idade na data do fato.

Comentários: A alternativa B é o gabarito da questão.

48. (Com. Exam. (MPE PR) - Promotor de Justiça (MPE PR)/2017) Atenção: Esta questão está desatualizada.

O sentenciado Afonso Garante, que cumpria pena em regime semiaberto, empreendeu fuga da Colônia Penal Agrícola, resultando na regressão do regime prisional. O juiz da execução proferiu decisão nos seguintes termos: "O apenado fora sancionado com falta grave consubstanciada em fuga, através de procedimento disciplinar administrativo, com observância do contraditório e ampla defesa. Assim, entendo desnecessária nova oitiva em juízo e homologo a falta grave. Com isso, nos termos do inciso I do artigo 118 da LEP, regrido o sentenciado para o regime fechado, devendo ser considerada como data base para nova progressão de regime a data da sua recaptura, por se tratar de infração disciplinar de natureza permanente."

As soluções apresentadas pelo magistrado, consideradas isoladamente – referentes à dispensa da oitiva judicial do apenado e à interrupção do prazo para progressão – na decisão, foram corretas?

Analise as assertivas abaixo e responda:



I) Não, porque a audiência de justificação para prévia oitiva do condenado se constitui em exigência obrigatória na regressão definitiva ao regime mais severo, nos termos da Lei de Execução Penal.

II) Sim, pois se inexistir dúvida sobre a falta grave, a oitiva em juízo se constituiria em medida procrastinatória, apenas repetindo o procedimento já realizado na via administrativa.

III) Não, porque não deve existir alteração da data base para nova progressão, na medida em que o sentenciado foi recapturado e não houve a prática de novo crime durante o período em que ficou foragido.

IV) Sim, porque a prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, nos termos de entendimento sumular do STJ.

V) Não, pois a fuga não se constitui em falta grave e, portanto, não pode gerar regressão de regime e interrupção da contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena.

a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

b) Somente as assertivas I e IV estão corretas.

c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

d) Somente a assertiva II e IV estão corretas.

e) Apenas a assertiva V está correta.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão.

49. (FCC - Juiz Estadual (TJ SC)/2017) O regime disciplinar diferenciado, de cumprimento da pena, apresenta as seguintes características:

I. duração máxima de trezentos e sessenta dias, até o limite de um sexto da pena aplicada.

II. recolhimento em cela individual.

III. visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de duas horas.

IV. o preso terá direito à saída da cela por 2 horas diárias para banho de sol.

V. não poderá abrigar presos provisórios.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) II, III, IV e V.

b) I, II, III e IV.



c) III e IV.

d) I, II e V.

e) I, III e V.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão.

50. (VUNESP - Juiz Estadual (TJ SP)/2017/187º) As faltas disciplinares

a) sujeitam à regressão de regime, após prévia oitiva do condenado, e à perda de até 1/3 (um terço) do tempo remido, recomeçando a contagem a partir da data do reconhecimento administrativo da infração.

b) exigem, para seu reconhecimento no âmbito da execução penal, a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de autodefesa, não ofendendo a Constituição a ausência de defesa técnica.

c) estão sujeitas ao princípio da legalidade, cabendo à legislação local especificar as leves e as médias, admitida a imposição de sanções coletivas e punida a tentativa com a sanção correspondente à falta consumada.

d) de natureza grave permitem a imposição da sanção de isolamento celular por ato motivado do diretor do estabelecimento, com necessária comunicação ao juiz da execução, não podendo exceder a trinta dias.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão.

51. (CEBRASPE (CESPE) - Agente de Segurança Penitenciária (SJDH PE)/2017) Quanto a faltas disciplinares, julgue os itens a seguir.

I A autoridade administrativa deverá comunicar ao juiz da execução a punição pelo cometimento de faltas leves, médias e graves.

II Tentada ou consumada, a conduta ensejadora de falta disciplinar grave será punida com a mesma sanção, sem abrandamento.

III O Regime Disciplinar Diferenciado é modalidade de sanção disciplinar aplicável ao preso condenado, mas não ao preso provisório.

IV O rol de sanções disciplinares previsto na Lei de Execução Penal é taxativo e inextensível.

Estão certos apenas os itens



- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

52. (Instituto AOCP - Agente Penitenciário (SEJUS CE)/2017) A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- a) Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta poderá ser prestada em outro local somente mediante autorização do Juiz da Vara de Execuções Penais responsável pelo estabelecimento.
- b) A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado, sendo o ensino de 1º grau facultativo, integrando-se no sistema escolar municipal, devendo ser reduzida a pena do preso ou internado que optar pelo estudo.
- c) A assistência ao egresso consiste na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de até 6 (seis) meses, podendo esse prazo ser prorrogado, no máximo, por duas vezes, sendo comprovado, por declaração do assistente social, o empenho na obtenção de emprego.
- d) Fora dos estabelecimentos penais, serão implementados Núcleos Especializados da Defensoria Pública para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos réus, sentenciados em liberdade, egressos e seus familiares, sem recursos financeiros para constituir advogado.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

53. (Instituto AOCP - Agente Penitenciário (SEJUS CE)/2017) A prática, dentro do estabelecimento penal, de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasiona subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao chamado regime disciplinar diferenciado. Nesse sentido, qual das características a seguir NÃO é condizente com o referido regime disciplinar diferenciado?



- a) Duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada.
- b) O preso terá direito à saída da cela por apenas 1 hora diária para banho de sol.
- c) Recolhimento em cela individual.
- d) Visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de duas horas.

Comentários: A alternativa B é o gabarito da questão.

54. (Instituto AOCF - Agente Penitenciário (SEJUS CE)/2017) Um grupo de presos, com o intuito de subverter a ordem e a disciplina no estabelecimento penal, incita os outros presos a se rebelarem. Nesse sentido, de acordo com o que estabelece a Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/1984), qual medida sancionatória deverá ser aplicada aos presos que incitaram a rebelião?

- a) Deverão ser aplicadas, coletivamente, as sanções previstas para o cometimento de falta grave.
- b) Deverá ser aplicada sanção de recolhimento em cela escura e individual.
- c) Deverão ser aplicadas, coletivamente, as sanções previstas em legislação local para o cometimento de faltas médias.
- d) Deverão ser aplicadas, individualmente, as sanções previstas para o cometimento de falta grave.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

55. (CONSULPLAN - Notário e Registrador (TJ MG)/Remoção/2017/"2017.2") A respeito da detração penal, analise as seguintes assertivas:

- I. O tempo de prisão provisória, de prisão administrativa ou de internação, no Brasil ou no estrangeiro, será computado para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade.
- II. Admite-se atualmente, tanto na jurisprudência quanto na doutrina, a detração por prisão ocorrida em outro processo, desde que o crime pelo qual o sentenciado cumpre pena tenha sido praticado anteriormente a seu encarceramento, numa espécie de fungibilidade da prisão.
- III. À luz do disposto no artigo 42 do CP e artigo 111 da Lei de Execução Penal, somente se admite a detração de prisão processual ordenada em outro processo em que absolvido o sentenciado ou declarada tenha sido a extinção da sua punibilidade, quando a data do cometimento do crime de que trata a execução seja posterior ao período pleiteado.



IV. Computa-se, igualmente, o tempo indevidamente cumprido, relativo à condenação por crime posterior, invalidado em decisão judicial recorrível, em favor do réu, como meio de compensar o período de encarceramento decorrente de delito pelo qual restou absolvido.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) III e IV.
- b) I e II.
- c) I, III e IV.
- d) II e III.

Comentários: A alternativa B é o gabarito da questão.

56. (CEBRASPE (CESPE) - Defensor Público do Estado de Alagoas/2017) No que diz respeito a trabalho do preso, assinale a opção correta.

- a) Compete à direção do estabelecimento prisional autorizar o trabalho externo.
- b) O preso político está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.
- c) O trabalho externo será admissível para os presos em regime semiaberto somente em serviço ou obras públicas.
- d) A Lei de Execução Penal veda a realização de trabalho interno ou externo ao preso provisório.
- e) O trabalho externo é vedado aos presos em regime fechado.

Comentários: A alternativa A é o gabarito da questão.

57. (IBADE - Delegado de Polícia Civil (PC AC)/2017) A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com a seguinte característica, nos moldes da lei de Execução Penal:

- a) duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite da metade da pena aplicada.
- b) recolhimento em cela com, no máximo. 3 detentos.



- c) visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de uma hora.
- d) duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um terço da pena aplicada.
- e) o preso terá direito à saída da cela por 2 horas diárias para banho de sol.

Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

58. (IBADE - Advogado (SEJUDH MT)/2017) No que tange às faltas disciplinares previstas na Lei de Execução Penal, assinale a assertiva correta.

- a) Comete falta média o condenado à pena privativa de liberdade que fugir do estabelecimento prisional.
- b) A legislação local especificará as faltas leves, médias e graves, bem como as respectivas sanções.
- c) No Regime Disciplinar Diferenciado, o preso terá direito à saída da cela por 3 horas diárias para banho de sol.
- d) Comete falta grave o condenado à pena restritiva de direitos que provocar acidente de trabalho.
- e) Pune-se a tentativa com a sanção correspondente à falta consumada.

Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

59. (IBADE - Advogado (SEJUDH MT)/2017) A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características:

- a) duração máxima de cento e oitenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada.
- b) o preso terá direito à saída da cela por 3 horas diárias para banho de sol.
- c) recolhimento em cela composta por no máximo dois indivíduos.
- d) duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um quinto da pena aplicada.
- e) visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de duas horas.



Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

60. (IBADE - Advogado (SEJUDH MT)/2017) Segundo o art. 5º da Lei de Execução Penal, os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal, tratando-se, destarte, do princípio da:

- a) igualdade.
- b) legalidade.
- c) jurisdicionalidade.
- d) intransmissibilidade da pena.
- e) individualização da pena.

Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

61. (VUNESP - Defensor Público do Estado de Rondônia/2017) Sobre o trabalho interno do preso, é correto afirmar que

- a) os doentes ou deficientes físicos não podem exercer atividade laboral por expressa disposição legal.
- b) a jornada normal de trabalho não será inferior a 6 (seis) nem superior a 8 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados.
- c) não há na Lei de Execução Penal previsão sobre trabalho do preso provisório.
- d) na atribuição do trabalho não deverão ser levadas em conta as oportunidades oferecidas pelo mercado.
- e) o trabalho não deverá ter como objetivo a formação profissional do condenado, mas tão somente a sua recuperação.

Comentários: A alternativa B é o gabarito da questão.

62. (VUNESP - Defensor Público do Estado de Rondônia/2017) Entre os direitos e deveres do condenado, afirma-se corretamente que

- a) não é direito do condenado ter audiência com o diretor do estabelecimento em que cumpre a pena.



- b) não constitui dever do condenado conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina.
- c) não constitui dever do condenado manter asseio na cela.
- d) não constitui direito do condenado a proteção contra qualquer forma de sensacionalismo.
- e) não é direito do condenado manter contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita de forma irrestrita.

Comentários: A **alternativa E** é o gabarito da questão.

63. (VUNESP - Defensor Público do Estado de Rondônia/2017) Em relação à disciplina do preso, assinale a alternativa correta.

- a) O poder disciplinar, na execução da pena privativa de liberdade, será exercido pelo juiz da execução.
- b) A prática de fato previsto como crime doloso não constitui falta grave, pena de, em assim sendo, haver caracterização de *bis in idem*.
- c) A falta grave interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.
- d) O preso sujeito ao regime disciplinar diferenciado pode ficar sujeito ao cumprimento de parte de sua pena em cela escura, desde que se observe o limite de 10% do *quantum* da pena a se cumprir em referida cela.
- e) Pune-se a tentativa com a sanção correspondente à falta disciplinar consumada.

Comentários: A **alternativa E** é o gabarito da questão.

64. (NUCEPE UESPI - Agente Penitenciário (SEJUS PI)/2017) A lei de execução penal garante assistência ao preso. Incumbe ao serviço de assistência social:

- a) Relatar, de forma oral ao diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo preso.
- b) Acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias.
- c) Promover de 2 (dois) em 2 (dois) anos, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação.
- d) Incumbe ao serviço de assistência social providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da Previdência Social e do seguro desemprego.



e) Não cabe ao serviço de assistência social orientar e amparar, quando necessário, a vítima.

Comentários: A alternativa B é o gabarito da questão.

65. (NUCEPE UESPI - Agente Penitenciário (SEJUS PI)/2017) Em relação aos direitos contidos na lei de execução penal impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios. Marque a alternativa que indica direito concedido ao preso:

- a) Proteção contra qualquer forma de sensacionalismo.
- b) Visita controlada e apenas do cônjuge e de parentes.
- c) Chamamento por número.
- d) Audiência especial com o supervisor do estabelecimento.
- e) Representação e petição apenas ao diretor, em defesa de direito.

Comentários: A alternativa A é o gabarito da questão.

66. (NUCEPE UESPI - Agente Penitenciário (SEJUS PI)/2017) Entre as sanções disciplinares contidas na lei de execução penal há a aplicação de

- a) Multa.
- b) Advertência escrita, mediante termo assinado por familiar.
- c) Repreensão.
- d) Isolamento na própria cela por 35 (trinta e cinco) dias.
- e) Inclusão no regime disciplinar diferenciado por 3 (três) anos.

Comentários: A alternativa C é o gabarito da questão.

67. (Fundação La Salle - Agente Penitenciário (SUSEPE RS)/2017) Considera-se egresso para os efeitos da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal):

I - o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento.



II - o liberado condicional, durante o período de prova.

III - o preso provisório, após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

IV - o reincidente por crime doloso ou culposo.

Das afirmações acima, qual(is) está(ão) correta(s)?

a) Apenas I, II e III.

b) Apenas I e II.

c) Apenas II, III e IV.

d) Apenas a II.

e) I, II, III e IV.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão.

68. (IOBV - Oficial Policial Militar (PM SC)/2017) Assinale a alternativa correta em relação às disposições da Lei de Execução Penal:

a) A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá exclusivamente o atendimento médico e farmacêutico.

b) Considera-se egresso, nos termos da Lei de Execução Penal, o liberado definitivo, pelo prazo de 2 (dois) anos a contar da saída do estabelecimento penal.

c) A direção do estabelecimento prisional, mediante decisão fundamentada, poderá incluir o preso no regime disciplinar diferenciado.

d) A autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até 15 (quinze) dias.

e) O produto da remuneração do trabalho do preso deverá atender ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada.

Comentários: A **alternativa E** é o gabarito da questão.

69. (IESES - Notário e Registrador (TJ PA)/Remoção/2016) Em relação ao direito do condenado ao trabalho externo é correto afirmar:



- I. O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.
- II. O limite máximo do número de presos será de 20% (vinte por cento) do total de empregados na obra.
- III. A prestação de trabalho à entidade privada depende do consentimento expresso do preso.
- IV. A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/4 (um quarto) da pena.

A sequência correta é:

- a) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- b) Apenas a assertiva II está correta.
- c) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

70. (VUNESP - Juiz de Direito Militar (TJM SP)/2016) Nos termos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, os condenados por crime praticado, dolosamente, com violência de natureza grave contra a pessoa, ou por qualquer dos crimes previstos no art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990,

- a) não terão a identificação de perfil genético incluído em banco de dados sigiloso, mas de livre acesso às autoridades policiais, independentemente de requerimento.
- b) serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético mediante extração de DNA.
- c) não terão extraído o DNA, se submetidos à Justiça Militar, em razão da excepcionalidade da lei de execução.
- d) não poderão ser submetidos à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA, por falta de permissivo legal.
- e) somente poderão ter a identificação de perfil genético verificada pelo Juiz do processo, vedado o acesso às autoridades policiais mesmo mediante requerimento.

Comentários: A alternativa B é o gabarito da questão.



71. (INCAB (ex-FUNCAB) - Agente Penitenciário (SEJAP MA)/2016) Acerca do regime disciplinar diferenciado e de acordo com o disposto no art. 52 da Lei nº 7.210/1984, é correto afirmar que:

- a) caso a conduta do preso implique sujeição ao regime disciplinar diferenciado, será relevada a caracterização de falta grave, para que não haja dupla punição pelo mesmo fato.
- b) o regime disciplinar diferenciado tem duração máxima e improrrogável de trezentos e sessenta e cinco dias.
- c) o preso condenado, caso apresente alto risco para a segurança do estabelecimento penal, poderá ser encaminhado ao regime disciplinar diferenciado, o que não ocorre com o preso provisório.
- d) o regime disciplinar diferenciado, em que o preso tem direito a visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, poderá abrigar presos provisórios.
- e) a prática de crime doloso pelo preso condenado, além de implicar falta grave, automaticamente determina sujeição ao regime disciplinar diferenciado.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

72. (INCAB (ex-FUNCAB) - Agente Penitenciário (SEJAP MA)/2016) Assinale a alternativa que corretamente contempla sanções disciplinares admitidas pela Lei nº 7.210/1984.

- a) Repreensão; incomunidade absoluta do preso; isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo e suspensão ou restrição de direitos.
- b) Incomunicabilidade absoluta do preso; isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo; advertência verbal e suspensão ou restrição de direitos.
- c) Isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo; repreensão; incomunicabilidade absoluta do preso e advertência verbal.
- d) Advertência verbal; repreensão; suspensão ou restrição de direitos e isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo.
- e) Advertência verbal; repreensão; suspensão ou restrição de direitos e incomunicabilidade absoluta do preso.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.



73. (INCAB (ex-FUNCAB) - Agente Penitenciário (SEJAP MA)/2016) A Comissão Técnica de Classificação é composta, no mínimo:

- a) pelo juiz da Execução Penal, bem como por fiscais do serviço social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.
- b) por fiscais do serviço social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.
- c) pelo diretor do estabelecimento, que a presidirá, bem como por um chefe de serviço e um psiquiatra, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.
- d) por dois chefes de serviço, um psicólogo, um psiquiatra e um assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos.
- e) pelo diretor do estabelecimento, que a presidirá, bem como por dois chefes de serviço, um psicólogo, um psiquiatra e um assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.

Comentários: A **alternativa E** é o gabarito da questão.

74. (FCC - Defensor Público do Estado da Bahia/2016) No que toca à disciplina carcerária,

- a) são vedadas, pela Lei de Execuções Penais, as sanções coletivas.
- b) depois da Constituição Federal de 1988, qualquer sanção disciplinar deve contar com homologação judicial, tendo em conta a atuação fiscalizatória do juiz.
- c) a Lei de Execuções Penais especifica de forma taxativa as faltas de natureza grave e média, sendo que remete ao legislador local a especificação das faltas de caráter leve.
- d) a autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até vinte dias.
- e) a submissão de preso ao regime disciplinar diferenciado poderá ser determinada pelo diretor da casa prisional, em caráter emergencial e excepcional, sendo que a decisão deverá ser ratificada pelo juiz no prazo máximo de vinte e quatro horas, contadas da efetivação da medida.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão.

75. (CEBRASPE (CESPE) - Agente de Polícia (PC GO)/2016 (e mais 1 concurso) De acordo com a Lei n.º 7.210/1984 — LEP —, a prestação de trabalho

- a) decorrente de pena restritiva de direito deve ser remunerada.



- b) em ambiente externo tem de ser autorizada pelo juiz da execução penal e depende de critérios como aptidão, disciplina e responsabilidade.
- c) a entidade privada depende do consentimento expresso do preso, que terá sua autorização de trabalho revogada se for punido por falta grave.
- d) é obrigatória tanto para o preso provisório quanto para o definitivo.
- e) externo é proibida ao preso provisório e ao condenado que cumpre pena em regime fechado.

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão.

76. (CEBRASPE (CESPE) - Agente de Polícia (PC GO)/2016 (e mais 1 concurso) José subverteu a disciplina interna do estabelecimento prisional por ter praticado ato previsto como crime.

Nessa situação hipotética, de acordo com o que prevê a LEP relativamente ao RDD,

- a) o RDD poderá ser aplicado a José pelo diretor do estabelecimento prisional, que, na decisão, deverá considerar o comportamento de José e os motivos de sua prisão.
- b) a submissão de José ao RDD ocorrerá se o crime praticado por ele for tipificado na modalidade dolosa ou culposa, que cause dano ao patrimônio ou à integridade física de outrem.
- c) para que José seja submetido ao RDD, o crime por ele cometido deve ser doloso e ter sido praticado com violência ou grave ameaça a pessoa, hipótese que configura falta grave.
- d) não será admitida a aplicação do RDD a José se ele for um preso provisório, uma vez que a LEP prevê ser requisito para esse regime o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- e) se for submetido ao RDD, José ficará recolhido em cela individual, terá direito a visitas semanais e poderá sair da cela diariamente para banho de sol.

Comentários: A **alternativa E** é o gabarito da questão.

77. (CEBRASPE (CESPE) - Agente de Polícia (PC GO)/2016 (e mais 1 concurso) De acordo com a LEP, se determinado preso provisório cometer crime doloso após o encarceramento, ele estará sujeito ao regime disciplinar diferenciado, sem prejuízo da sanção penal,

- a) mediante decisão da autoridade administrativa competente, independentemente da manifestação do juiz competente.
- b) por decisão da autoridade administrativa competente, precedida da manifestação do MP e da defesa.



- c) caso o novo ato cometido, previsto como crime doloso, seja punível com reclusão.
- d) que poderá limitar o número de pessoas e a duração das visitas semanais.
- e) depois de transitar em julgado eventual decisão condenatória do crime que motivou a sua prisão, pois, como preso provisório, ele não pode ser sujeito ao referido regime.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

78. (FAURGS - Médico Psiquiatra (TJ RS)/PJ-J/2016 (e mais 5 concursos) Tendo em vista as disposições da Lei Federal nº 7.210/1984, assinale a alternativa que NÃO constitui um direito do preso.

- a) Atribuição de trabalho e sua remuneração.
- b) Previdência Social.
- c) Constituição de pecúlio.
- d) Alimentação suficiente e vestuário.
- e) Exercício pleno e irrestrito das atividades profissionais e intelectuais anteriores à condenação.

Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

79. (MPE SC - Promotor de Justiça (MPE SC)/2016/40º) A Lei n.7.210/84 (Execução Penal) tratou em capítulo próprio acerca da classificação dos condenados, com o objetivo de orientar a individualização da execução penal. Quanto à identificação dos condenados, todavia, a referida lei padece pela desatualização, inexistindo previsão de coleta de perfil genético como forma de identificação criminal, a exemplo do que já ocorre em outros países.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

80. (MPE SC - Promotor de Justiça (MPE SC)/2016/40º) São deveres do condenado, previstos na Lei n.7.210/84: conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina; submissão à sanção disciplinar imposta; indenização à vítima ou aos seus sucessores; indenização ao Estado, quando possível, das despesas realizadas com a sua manutenção, mediante desconto proporcional da remuneração do trabalho.



Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

81. (MPE SC - Promotor de Justiça (MPE SC)/2016/40º) Um dos direitos consagrados aos presos pela Lei n. 7.210/84 é o de manter contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes. A mesma lei, todavia, confere ao diretor do estabelecimento a suspensão ou restrição desse direito, desde que o faça mediante ato motivado.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

82. (MPE SC - Promotor de Justiça (MPE SC)/2016/40º) A Lei n. 7.210/84, ao tratar da disciplina do preso, previu a existência do regime disciplinar diferenciado, caracterizando-o. Dispõe que estarão sujeitos a tal regime tanto os presos provisórios como os condenados, nacionais ou estrangeiros, que apresentem alto risco para a ordem e para a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

83. (IESES - Notário e Registrador (TJ MA)/Remoção/2016) Identifique a afirmativa **FALSA** nas alternativas abaixo que encontram-se dispostas na Lei de Execução Penal n. 7.210/1984:

a) O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.

b) Na subseção III, Título III da lei acima citada, Das sanções e recompensas dos apenados, verifica-se como sanções disciplinares: advertência por escrito, repreensão, suspensão, isolamento na própria cela e inclusão no regime disciplinar diferenciado.

c) Transitando em julgado a sentença que aplicar pena privativa de liberdade, se o réu estiver ou vier a ser preso, o Juiz ordenará a expedição de guia de recolhimento para a execução.

d) As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias e graves. A legislação local especificará as leves e médias, bem assim as respectivas sanções.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão.



84. (NUCEPE UESPI - Agente Penitenciário (SEJUS PI)/2016) Acerca da Assistência destinada aos presos nos Estabelecimentos Prisionais, pode-se afirmar:

- a) a assistência jurídica integral e gratuita é destinada aos presos, independentemente, de seus recursos financeiros para constituir advogado.
- b) o ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.
- c) a assistência social tem por finalidade amparar o preso, doando-lhe auxílio reclusão.
- d) o Brasil sendo um país laico, não é possível assistência religiosa ao preso.
- e) a assistência à saúde do preso terá caráter preventivo e curativo, desde que, exclusivamente, no estabelecimento prisional.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão.

85. (NUCEPE UESPI - Agente Penitenciário (SEJUS PI)/2016) A Lei de Execução Penal estabelece que as faltas disciplinares são classificadas em leves, médias e graves. Marque a alternativa que NÃO trata de falta grave quanto ao condenado à pena privativa de liberdade:

- a) tiver de posse de aparelho celular.
- b) fugir.
- c) participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina.
- d) provocar acidente de trabalho.
- e) não manter sua higiene pessoal e de sua cela.

Comentários: A **alternativa E** é o gabarito da questão.

86. (NUCEPE UESPI - Agente Penitenciário (SEJUS PI)/2016) PEDRO foi condenado por crime de roubo a 9 (nove.) anos de reclusão, tendo a sentença transitada em julgado. Tem início a execução da pena. PEDRO foi encaminhado à penitenciária. Marque a alternativa CORRETA.

- a) Os condenados por crime praticado dolosamente, com violência de natureza grave contra pessoa, serão submetidos, obrigatoriamente à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA, por técnica adequada e indolor.



- b) A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado e dos Municípios, objetivando prevenir as contravenções e orientar o retorno à convivência em sociedade.
- c) A assistência material ao preso e ao internado consistirá somente no fornecimento de alimentação e vestuário segundo a lei de execução penal.
- d) O estabelecimento prisional disporá de instalação e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, sendo proibida a venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração.
- e) Por razões de segurança nas prisões de segurança máxima será assegurado o acompanhamento médico à mulher no pré-natal não sendo possível no pós-parto.

Comentários: A alternativa A é o gabarito da questão.

87. (NUCEPE UESPI - Agente Penitenciário (SEJUS PI)/2016) MEVIO é preso condenado e cumpre pena no Sistema Prisional Piauiense, estando, portanto sujeito à disciplina carcerária. Marque a alternativa CORRETA.

- a) MEVIO cometeu falta leve ao simular doença para eximir-se de dever legal.
- b) MEVIO cometeu falta média ao deixar de executar o trabalho e as ordens recebidas.
- c) MEVIO cometeu falta grave ao perturbar o repouso noturno.
- d) MEVIO cometeu falta leve, ao atuar de maneira inconveniente, faltando com os deveres de urbanidade frente aos servidores.
- e) MEVIO cometeu falta média, ao praticar atos de comércio de qualquer natureza, sem autorização.

Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

88. (NUCEPE UESPI - Agente Penitenciário (SEJUS PI)/2016) Ao ato de indisciplina de preso condenado no Sistema Prisional Piauiense deve ser observado o respectivo procedimento disciplinar, sendo cabíveis sanções. Em relação ao tema, é CORRETO afirmar que pode ocorrer:

- a) Advertência escrita.
- b) Suspensão por até 40 (quarenta.) dias.
- c) Restrição de direitos por até 60 (sessenta.) dias.



- d) A advertência escrita de caráter educativo aplicável também às infrações de natureza grave.
- e) O isolamento na própria cela que não pode exceder a 30 (trinta.) dias.

Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

89. (CEBRASPE (CESPE) - Defensor Público do Estado de Pernambuco/2015) Enquanto cumpria pena no regime fechado, João foi acusado da prática de falta disciplinar de natureza grave, cometida em 2/1/2012, consistente na posse de um chip para aparelho celular. Em 14/7/2014, o promotor de justiça requereu o reconhecimento da prática da falta grave e a revogação de todo o tempo remido de João.

A respeito dessa situação hipotética, julgue o próximo item, com base na jurisprudência dominante dos tribunais superiores pertinente a esse tema.

A posse exclusivamente de chip para aparelho celular não caracteriza falta disciplinar de natureza grave.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

90. (FGV - Analista (DPE MT)/Advogado/2015) João Fernandes foi condenado à pena de oito anos de reclusão pela prática do crime de estupro de vulnerável. Quando se encontrava em regime semiaberto, foi encontrado na cela com um telefone celular escondido embaixo do seu colchão.

Diante dessa situação, é correto afirmar que João

- a) praticou falta grave e, caso punido, poderá ter todos os seus dias remidos revogados.
- b) não praticou falta grave, pois a execução penal também está sujeita ao princípio da legalidade.
- c) praticou falta grave, mas, mesmo punido, não poderá ter o período de contagem do livramento condicional interrompido.
- d) praticou falta grave e, caso punido, poderá ter até metade dos dias remidos revogados.
- e) praticou falta grave, mas, mesmo punido, não poderá ter aplicada a regressão de regime de cumprimento de pena.

Comentários: A alternativa C é o gabarito da questão.



91. (CEBRASPE (CESPE) - *Agente Penitenciário Federal/Área 1/2015 (e mais 6 concursos)*) Julgue o item subsequente, com relação às disposições da Lei de Execução Penal (LEP).

Caso um preso pratique uma falta disciplinar, poderá a autoridade administrativa decretar o isolamento preventivo desse preso, bem como determinar sua inclusão no regime disciplinar diferenciado, no interesse da disciplina e da averiguação do fato.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

92. (CEBRASPE (CESPE) - *Especialista em Assistência Penitenciária/Enfermagem/2015 (e mais 5 concursos)*) No próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz das medidas de assistência previstas na Lei de Execução Penal.

Manoel, sentenciado a vinte e cinco anos de reclusão, não reúne condições para custear a contratação de advogado que acompanhe a execução de sua pena. Nessa situação, a assistência jurídica deverá ser garantida pelo Estado, de forma integral e gratuita, sob a responsabilidade da defensoria pública, dentro e fora do estabelecimento penal.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

93. (CEBRASPE (CESPE) - *Especialista em Assistência Penitenciária/Enfermagem/2015 (e mais 5 concursos)*) No próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz das medidas de assistência previstas na Lei de Execução Penal.

Pedro, analfabeto, sentenciado a oito anos de reclusão, ingressou no sistema penitenciário, consignando-se em seus registros a falta de instrução fundamental. Nessa situação, é obrigatório que o estabelecimento prisional garanta que Pedro frequente o ensino fundamental nos mesmos moldes e requisitos do sistema escolar da unidade federativa a que pertença esse estabelecimento.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

94. (CEBRASPE (CESPE) - *Especialista em Assistência Penitenciária/Enfermagem/2015 (e mais 5 concursos)*) No próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz das medidas de assistência previstas na Lei de Execução Penal.



Um preso, após o cumprimento de pena privativa de liberdade pelo período de dez anos, foi definitivamente liberado e, contados seis meses de sua saída do estabelecimento prisional, ele requereu do Estado a concessão de alojamento e alimentação em estabelecimento adequado, bem como a colaboração para obtenção de trabalho, o que lhe foi negado, dada a sua condição de egresso. Nessa situação, foi correto o indeferimento do pedido, uma vez que o egresso não possui direito à assistência nos termos pretendidos.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

95. (CEBRASPE (CESPE) - Especialista em Assistência Penitenciária/Enfermagem/2015 (e mais 5 concursos) No próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz das medidas de assistência previstas na Lei de Execução Penal.

José foi condenado a dezoito anos de reclusão e recolhido a estabelecimento prisional. No curso da execução da pena, ele contraiu doença grave, e foi constatada a impossibilidade de o estabelecimento prisional prover-lhe a assistência médica necessária. Nessa situação, a assistência médica ao preso deverá ser custeada pela família do sentenciado em outro local, desde que haja a autorização expressa do juiz competente.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

96. (CEBRASPE (CESPE) - Agente Penitenciário Federal/Área 5/2015) Acerca das políticas de assistência à saúde de pessoas privadas de liberdade no Brasil, julgue o item a seguir.

Conforme previsto na LEP, a assistência à saúde devida à pessoa privada de liberdade no sistema prisional compreende atendimento médico, farmacêutico, odontológico e psicológico.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

97. (CEBRASPE (CESPE) - Agente Penitenciário Federal/Área 5/2015) No que se refere às políticas de educação nos estabelecimentos penais, julgue o item.

A legislação brasileira referente à educação no sistema prisional não prevê o emprego da modalidade de educação a distância.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.



98. (CEBRASPE (CESPE) - Agente Penitenciário Federal/Área 5/2015) Com relação ao trabalho e à assistência social realizados no âmbito do sistema prisional, julgue o item subsequente.

De acordo com a LEP, são considerados egressos tanto o liberado definitivo, pelo prazo de um ano a contar da data de saída do estabelecimento prisional, quanto o liberado condicional, durante o período de prova.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

99. (CEBRASPE (CESPE) - Agente Penitenciário Federal/Área 5/2015) Com relação ao trabalho e à assistência social realizados no âmbito do sistema prisional, julgue o item subsequente.

Entre as ações de assistência ao egresso do sistema prisional incluem-se a orientação e o apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade e a concessão, quando necessária, de alojamento e de alimentação em estabelecimento adequado, nos prazos determinados em lei.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

100. (CEBRASPE (CESPE) - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/Técnico em Enfermagem/2015) De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), julgue o item a seguir, relativo aos diversos tipos de assistência ao preso, ao internado e ao egresso.

No âmbito da assistência educacional, é garantido o acesso à instrução escolar e à formação profissional ao preso, a quem é facultado cursar o ensino fundamental ou realizar curso de aperfeiçoamento profissionalizante.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

101. (CEBRASPE (CESPE) - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/Técnico em Enfermagem/2015) De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), julgue o item a seguir, relativo aos diversos tipos de assistência ao preso, ao internado e ao egresso.

A assistência ao preso e ao egresso é dever do Estado, que age com o objetivo de prevenir o crime e preparar esses indivíduos para o retorno à convivência familiar.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.



102. (CEBRASPE (CESPE) - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/Técnico em Enfermagem/2015) De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), julgue o item a seguir, relativo aos diversos tipos de assistência ao preso, ao internado e ao egresso.

A assistência médica pode ser prestada ao preso no próprio estabelecimento prisional ou, quando esse estabelecimento não contar com equipamento ou outro recurso necessário, em outro local, mediante autorização do juiz da execução penal para deslocamento do preso.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

103. (CEBRASPE (CESPE) - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/Técnico em Enfermagem/2015) De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), julgue o item a seguir, relativo aos diversos tipos de assistência ao preso, ao internado e ao egresso.

Ao serviço de assistência social cabe promover a recreação no estabelecimento prisional e providenciar a obtenção de documentos dos presos assim como os benefícios da previdência social a que essas pessoas tiverem direito.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

104. (CEBRASPE (CESPE) - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/Técnico em Enfermagem/2015) Francisco e Júlio foram condenados pela prática de crime. Durante o cumprimento de sua pena, Francisco obteve livramento condicional e está atualmente em período de prova. Júlio foi liberado definitivamente e saiu do estabelecimento prisional há dezoito meses.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o item subsequente com base no que dispõe a LEP.

Júlio é considerado egresso e pode contar com o serviço de assistência social, que lhe deve prestar ajuda na obtenção de trabalho.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

105. (CEBRASPE (CESPE) - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/Técnico em Enfermagem/2015) Francisco e Júlio foram condenados pela prática de crime. Durante o cumprimento de sua pena, Francisco obteve livramento condicional e está atualmente em



período de prova. Júlio foi liberado definitivamente e saiu do estabelecimento prisional há dezoito meses.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o item subsequente com base no que dispõe a LEP.

Francisco é considerado egresso e, se houver necessidade, poderá ser beneficiado com alojamento e alimentação em estabelecimento adequado por até, no máximo, quatro meses.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

106. (CEBRASPE (CESPE) - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/Técnico em Enfermagem/2015) À luz da LEP, julgue o item, referente ao trabalho do preso.

A legislação limita o trabalho feito pelo preso provisório àquele que pode ser realizado no estabelecimento prisional em que o indivíduo se encontra e na medida de suas aptidões e capacidade.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

107. (CEBRASPE (CESPE) - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/Técnico em Enfermagem/2015) À luz da LEP, julgue o item, referente ao trabalho do preso.

SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: Joaquim foi condenado por crime grave à pena de reclusão, em regime fechado, da qual já cumpriu um sexto. No município em que está localizado o estabelecimento prisional que abriga Joaquim, será iniciada obra pública de revitalização da região central da cidade. **ASSERTIVA:** Nessa situação, desde que preenchidos os requisitos legais e adotadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina, Joaquim poderá ser autorizado pela direção do estabelecimento prisional a trabalhar na obra.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

108. (CEBRASPE (CESPE) - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/Técnico em Enfermagem/2015) À luz da LEP, julgue o item, referente ao trabalho do preso.

As tarefas executadas pelo condenado como cumprimento de pena de prestação de serviço à comunidade não são remuneradas.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.



109. (CEBRASPE (CESPE) - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/Técnico em Enfermagem/2015) À luz da LEP, julgue o item, referente ao trabalho do preso.

O preso provisório ou condenado a pena privativa de liberdade é obrigado a trabalhar e, pelo trabalho realizado, deve ser remunerado com valor que não pode ser inferior a um salário mínimo.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

110. (FCC - Juiz Estadual (TJ SC)/2015) Segundo a Lei de Execução Penal, com relação às faltas disciplinares,

a) a prática de falta grave implicará a imediata perda do direito à saída temporária.

b) para que um comportamento seja tipificado como falta disciplinar independentemente da gravidade, em respeito ao princípio da legalidade estrita, deverá estar previsto na Lei nº 7.210/84.

c) após a apuração de qualquer falta, poderá ser aplicado ao infrator o regime disciplinar diferenciado, a critério do magistrado, desde que este fundamente a decisão.

d) com base em decreto federal, o prazo para a reabilitação da conduta, a partir do cumprimento da sanção disciplinar, será de doze meses para faltas graves.

e) a autoridade administrativa, entendendo que é caso de isolamento preventivo, deverá requerer ao juiz a decretação da medida.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão.

111. (FCC - Juiz Estadual (TJ RR)/2015/V) NÃO comete falta grave o condenado a pena privativa de liberdade que

a) provocar acidente de trabalho.

b) inobservar o dever de obediência ao servidor.

c) descumprir, no regime aberto, as condições impostas.

d) inobservar o dever de execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas.

e) não revelar urbanidade e respeito no trato com os demais condenados.



Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

112. (FCC - Juiz Estadual (TJ RR)/2015/V) O trabalho é reconhecido como um dever e um direito. Nesse sentido, segundo a Lei de Execução Penal, é correto afirmar que

- a) o trabalho externo será permitido nos regimes aberto e semiaberto, sendo proibido no regime fechado.
- b) o condenado perderá sempre $\frac{1}{3}$ dos dias remidos pelo trabalho em caso de cometimento de falta grave, desde que devidamente apurada em processo administrativo e homologada pelo juiz da execução.
- c) a remuneração deverá atender, dentre outras finalidades, as pequenas despesas pessoais do condenado.
- d) a autoridade administrativa deverá encaminhar ao juiz, semestralmente, uma cópia dos registros de todos os condenados que estejam trabalhando com informação dos dias trabalhados.
- e) o juiz, ao conceder o livramento condicional, poderá, em caráter complementar e facultativo, subordinar o livramento a obtenção de ocupação lícita pelo liberado.

Comentários: A alternativa C é o gabarito da questão.

113. (FCC - Juiz Estadual (TJ AL)/2015) A inclusão do sentenciado no regime disciplinar diferenciado

- a) é indevida se corresponder a preso provisório.
- b) pode ser determinada por ato motivado do diretor do estabelecimento prisional.
- c) não pode ultrapassar um sexto da pena aplicada.
- d) pode perdurar até 360 dias, vedada a repetição da sanção, ainda que praticada nova falta grave.
- e) independe de prévia manifestação da defesa.

Comentários: A alternativa C é o gabarito da questão.

114. (FCC - Defensor Público do Estado de São Paulo/2015/VII) Sobre o regime disciplinar na execução penal é correto afirmar que

- a) o descumprimento do dever de executar tarefas e ordens recebidas pelo preso configura falta disciplinar de natureza grave, conforme a Lei de Execução Penal.



- b) é destinado às penas privativas de liberdade, não existindo faltas graves na execução de pena restritiva de direitos.
- c) a condenação em falta disciplinar de natureza grave implica a revogação de um terço do tempo remido pelo trabalho ou estudo.
- d) a jurisprudência do STF não admite a relativização da legalidade nas faltas disciplinares, como a aplicação de falta grave pela posse de chip de telefone celular.
- e) o cumprimento de sanção disciplinar em cela escura deve ser comunicado pelo diretor ao juiz competente em até dez dias.

Comentários: A alternativa A é o gabarito da questão.

115. (FUNIVERSA - Agente de Atividades Penitenciárias (SEGAD DF)/2015) No que se refere ao direito processual penal, julgue o item, segundo o entendimento dos tribunais superiores e da doutrina dominante.

É ilegal a inclusão de preso provisório em regime disciplinar diferenciado, mesmo diante de sua alta periculosidade e de sua liderança em movimento destinado a desestabilizar o sistema prisional, colocando em risco a vida de agentes penitenciários, pois a Lei de Execução Penal assegura ao preso o direito de cumprir sua reprimenda em local que lhe permita contato com seus familiares e amigos.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

116. (FCC - Juiz Estadual (TJ PI)/2015) A prática de falta grave

- a) sujeita à regressão de regime, dispensada a prévia oitiva do condenado.
- b) pode consistir no cometimento de crime doloso, desde que consumado.
- c) pode acarretar a revogação de até 1/3 (um terço) do tempo remido, mas não a interrupção para nova contagem.
- d) interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir da decisão judicial definitiva que reconhecer a infração disciplinar.
- e) pode sujeitar o condenado à sanção disciplinar de isolamento na própria cela, por ato motivado do diretor do estabelecimento, comunicado o juízo das execuções.



Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

117. (FCC - Juiz Estadual (TJ PI)/2015) De acordo com a Lei de Execução Penal, é correto afirmar:

- a) A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e sempre sujeitará o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado.
- b) Os condenados por crime praticado, dolosamente, com violência de natureza grave contra pessoa, ou por qualquer dos crimes previstos como hediondos serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA – ácido desoxirribonucleico, por técnica adequada e indolor, que será armazenada em banco de dados sigiloso, conforme regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo.
- c) A classificação do condenado será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador e acompanhará a execução das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos, devendo propor, à autoridade competente, as progressões e regressões dos regimes, bem como as conversões.
- d) O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva, e será admissível para os presos em regime fechado em caráter externo somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, sendo vedado quanto às entidades privadas.
- e) É garantida a liberdade de contratar médico de confiança pessoal do internado ou do submetido a tratamento ambulatorial, por seus familiares ou dependentes, a fim de orientar e acompanhar o tratamento, e, em caso de divergência sobre o tratamento, terá prioridade o diagnóstico do médico oficial.

Comentários: A alternativa B é o gabarito da questão.

118. (Com. Exam. (MPDFT) - Promotor de Justiça (MPDFT)/2015/31º) “Héracles”, cumprindo pena, na Penitenciária do Distrito Federal, pela prática de crime cometido há três anos, já com sentença transitada em julgado, tentou se evadir, agredindo, na ocasião, um agente penitenciário com um soco, causando-lhe lesões corporais graves, mas sendo contido e levado de volta à cela quando estava em cima do muro, prestes a pular para o lado de fora. É CORRETO afirmar que “Héracles”:

- a) Responde por crime de evasão mediante violência contra a pessoa e também por crime de lesões corporais graves, nesse último caso, se houver representação da vítima.
- b) Responde somente por crime de evasão mediante violência contra a pessoa, na forma tentada, mas com aplicação de circunstância agravante, na dosagem da pena, por causa da violência empregada.



- c) Tem direito à aplicação de uma causa de diminuição de pena, referente à tentativa, quanto ao crime de evasão mediante violência contra a pessoa.
- d) Tem direito à transação penal, quanto a(os) delito(s) praticado(s) durante a tentativa de fuga.
- e) Responde por falta disciplinar de natureza grave, ainda que a fuga não tenha sido consumada.

Comentários: A **alternativa E** é o gabarito da questão.

119. (VUNESP - Juiz Estadual (TJ PA)/2014) Com relação ao regime disciplinar diferenciado, é correto afirmar que

- a) consiste em um rigoroso regime de cumprimento de pena.
- b) a previsão legal do instituto encontra-se no Código Penal, havendo divergências sobre sua constitucionalidade.
- c) sua previsão legal decorre das modificações introduzidas na Lei de Execução Penal.
- d) se trata de uma sanção disciplinar destinada apenas aos presos condenados.
- e) se trata de um incidente no cumprimento da pena, devidamente previsto na Lei de Execução Penal.

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão.

120. (FCC - Defensor Público do Estado do Ceará/2014) As sanções disciplinares de suspensão ou restrição de direitos e de isolamento na própria cela devem ser aplicadas

- a) por ato motivado do diretor do estabelecimento, em ambos os casos.
- b) por ato motivado do diretor do estabelecimento e por prévio e fundamentado despacho do juiz, respectivamente.
- c) por prévio e fundamentado despacho do juiz, em ambos os casos.
- d) por prévio e fundamentado despacho do juiz e por ato motivado do diretor do estabelecimento, respectivamente.
- e) pelo Conselho Penitenciário e por ato motivado do diretor do estabelecimento, respectivamente.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão.



121. (VUNESP - Defensor Público do Estado do Mato Grosso do Sul/2014/XVII) Reformando decisão anterior, o STF, em recurso regimental, recentemente decidiu, nos autos da ação penal 470 ("mensalão"), que

- a) os condenados com mais de 70 (setenta) anos não têm, como regra, direito a prisão domiciliar.
- b) os condenados com doenças graves não têm direito a prisão domiciliar.
- c) o trabalho externo é direito dos condenados, sem necessidade de cumprimento de 1/6 da pena, seja qual for o regime de cumprimento.
- d) os condenados em regime inicial semiaberto não precisam cumprir 1/6 da pena para ter direito ao trabalho externo.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

122. (CEBRASPE (CESPE) - Analista Legislativo (CAM DEP)/Área XVII/Consultor Legislativo/2014) No que diz respeito ao sistema penitenciário e à legislação penal e processual penal aplicada à segurança pública, julgue o item seguinte.

Considere que José tenha sido preso e condenado, por sentença transitada em julgado, a cinco anos de prisão em regime fechado e que, tendo ele cumprido um sexto da pena e apresentado aptidão, disciplina e responsabilidade, tenha solicitado autorização da direção do estabelecimento prisional para a prestação de trabalho externo, que lhe foi negada, sob o argumento de que é defeso aos presos nesse regime o trabalho externo em obras públicas realizadas por entidades privadas, ainda que tomadas as precauções contra a fuga e em favor da disciplina. Nesse caso, a negativa da direção do estabelecimento prisional está em consonância com a legislação vigente aplicada ao caso.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

123. (IBFC - Analista Judiciário (TRE AM)/Judiciária/2014) Constitui sanção disciplinar prevista na Lei de Execução Penal:

- a) Advertência por escrito.
- b) Inclusão no regime disciplinar diferenciado.



- c) Perda do contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita.
- d) Restrição de direitos limitada a 60 (sessenta) dias.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão.

124. (IBFC - Agente de Segurança Penitenciário (SEAP MG)/2014) NÃO é falta grave, prevista na Lei de Execução Penal, cometida pelo condenado à pena privativa de liberdade:

- a) Fugir.
- b) Provocar acidente de trabalho.
- c) Descumprir, no regime aberto, as condições impostas.
- d) Retardar, injustificadamente, o cumprimento da obrigação imposta.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão.

125. (BFC - Agente de Segurança Penitenciário (SEAP MG)/2014) Indique a alternativa que está de acordo com as disposições gerais que disciplinam o trabalho do preso:

- a) O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.
- b) O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.
- c) As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade serão remuneradas.
- d) Ressalvadas outras aplicações legais, será depositada a parte restante para constituição do pecúlio, em Caderneta de Poupança, que será entregue à família do preso, visando sua subsistência.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão.

126. (IBFC - Agente de Polícia Judiciária (PC SE)/2014) Segundo a Lei De Execuções Penais (Lei nº 7.210/84), são características do Regime Disciplinar Diferenciado, exceto:

- a) Duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada.



- b) Direito à saída da cela por duas horas diárias para banho de sol.
- c) Necessidade do trânsito em julgado da sentença condenatória para aplicação da medida.
- d) Recolhimento em cela individual.

Comentários: A alternativa C é o gabarito da questão.

127. (IBFC - Agente Penitenciário (SEAP BA)/2014) Assinale a alternativa correta. Segundo a Lei de execuções penais, constitui sanção disciplinar que não poderá ser aplicada pelo diretor do estabelecimento penal, sem prévio e fundamentado despacho do juiz:

- a) Advertência verbal.
- b) Repreensão.
- c) Inclusão no regime disciplinar diferenciado.
- d) Isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo.
- e) Suspensão ou restrição de direitos.

Comentários: A alternativa C é o gabarito da questão.

128. (FAURGS - Assistente Social (TJ RS)/Classe PJ-J/2014) Considere as afirmativas abaixo, com relação à Lei de Execução Penal.

I - A pena privativa de liberdade não superior a 2 (dois) anos poderá ser convertida em restritiva de direito, desde que presentes determinadas condições.

II - Constituem direitos do preso: alimentação suficiente e vestuário, atribuição de trabalho e sua remuneração, assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa, dentre outros.

III - Não é função do juiz da execução designar entidade ou programa comunitário ou estatal, devidamente credenciado ou convencionado, junto ao qual o condenado deverá trabalhar gratuitamente, de acordo com as suas aptidões.

IV - O juiz poderá suspender, pelo período de 2 (dois) a 3 (três) anos, a execução da pena privativa de liberdade não superior a 2 (dois) anos.

Quais estão corretas?



- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas III e IV.
- e) Apenas I, II e IV.

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão.

129. (Com. Exam. (MPE PR) - Promotor de Justiça (MPE PR)/2014) Sobre o regime disciplinar diferenciado, aponte a alternativa correta:

- a) O regime disciplinar diferenciado terá duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo da repetição da sanção por nova falta grave, de qualquer espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada;
- b) Por meio de ato motivado, o diretor do estabelecimento prisional poderá determinar a inclusão do preso no regime disciplinar diferenciado, não se prescindindo da posterior homologação judicial;
- c) Somente estará sujeito ao regime disciplinar diferenciado o condenado sob o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas quadrilha ou bando;
- d) A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou da disciplina internas, sujeita o condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado;
- e) O preso submetido ao regime disciplinar diferenciado não terá direito a visitas.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão.

130. (MPE SC - Promotor de Justiça (MPE SC)/2014/39º) Considera-se egresso para efeitos da Lei de Execução Penal o liberado definitivo, pelo prazo de um ano a contar da saída do estabelecimento no qual estava recolhido, e o que estiver cumprindo livramento condicional, durante o período da prova.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.



131. (INCAB (ex-FUNCAB) - Técnico em Defesa Social (SCJ TO)/Masculino e Feminino/2014) Em conformidade com a Lei de Execução Penal, a assistência ao egresso consiste na orientação e apoio para:

- a) promover a sua reeducação.
- b) inseri-lo no sistema educacional.
- c) propiciar-lhe atividades religiosas.
- d) reintegrá-lo à vida em liberdade.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

132. (INCAB (ex-FUNCAB) - Técnico em Defesa Social (SCJ TO)/Masculino e Feminino/2014) A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno destes à convivência em sociedade. A assistência, de acordo com a Lei de Execução Penal, será:

- a) médica, odontológica, psicológica, sexual, preventiva e curativa.
- b) material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.
- c) previdenciária, orçamentária, jurídica, preventiva, social e familiar.
- d) familiar, sexual, médica, previdenciária, educacional e laborativa.

Comentários: A alternativa B é o gabarito da questão.

133. (INCAB (ex-FUNCAB) - Técnico em Defesa Social (SCJ TO)/Masculino e Feminino/2014) A Lei de Execução Penal estabelece que o trabalho externo será admissível somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que adotadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina:

- a) para os presos que cumprem a pena em regime fechado.
- b) exclusivamente para os apenados em regime semiaberto.
- c) como medida punitiva por atos indisciplinados.



d) independentemente do consentimento ou concordância do preso.

Comentários: A alternativa A é o gabarito da questão.

134. (INCAB (ex-FUNCAB) - Técnico em Defesa Social (SCJ TO)/Masculino e Feminino/2014) Dentre as sanções disciplinares previstas na Lei de Execução Penal, aquela cuja aplicação depende de prévio e fundamentado despacho do juiz competente é a:

- a) advertência verbal.
- b) inclusão no regime disciplinar diferenciado.
- c) repreensão.
- d) suspensão ou restrição de direitos.

Comentários: A alternativa B é o gabarito da questão.

135. (INCAB (ex-FUNCAB) - Analista em Defesa Social (SCJ TO)/Serviço Social/2014) A assistência ao egresso estabelecida na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), define a emissão de documento comprobatório pelo assistente social nos casos de prorrogação do prazo de concessão de:

- a) trabalho protegido.
- b) alojamento e alimentação.
- c) visitas familiares.
- d) reingresso escolar

Comentários: A alternativa B é o gabarito da questão.

136. (INCAB (ex-FUNCAB) - Analista Socioeducador (SCJ TO)/Terapia Ocupacional/2014) A Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984) – LEP – é a regulamentação de um padrão mínimo exigido para o sistema penitenciário. Segundo ela, a assistência ao preso objetiva prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Para que isso aconteça, a LEP aponta as seguintes diretrizes, EXCETO:



- a) a classificação dos condenados se dá por meio de avaliação de seus antecedentes e personalidade.
- b) o condenado à pena privativa está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidades.
- c) a jornada de trabalho do preso não será inferior a 6 horas tampouco superior a 8 horas.
- d) é conferido o direito ao condenado primário de prestar trabalho externo logo que cumprido um sexto da pena.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

137. (FUNDEP - Promotor de Justiça (MPE MG)/2014/LIV) Sobre o regime disciplinar diferenciado, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Poderá abrigar condenados, nacionais ou estrangeiros, que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.
- b) Está sujeito o condenado sob o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas.
- c) É aplicável ao preso provisório que pratique fato previsto como crime doloso e que ocasione subversão da ordem e disciplina internas, sem prejuízo da sanção penal.
- d) Tem duração máxima de 360 (trezentos e sessenta.) dias, sem prejuízo de repetição por nova falta grave, até o limite de 1/4 (um quarto) da pena.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

138. (CEFETBAHIA - Estagiário (DPE BA)/Jurídico/2014) Consoante a Lei de Execução Penal Brasileira (Lei nº 7.210/84), marque com V as afirmativas verdadeiras e com F, as falsas.

- () Os condenados ou presos provisórios por crime praticado, dolosa ou culposamente, com grave ameaça ou violência de natureza grave contra pessoa, ou por qualquer dos crimes previstos na Lei de Crimes Hediondos (Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990), serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA - ácido desoxirribonucleico - por técnica adequada e indolor.
- () Fora dos estabelecimentos penais, serão implementados Núcleos Especializados da Defensoria Pública para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos réus, sentenciados em liberdade, egressos e seus familiares, sem recursos financeiros para constituir advogado.



() A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado.

() O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos não continuará a beneficiar-se com a remição de pena.

A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a

a) V V V V

b) V V F F

c) V F F V

d) F V V F

e) F F V V

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

139. (FCC - Defensor Público do Estado do Amazonas/2013) O regime disciplinar diferenciado

a) não permite saída diária da cela.

b) terá duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave da mesma espécie, até o limite de um terço da pena aplicada.

c) permite visitas semanais de duas pessoas, incluídas as crianças, com duração de duas horas.

d) terá duração máxima de trezentos e sessenta dias, vedada a repetição da sanção por nova falta grave da mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada.

e) pode ser imposto aos presos provisórios.

Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

140. (FGV - Agente Penitenciário (SEJAP MA)/2013) As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias e graves.

As alternativas a seguir apresentam faltas graves segundo a lei de execução penal, à exceção de uma. Assinale-a.



- a) Deixar de conservar em ordem os objetos de uso pessoal.
- b) Fugir.
- c) Tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.
- d) Descumprir, no regime aberto, as condições impostas.
- e) Faltar com o dever de obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deve relacionar-se.

Comentários: A alternativa A é o gabarito da questão.

141. (CEBRASPE (CESPE) - Procurador do Distrito Federal/2013) Atenção: Esta questão foi anulada pela banca.

O juiz da vara de execuções penais negou ao condenado o direito de receber visita da mãe pelo fato de ela ter sido condenada em sentença transitada em julgado por tentar adentrar o presídio transportando 100 g de maconha na cavidade vaginal. Na época da negativa, ela encontrava-se cumprindo sua pena no regime aberto.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Em situações semelhantes à da hipótese em questão, é permitido ao condenado a quem se negou o direito de receber a visita impugnar a decisão por meio de agravo em execução, devendo o tribunal afastar a restrição, pois ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei que o obrigue.

Comentários: A assertiva foi **ANULADA**.

142. (CEBRASPE (CESPE) - Procurador do Distrito Federal/2013) Atenção: Esta questão foi anulada pela banca.

O juiz da vara de execuções penais negou ao condenado o direito de receber visita da mãe pelo fato de ela ter sido condenada em sentença transitada em julgado por tentar adentrar o presídio transportando 100 g de maconha na cavidade vaginal. Na época da negativa, ela encontrava-se cumprindo sua pena no regime aberto.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item que se segue.



O juiz agiu corretamente, pois quem já foi condenado por traficar drogas em presídio oferece riscos ao ambiente emocionalmente instável da penitenciária.

Comentários: A assertiva foi **ANULADA**.

143. (CEBRASPE (CESPE) - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária/Técnico em Enfermagem/2013) Com relação aos estabelecimentos penais federais, julgue o item seguinte.

Os estabelecimentos penais federais destinam-se a promover a execução administrativa das medidas restritivas de liberdade dos presos, provisórios ou condenados, inclusive daqueles sujeitos a regime disciplinar diferenciado.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

144. (CEBRASPE (CESPE) - Agente Penitenciário Federal/2013) A respeito de controle e responsabilização da administração, julgue o item seguinte.

São considerados egressos os presos liberados definitivamente, pelo prazo de um ano, contado a partir da saída do estabelecimento penal.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

145. (FCC - Defensor Público do Estado de São Paulo/2013/VI) Em relação à questão de gênero no sistema penal brasileiro é correto afirmar que

a) o relacionamento homoafetivo fora dos dias de visita constitui falta disciplinar de natureza grave, pois pode subverter a ordem e a disciplina da unidade prisional.

b) a criminologia crítica demonstrou que a mulher tem maior tendência para cometer crimes passionais.

c) os estabelecimentos penais destinados a mulheres devem ser dotados de estrutura adequada para que possam cuidar de seus filhos e amamentá-los até o período máximo de seis meses de idade.

d) caso a mulher presa seja surpreendida na posse de uma bateria de telefone celular comete falta disciplinar de natureza grave, que acarreta a perda de convivência com seu filho na unidade prisional.

e) o Decreto Presidencial de Indulto pode prever lapsos temporais menores para obtenção de indulto pelas mulheres.



Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

146. (CEBRASPE (CESPE) - Agente de Polícia (PC DF)/2013) De acordo com a Lei de Execução Penal — Lei n.º 7.210/1984 —, julgue o item subsequente.

O preso provisório, mesmo que apresente alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade, não poderá ser submetido ao regime disciplinar diferenciado, que é destinado apenas aos presos condenados.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

147. (CEBRASPE (CESPE) - Agente de Polícia (PC DF)/2013) De acordo com a Lei de Execução Penal — Lei n.º 7.210/1984 —, julgue o item subsequente.

Os condenados pela prática de qualquer crime hediondo serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA, por técnica adequada e indolor.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

148. (IBFC - Analista de Promotoria (MPE SP)/Assistente Jurídico/2013) Acerca do Regime Disciplinar Diferenciado, analise as assertivas abaixo:

I. Sujeita o preso a recolhimento em cela individual, com visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de uma hora.

II. Estará igualmente sujeito ao regime disciplinar diferenciado o preso provisório, apenas, se sobre ele recair em fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando.

III. A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado.

IV. A inclusão no regime disciplinar diferenciado constitui sanção disciplinar, todavia, ao contrário das demais sanções, é aplicada por decisão judicial.

Esta correto, apenas, o que se afirma em:

a) I e II.



- b) II e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II, III.
- e) II, III e IV.

Comentários: A alternativa C é o gabarito da questão.

149. (COPS UEL - Agente Penitenciário (DEPEN PR)/2013) Nos casos legais de submissão do condenado à identificação do seu perfil genético, é correto afirmar que essa identificação

- a) será armazenada em banco de dados sigiloso.
- b) será realizada mediante extração de tecido muscular.
- c) é condicionada à autorização do condenado.
- d) é obrigatória para os condenados por crimes contra o patrimônio.
- e) deve ser realizada na presença da autoridade judicial.

Comentários: A alternativa A é o gabarito da questão.

150. (COPS UEL - Agente Penitenciário (DEPEN PR)/2013) Quanto aos atendimentos de caráter preventivo que integram a assistência à saúde do preso e do internado, considere os itens a seguir.

- I. Psicológico.
- II. Médico.
- III. Farmacêutico.
- IV. Odontológico.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.



- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

Comentários: A **alternativa E** é o gabarito da questão.

151. (COPS UEL - Agente Penitenciário (DEPEN PR)/2013) Para os efeitos da Lei de Execução Penal, a contar da saída do estabelecimento, o liberado definitivo é considerado egresso pelo prazo de

- a) 3 meses.
- b) 6 meses.
- c) 1 ano.
- d) 1 ano e 6 meses.
- e) 2 anos.

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão.

152. (COPS UEL - Agente Penitenciário (DEPEN PR)/2013) Sobre os elementos que constituem direitos do preso, considere as afirmativas a seguir.

- I. Previdência social.
- II. Constituição de pecúlio.
- III. Chamamento numérico.
- IV. Escolha de local de trabalho.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.



- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

Comentários: A alternativa A é o gabarito da questão.

153. (COPS UEL - Agente Penitenciário (DEPEN PR)/2013) Ressalvada a hipótese do regime disciplinar diferenciado, o isolamento, a suspensão e a restrição de direitos não podem exceder a

- a) 15 dias.
- b) 30 dias.
- c) 45 dias.
- d) 60 dias.
- e) 90 dias.

Comentários: A alternativa B é o gabarito da questão.

154. (Com. Exam. (MPE PR) - Promotor de Justiça (MPE PR)/2013) Analise as alternativas abaixo e assinale a opção incorreta:

- a) A inclusão do apenado no regime disciplinar diferenciado ou no isolamento preventivo depende de despacho ou decisão judicial fundamentada;
- b) O falecimento de tio não autoriza a permissão de saída do condenado em regime fechado ou do preso provisório;
- c) O juízo da execução pode alterar a forma de execução da prestação de serviços à comunidade, estabelecida em sentença condenatória transitada em julgado;
- d) Nas faltas disciplinares (leves, médias e graves), pune-se a tentativa com a mesma sanção aplicada às faltas consumadas;
- e) A suspensão condicional da pena (sursis), aos condenados maiores de 70 (setenta) anos, é cabível quando a pena privativa de liberdade não for superior a 04 (quatro) anos.

Comentários: A alternativa A é o gabarito da questão.



155. (MPE SC - Promotor de Justiça (MPE SC)/2013/38º) Consoante a Lei n. 7210/84, os condenados serão classificados, na sua totalidade, segundo os seus antecedentes, personalidade e culpabilidade, para orientar a individualização da execução penal.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

156. (MPE SC - Promotor de Justiça (MPE SC)/2013/38º) De acordo com a lei de execução penal o poder disciplinar, na execução da pena privativa de liberdade, será exercido pela autoridade judicial.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

157. (CEBRASPE (CESPE) - Juiz Estadual (TJ PI)/2012) Assinale a opção correta com referência à execução penal (Lei n.º 7.210/1984).

a) O condenado que esteja cumprindo pena em regime fechado, semiaberto ou aberto poderá remir, por trabalho, parte do tempo de execução, à razão de um dia de pena a cada três de trabalho.

b) O condenado ao cumprimento, em regime fechado, de pena privativa de liberdade será submetido a exame criminológico para a obtenção de elementos necessários à adequada classificação, com vistas à individualização da execução.

c) Fora dos estabelecimentos penais, serão implementados núcleos especializados da defensoria pública para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita apenas aos réus já sentenciados que se encontrem em liberdade.

d) Permite-se a assistência religiosa aos presos, mas não a participação destes nos serviços organizados no estabelecimento penal nem a posse de livros de instrução religiosa.

e) O liberado definitivo será considerado egresso até o prazo de cinco anos a contar da saída do estabelecimento penal, podendo ser-lhe concedidos, em tal período, alojamento e alimentação em estabelecimento adequado.

Comentários: A alternativa B é o gabarito da questão.

158. (CEBRASPE (CESPE) - Juiz Estadual (TJ BA)/2012) No que concerne à execução penal, assinale a opção correta.

a) A realização de exame psiquiátrico é obrigatória a todos os condenados por crimes hediondos.



- b) Caso o condenado por crime hediondo cometa falta grave, o juiz da execução poderá revogar até três quintos do tempo remido.
- c) A monitoração eletrônica não se aplica ao condenado que, cumprindo pena em regime semiaberto, obtenha autorização de saída temporária do estabelecimento para visita à família, sem vigilância direta.
- d) Se o condenado fugir ou for flagrado na posse de aparelho telefônico que lhe permita comunicar-se com o ambiente externo, será interrompido o prazo para a obtenção do livramento condicional.
- e) Nos termos da lei, está sujeito ao regime disciplinar diferenciado o preso provisório sobre o qual recaiam fundadas suspeitas de participação, a qualquer título, em quadrilha ou bando.

Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

159. (CEBRASPE (CESPE) - Promotor de Justiça (MPE TO)/2012) Nilo, definitivamente condenado pela prática de diversos crimes hediondos a uma pena total de setenta e dois anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, foi capturado pela polícia, após passar determinado período de tempo foragido, e, então, começou a cumprir sua pena. Logo após a prisão, Nilo adoeceu e teve de ser encaminhado ao serviço médico oficial do presídio, setor onde deveria, segundo laudo emitido por um dos profissionais que o atenderam, permanecer para que fosse submetido a tratamento. Ciente da condição de Nilo, sua família contratou um médico particular, de sua confiança, para acompanhar o tratamento. Esse médico emitiu um laudo em que apontava que Nilo, dada a gravidade de seu estado de saúde, deveria ser tratado em estabelecimento médico particular, fora do presídio, portanto.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei de Execução Penal — Lei n.º 7.210/1984 —, as divergências existentes nos referidos laudos deverão ser resolvidas pelo(a)

- a) comissão técnica que atua junto ao juízo da execução.
- b) chefe do serviço médico prisional.
- c) diretor do presídio.
- d) conselho penitenciário.
- e) juiz da execução.

Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.



160. (CEBRASPE (CESPE) - Promotor de Justiça (MPE TO)/2012) De acordo com a Lei de Execução Penal, incumbe ao

- a) serviço de assistência material colaborar com o egresso do sistema prisional para que ele obtenha trabalho.
- b) serviço de assistência social relatar, por escrito, ao diretor do estabelecimento os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo preso assistido.
- c) serviço de assistência jurídica acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias dos presos.
- d) serviço de assistência social acompanhar a formação profissional do preso e do internado.
- e) serviço de assistência à saúde conhecer os resultados dos diagnósticos ou exames.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão.

161. (VUNESP - Notário e Registrador (TJ SP)/Remoção/2012/8º) Durante a execução da pena privativa de liberdade, ressalvada a hipótese de regime disciplinar diferenciado, é vedada(o)

- a) a concessão de regalias.
- b) a suspensão de direitos por mais de 30 dias.
- c) o isolamento na própria cela.
- d) a restrição de direitos.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão.

162. (VUNESP - Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (SEJUS ES)/2012) Incumbe ao serviço de assistência social:

- a) estabelecer que o ensino profissional seja ministrado em nível de especialização ou de formação técnica.
- b) acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias.
- c) proporcionar nos estabelecimentos penais locais apropriados destinados ao atendimento pelo Defensor Público.



- d) cuidar para que nenhum preso ou internado deixe de participar de atividade religiosa.
- e) tratar da saúde do preso e do internado em caráter terapêutico e ressocializador.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão.

163. (VUNESP - Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (SEJUS ES)/2012) Considera-se egresso, para os efeitos da Lei de Execução Penal:

- a) o liberado, a contar da saída do estabelecimento, seja condenado ou provisório, pelo prazo de 1 (um) ano.
- b) o liberado, a contar da saída do estabelecimento, seja condicional ou provisório, pelo prazo de 1 (um) ano.
- c) o liberado condenado, a contar da saída do estabelecimento e o liberado condicional, pelo prazo de 1 (um) ano.
- d) o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento e o liberado condicional, durante o período de prova.
- e) o liberado condicional, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento e o definitivo, durante o período de prova.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão.

164. (VUNESP - Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (SEJUS ES)/2012) O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade

- a) educativa e produtiva.
- b) de apoio para obtenção de alojamento e alimentação.
- c) curativa, apesar de não ser obrigatória.
- d) de orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade.
- e) de entretenimento e apoio psicológico.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão.



165. (VUNESP - Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (SEJUS ES)/2012) Constituem deveres do condenado:

- a) constituição de pecúlio e poupança.
- b) obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se.
- c) chamamento nominal do cônjuge e amigos em dias determinados.
- d) retribuição ao trabalho e sua remuneração.
- e) assistência material, à saúde, jurídica e educacional.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão.

166. (VUNESP - Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (SEJUS ES)/2012) Na execução das penas restritivas de direitos, o poder disciplinar será exercido

- a) pela autoridade administrativa a que estiver sujeito o condenado.
- b) pelo juiz da condenação criminal.
- c) pela autoridade judicial a que estiver sujeito o egresso.
- d) pelo juiz da execução penal.
- e) pela autoridade judicial a que estiver sujeito o condenado.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão.

167. (VUNESP - Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (SEJUS ES)/2012) Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que

- a) incitar ou participar de movimento para impor a ordem ou a disciplina.
- b) sofrer acidente de trabalho quando em liberdade.
- c) descumprir, no regime aberto, as condições impostas.
- d) possuir, devidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem.
- e) descumprir as regras da liberdade assistida.



Comentários: A alternativa C é o gabarito da questão.

168. (VUNESP - Agente Penitenciário (SEJUS ES)/2012) As recompensas têm em vista o bom comportamento reconhecido em favor do condenado, de sua colaboração com a disciplina e de sua dedicação ao trabalho. É(são) recompensa(s):

- a) o recolhimento em cela individual ou abrigo.
- b) a inclusão no regime disciplinar diferenciado e multidisciplinar.
- c) o elogio e a concessão de regalias.
- d) as visitas semanais de duas pessoas além de crianças.
- e) o direito à saída da cela por 2 horas diárias para banho de sol.

Comentários: A alternativa C é o gabarito da questão.

169. (VUNESP - Agente Penitenciário (SEJUS ES)/2012) A autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até

- a) uma semana.
- b) 24 (vinte e quatro) horas.
- c) 3 (três) dias.
- d) 30 (trinta) dias.
- e) 10 (dez) dias.

Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

170. (CEPERJ - Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária (SEAP RJ)/2012) Consoante a Lei de Execução Penal, os condenados serão classificados, segundo seus antecedentes e sua personalidade, para orientar a individualização da execução penal. Essa classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação presidida pelo:

- a) Diretor do estabelecimento



- b) Juiz da Execução
- c) Promotor de Justiça
- d) Secretário de Justiça
- e) Presidente do Conselho Criminal

Comentários: A alternativa A é o gabarito da questão.

171. (CEPERJ - Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária (SEAP RJ)/2012) A assistência material ao preso e ao internado, nos termos da Lei de Execução Penal, consistirá no fornecimento de:

- a) jornais e revistas
- b) alimentação e vestuário
- c) remuneração e instalações higiênicas
- d) esporte e lazer
- e) educação e saúde

Comentários: A alternativa B é o gabarito da questão.

172. (CEPERJ - Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária (SEAP RJ)/2012) A assistência à saúde do preso e do internado, nos termos da Lei de Execução Penal, abrangerá a:

- a) médica
- b) fisioterápica
- c) estética
- d) religiosa
- e) trabalhista

Comentários: A alternativa A é o gabarito da questão.



173. (CEPERJ - Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária (SEAP RJ)/2012) Nos termos da Lei de Execução Penal, as Unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, dentro e fora dos estabelecimentos penais, prestados pelo seguinte órgão:

- a) Ordem dos Advogados do Brasil
- b) Assistência Jurídica municipal
- c) Defensoria Pública
- d) Ministério Público estadual
- e) Procuradoria do Estado

Comentários: A alternativa C é o gabarito da questão.

174. (CEPERJ - Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária (SEAP RJ)/2012) A assistência educacional compreenderá, nos termos da Lei de Execução Penal, o seguinte aspecto:

- a) instrução escolar básica
- b) formação superior geral
- c) ensino especial fundamental
- d) pós-graduação em Direito
- e) formação de magistério popular

Comentários: A alternativa A é o gabarito da questão.

175. (CEPERJ - Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária (SEAP RJ)/2012) Considera-se egresso, para fins da Lei de Execução Penal, o liberado em definitivo, a contar da saída do estabelecimento, pelo prazo de:

- a) seis meses
- b) dois anos
- c) três anos



- d) um ano
- e) cinco anos

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

176. (CEPERJ - Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária (SEAP RJ)/2012) O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior, em relação ao salário mínimo, à seguinte fração:

- a) $\frac{3}{5}$
- b) $\frac{1}{2}$
- c) $\frac{1}{5}$
- d) $\frac{2}{4}$
- e) $\frac{3}{4}$

Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

177. (CEPERJ - Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária (SEAP RJ)/2012) O trabalho externo será admissível, para presos em regime fechado, somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra fuga e em favor da disciplina, e nos termos da Lei de Execução Penal, poderá, em relação ao total de empregados da obra, corresponder ao limite máximo de:

- a) 10%
- b) 20%
- c) 30%
- d) 40%
- e) 50%

Comentários: A alternativa A é o gabarito da questão.



178. (CEPERJ - Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária (SEAP RJ)/2012) O condenado possui inúmeros deveres a cumprir previstos na Lei de Execução Penal, dentre os quais não se inclui:

- a) comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença
- b) obediência ao servidor e respeito a todos com quem deva relacionar-se
- c) urbanidade e respeito no trato com os demais condenados
- d) participação dos movimentos coletivos de fuga ou de subversão à ordem
- e) execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão.

179. (CEPERJ - Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária (SEAP RJ)/2012) No âmbito das faltas disciplinares que podem ser cometidas pelo condenado preso, segundo a Lei de Execução Penal, é considerado de natureza grave:

- a) trabalhar voluntariamente
- b) conservar objetos de uso pessoal
- c) usar de bebida alcoólica
- d) não indenizar o Estado das despesas realizadas
- e) possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem

Comentários: A **alternativa E** é o gabarito da questão.

180. (CEPERJ - Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária (SEAP RJ)/2012) No regime disciplinar diferenciado, concorre a seguinte característica:

- a) duração máxima de setecentos e vinte dias
- b) recolhimento em cela coletiva
- c) visita semanal proibida



- d) direito à saída da cela por 2 horas diárias para banho de sol
- e) repetição do regime por nova falta grave não é possível

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

181. (FCC - Analista Judiciário (TJ RJ)/Assistente Social/2012) Conforme a Lei de Execução Penal (LEP), a Assistência Social deverá ser

- a) material, jurídica, moral, social, disciplinar e inclusiva.
- b) jurídica, preventiva, de seguridade, educacional, protetiva e social.
- c) inclusiva, jurídica, inter-relacional, processual, protetiva e sanitária.
- d) material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.
- e) religiosa, moral, jurídica, social, material e prisional.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

182. (IESES - Notário e Registrador (TJ RN)/Ingresso/2012) É certo afirmar:

- I. Em determinados casos o ordenamento jurídico vigente permite ao ofendido ou a quem legalmente o represente, o direito de promover a ação penal.
- II. Somente o juiz da execução penal é competente para julgar e aplicar as sanções decorrentes das faltas disciplinares cometidas pelos presos.
- III. Guia de recolhimento e guia de execução são sinônimos, observadas para as penas restritivas de direitos.
- IV. Exceção da verdade e questões incidentais não afastam a competência dos Juizados Especiais, se a hipótese não for complexa.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.



d) Somente as proposições II e IV estão corretas.

Comentários: A alternativa A é o gabarito da questão.

183. (CEBRASPE (CESPE) - Defensor Público do Estado do Maranhão/2011) A respeito da execução penal, instituída pela Lei n.º 7.210/1984, assinale a opção correta.

a) O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, deve ter finalidade educativa e produtiva, não sendo remuneradas as tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade.

b) Na hipótese de saída temporária, a ausência de vigilância direta não impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado, se o julgar necessário o diretor do estabelecimento prisional.

c) A autorização para a inclusão do preso em regime disciplinar diferenciado, como sanção disciplinar, depende de requerimento circunstanciado elaborado pelo juízo das execuções penais.

d) O tempo de isolamento ou inclusão preventiva no regime disciplinar diferenciado não deve ser computado no período de cumprimento da sanção disciplinar.

e) Os condenados que cumprem pena em regime fechado podem obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, benefício não assegurado aos presos provisórios.

Comentários: A alternativa A é o gabarito da questão.

184. (VUNESP - Juiz Estadual (TJ SP)/2011/183º) Assinale a alternativa correta, relativa à execução penal, inclusive, se o caso, consoante jurisprudência sumulada dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

a) A falta grave interrompe o lapso temporal aquisitivo do livramento condicional.

b) É inadmissível o trabalho externo para presos em regime fechado.

c) A tentativa de falta disciplinar é punida com a sanção correspondente à falta consumada, reduzida de um a dois terços, por aplicação analógica do art. 14, parágrafo único, do Código Penal.

d) O trabalho do preso será remunerado mediante prévia tabela, não inferior a três quartos do salário-mínimo, inclusive quanto às tarefas prestadas a título de prestação de serviços à comunidade.

e) A frequência a curso de ensino formal é causa de remição de parte do tempo de execução de pena, sob regime fechado ou semiaberto.



Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

185. (FEPESE - Procurador Municipal de Florianópolis/2011) Em relação aos regimes de cumprimento da pena privativa de liberdade:

1. No regime fechado, o condenado fica sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno.
2. O trabalho externo é admissível, no regime fechado, em serviços ou obras públicas.
3. No regime aberto, o condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a) É correta apenas a afirmativa 1.
- b) É correta apenas a afirmativa 2.
- c) É correta apenas a afirmativa 3.
- d) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- e) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

186. (CEV UECE - Agente Penitenciário (SEJUS CE)/2011) Conforme preceitua o Parágrafo Único do art. 41 da Lei 7.210/84 (Lei de Execução Penal - LEP), dentre os direitos contidos nas opções abaixo, o único que poderá ser suspenso ou restringido mediante ato motivado do diretor do estabelecimento penal é o(a)

- a) chamamento nominal.
- b) visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados.
- c) audiência especial com o diretor do estabelecimento.
- d) entrevista pessoal e reservada com o advogado.

Comentários: A alternativa B é o gabarito da questão.



187. (Com. Exam. (MPE PB) - Promotor de Justiça (MPE PB)/2011/XIV) Em matéria de Execução Penal, é errado afirmar:

- a) Ao liberado definitivo não pode ser atribuída a condição de egresso, sob pena de ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana.
- b) A conduta ensejadora de falta disciplinar grave, tentada ou consumada, resultará em mesma sanção, sem qualquer abrandamento.
- c) Das decisões proferidas pelo Juiz das Execuções Penais caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo.
- d) O condenado, caso cometa falta tida como grave, estará sujeito à transferência para qualquer dos regimes prisionais mais rigorosos, mediante decisão judicial.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão.

188. (FCC - Promotor de Justiça (MPE CE)/2011) A execução da pena privativa de liberdade está sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado

- a) praticar fato definido como crime doloso ou culposo.
- b) praticar falta grave especificada em lei estadual.
- c) sofrer condenação, por crime anterior, mesmo que a pena, somada ao restante da pena em execução, permita a manutenção do regime.
- d) praticar fato definido como crime ou falta grave, exigindo-se a sua prévia oitiva apenas na primeira hipótese.
- e) descumprir, no regime aberto, condição especial estabelecida pelo juiz e não prevista em lei.

Comentários: A **alternativa E** é o gabarito da questão.

189. (FCC - Promotor de Justiça (MPE CE)/2011) Constitui sanção disciplinar aplicável por ato motivado do diretor do estabelecimento prisional:

- a) inclusão no regime disciplinar diferenciado.



- b) suspensão do direito de representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito.
- c) isolamento na própria cela, ou em local adequado, por até sessenta dias.
- d) suspensão do direito de visita do cônjuge ou da companheira por até trinta dias.
- e) restrição à constituição de pecúlio.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

190. (NC-UFPR - Assessor de Estabelecimento Penal (DPE PR)/2011) Em relação à disciplina, faltas e sanções disciplinares, assinale a alternativa correta.

- a) Cabe à legislação local especificar as faltas leves e médias e definir faltas graves não previstas pela LEP, o que é feito no Paraná por meio do Estatuto Penitenciário (Dec. 1.276/95).
- b) O tratamento jurídico da tentativa, nas faltas disciplinares, é equivalente àquele dos crimes comuns.
- c) A vedação constitucional às penas cruéis não alcança a aplicação de sanções disciplinares pelo fato de estas não serem juridicamente definidas como modalidades de pena.
- d) A aplicação de sanções disciplinares no âmbito da execução penal obedece ao princípio do non bis in idem (vedação da dupla punição pelo mesmo fato).
- e) As sanções disciplinares são sempre aplicadas pelo diretor do estabelecimento, após processo administrativo com garantia de contraditório e direito de defesa.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

191. (NC-UFPR - Assessor de Estabelecimento Penal (DPE PR)/2011) Sobre o trabalho do preso e suas modalidades e as penas restritivas de direitos, é INCORRETO afirmar:

- a) A atribuição de tarefas junto a entidades diversas como substituição à pena privativa de liberdade é gratuita e não constitui modalidade de trabalho forçado.
- b) O trabalho como elemento do tratamento penitenciário obedece ao princípio da não afluência.
- c) O trabalho como elemento do tratamento penitenciário obedece ao princípio da individualização da pena.
- d) O trabalho interno e subordinado à administração penitenciária obedece ao regime de Consolidação das Leis do Trabalho.



e) A vedação constitucional ao trabalho forçado alcança o trabalho interno do preso.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

192. (VUNESP - Analista de Promotoria (MPE SP)/Assistente Jurídico/2010) Determina a Lei de Execução Penal (Lei n.º 7.210/84) que, a fim de orientar a individualização do cumprimento da pena do sentenciado condenado à privação de liberdade, os estabelecimentos prisionais devem contar com Comissão Técnica de Classificação, a qual obrigatoriamente deve ser composta, entre outros, por

- I. psiquiatra;
- II. psicólogo;
- III. assistente social.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

193. (VUNESP - Analista de Promotoria (MPE SP)/Assistente Jurídico/2010) Entre outros, é direito do preso, expressamente previsto na Lei de Execução Penal:

- I. atribuição de trabalho e sua remuneração;
- II. atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente;
- III. exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena.



É correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

194. (Com. Exam. (MPE SP) - Promotor de Justiça (MPE SP)/2010/87º) Assinale a afirmativa incorreta, em relação ao regime disciplinar diferenciado:

- a) aplica-se ao preso provisório ou condenado que pratica crime doloso e provoca subversão da ordem ou disciplina interna.
- b) aplica-se ao preso provisório ou condenado sobre o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando.
- c) somente o preso provisório ou condenado por crime hediondo ou assemelhado pode ser submetido ao regime disciplinar ou diferenciado.
- d) tem como característica o recolhimento em cela individual.
- e) pode ser aplicado a estrangeiros que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.

Comentários: A alternativa C é o gabarito da questão.

195. (FUNDEP - Técnico Judiciário (TJ MG)/Assistente Social Judicial/2010) Impõem-se às autoridades o respeito e a integridade dos condenados e dos presos provisórios. Constituem-se direitos dos presos, EXCETO

- a) atribuição de trabalho e sua remuneração, previdência social e constituição de pecúlio.
- b) proporcionalidade na distribuição do trabalho, descanso e recreação.



- c) assistência material, alimentação suficiente, vestuário, assistência à saúde, assistência jurídica, assistência educacional, assistências social e religiosa.
- d) exercício de atividade laborativa de acordo com a experiência adquirida antes da detenção.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão.

196. (Com. Exam. (MPE GO) - Promotor de Justiça (MPE GO)/2010/55º) Marque a alternativa correta.

- a) O condenado por crime contra a administração pública somente terá deferida a progressão de regime do cumprimento da pena se reparar o dano que causou ou devolver o produto do ilícito praticado, devidamente atualizado.
- b) O exame criminológico, consoante o regramento previsto na Lei de Execução Penal, não é obrigatório para os condenados a pena privativa de liberdade no regime fechado; no entanto, caso seja realizado, será levado a efeito pela Comissão Técnica de Classificação.
- c) Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da condenação decidirá sobre a conversão, podendo deixar de aplicá-la se for possível ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior.
- d) A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou a seus dependentes, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 (um) salário mínimo nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos, não podendo ser, nesse caso, modificada por prestação de outra natureza.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão.

197. (NUCEPE UESPI - Agente Penitenciário (SEJUS PI)/2010) Constituem direitos dos presos, previstos na Lei de Execuções Penais, EXCETO:

- a) previdência social;
- b) audiência especial com o diretor do estabelecimento prisional;
- c) asseio da cela ou alojamento;
- d) proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;
- e) chamamento nominal.

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão.



198. (NUCEPE UESPI - Agente Penitenciário (SEJUS PI)/2010) No que se refere ao trabalho do preso, é INCORRETO afirmar:

- a) o trabalho do preso será remunerado, não podendo ser inferior a um salário mínimo;
- b) terá finalidade educativa e produtiva;
- c) as tarefas executadas como prestação de serviços à comunidade não serão remuneradas;
- d) a jornada de trabalho não será inferior a 6(seis), nem superior a 8(oito) horas, com descanso nos domingos e feriados;
- e) o trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviços ou obras públicas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão.

199. (NUCEPE UESPI - Agente Penitenciário (SEJUS PI)/2010) No que concerne à disciplina do preso e às sanções aplicáveis, é INCORRETO afirmar:

- a) é vedado o emprego de cela escura;
- b) não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal;
- c) as sanções coletivas são permitidas, excepcionalmente;
- d) comete falta grave o condenado que fugir;
- e) no regime disciplinar diferenciado, o preso terá direito à saída da cela por 2 horas diárias para banho de sol.

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão.

200. (FUNRIO - Especialista em Assistência Penitenciária/S1 - Clínica Médica/2009 (e mais 8 concursos) A lei de execução penal, a LEP – lei nº 7210/84 prevê em seu art. 10 que a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. A assistência estende-se ainda ao egresso. Dessa forma, a assistência será: material; à saúde; jurídica; educacional; social; e religiosa. Com relação a esses tipos de assistência citados é correto afirmar que:



- a) A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento somente médico.
- b) A assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados com recursos financeiros para constituir advogado custeado pelo estado.
- c) A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.
- d) A assistência educacional compreenderá a instrução escolar, não sendo necessária, entretanto, a formação profissional do preso e do internado.
- e) A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à carceragem.

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão.

201. (FUNRIO - Analista Técnico-Administrativo (MJ)/2009) Analise as afirmativas abaixo e assinale a opção correta:

I – São direitos do preso, entre outros, alimentação suficiente e vestuário; proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação; audiência especial com o diretor do estabelecimento e proteção contra qualquer forma de sensacionalismo.

II – O preso, quando estiver internado ou submetido a tratamento ambulatorial, tem direito de contratar médico de confiança pessoal a fim de orientar e acompanhar o tratamento.

III – São deveres do preso, entre outros, comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença; conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina e urbanidade e respeito no trato com os demais condenados.

- a) Estão corretas as afirmativas I e II.
- b) Estão corretas afirmativas I e III.
- c) Estão corretas afirmativas II e III.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Nenhuma afirmativa está correta.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão.



202. (CEBRASPE (CESPE) - Delegado de Polícia Civil (RN)/2009) De acordo com a Lei de Execução Penal, assinale a opção correta.

- a) O trabalho externo é inadmissível para os presos em regime fechado, tendo em vista o alto grau de periculosidade dos condenados.
- b) A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento penal, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de dois terços da pena.
- c) Se o preso for punido por falta média, será revogada a autorização de trabalho externo.
- d) Se o preso praticar fato definido como crime, revogar-se-á a autorização de trabalho externo.
- e) Para o preso provisório, o trabalho é obrigatório e só poderá ser executado no interior do estabelecimento.

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão.

203. (CONSULPLAN - Agente Penitenciário (SEJUC RN)/2009) Considere as seguintes assertivas:

- I. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.
- II. A assistência estende-se ao egresso.
- III. A assistência ao preso e ao internado será material, médica, jurídica, educacional, social e religiosa.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) assertiva(s):

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I, III
- e) I, II, III

Comentários: A **alternativa E** é o gabarito da questão.



204. (CONSULPLAN - Agente Penitenciário (SEJUC RN)/2009) De acordo com a Lei de Execuções Penais (Lei n.º 7.210/84) constituem sanções disciplinares, EXCETO:

- a) Suspensão do direito ao banho de sol.
- b) Advertência verbal.
- c) Repreensão.
- d) Suspensão ou restrição de direitos, na forma da própria Lei de Execuções Penais.
- e) Inclusão no regime disciplinar diferenciado.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão.

205. (CONSULPLAN - Agente Penitenciário (SEJUC RN)/2009) Marque a afirmativa INCORRETA:

- a) São recompensas que podem ser concedidas aos presos: elogio e concessão de regalias.
- b) Não é garantida a liberdade de contratar médico de confiança pessoal do internado ou do submetido a tratamento ambulatorial, por seus familiares ou dependente, a fim de orientar e acompanhar o tratamento.
- c) Constitui direito do preso a alimentação suficiente e vestuário.
- d) Constitui direito do preso o contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.
- e) Constitui direito do preso a previdência social.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão.

206. (CONSULPLAN - Agente Penitenciário (SEJUC RN)/2009) Atenção: Esta questão foi anulada pela banca.

Constituem deveres do preso, EXCETO:

- a) Obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se.
- b) Submissão à sanção disciplinar imposta.
- c) Execução do trabalho, das tarefas e das ordens.



- d) Indenização à vítima e aos seus sucessores.
- e) Proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação.

Comentários: A assertiva foi **ANULADA**.

207. (CONSULPLAN - Agente Penitenciário (SEJUC RN)/2009) NÃO comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que:

- a) Retardar, injustificadamente, o cumprimento da obrigação imposta.
- b) Fugir.
- c) Provocar acidente de trabalho.
- d) Descumprir, no regime aberto, as restrições impostas.
- e) Incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão.

208. (FCC - Juiz Estadual (TJ AP)/2009) Segundo a Lei de Execução Penal, as faltas disciplinares

- a) leves e médias são especificadas por lei federal.
- b) graves só podem ser cometidas pelo condenado à pena privativa de liberdade.
- c) apenas são punidas na forma consumada.
- d) que também correspondam à prática de crime doloso sujeitam o preso à sanção disciplinar, excluída a sanção penal.
- e) também sujeitam o preso provisório à sanção disciplinar.

Comentários: A **alternativa E** é o gabarito da questão.

209. (CEBRASPE (CESPE) - Agente de Investigação (PC PB)/2009 (e mais 1 concurso) Marcos foi condenado a 14 anos de reclusão pelo crime de homicídio qualificado, praticado em 8/8/2006, e está cumprindo pena no regime fechado.



Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com a Lei de Execução Penal (LEP) e a Lei dos Crimes Hediondos.

- a) Para receber o benefício da progressão de regime, o acusado deve preencher os requisitos de natureza objetiva (lapso temporal) e subjetiva (bom comportamento carcerário), sendo obrigatória a realização do exame criminológico antes do deferimento da progressão de regime.
- b) A novel legislação dos crimes hediondos estabeleceu prazos mais rigorosos para a progressão prisional, porém pode ser aplicada aos casos ocorridos anteriormente à sua vigência, por se tratar de legislação especial em relação à LEP.
- c) Marcos deve cumprir a pena integralmente em regime fechado, por se tratar de crime hediondo.
- d) Se Marcos for punido por falta grave, não pode perder o direito ao tempo remido, sob pena de ofensa ao direito adquirido.
- e) Em caso de cometimento de falta grave pelo condenado, será interrompido o cômputo do interstício exigido para a concessão do benefício da progressão de regime prisional, qual seja, o cumprimento de um sexto da pena no regime anterior.

Comentários: A alternativa E é o gabarito da questão.

210. (COPEC CETAM - Investigador de Polícia (PC AM)/2009) Assinale a alternativa incorreta:

- a) a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.
- b) é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.
- c) nos presídios de segurança máxima não se admite a prestação de assistência religiosa;
- d) às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

Comentários: A alternativa C é o gabarito da questão.

211. (TJ PR (Ban. Exam.) - Técnico Judiciário (TJ PR)/Auxiliar de Cartório/2008/Comarca de Palmas) Segundo a Lei de Execuções Penais, é correto afirmar:

- a) não cabe ao juiz da execução penal aplicar a medida de segurança;



- b) a inclusão em regime disciplinar diferenciado é uma sanção disciplinar aplicada pelo diretor do estabelecimento penal;
- c) todo o isolamento do preso será sempre comunicado ao juiz da execução penal;
- d) o Ministério Público não tem legitimidade para pleitear benefícios penais aos sentenciado;

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão.

212. (TJ PR (Ban. Exam.) - Técnico Judiciário (TJ PR)/Auxiliar de Cartório/2008/Comarca de Palmas)
Atenção: Esta questão está desatualizada.

Sobre o regime aberto, é incorreto afirmar:

- a) a prestação de serviços não é condição legal;
- b) deveria ser cumprida em casa de albergado;
- c) deve ser aplicado, via de regra, nas penas privativa de liberdade inferiores a 4 anos;
- d) diante da inexistência de Casa de Albergado, o regime aberto tem sido substituído pela prisão domiciliar;

Comentários: A **alternativa D** é o gabarito da questão.

213. (PUC PR - Analista Judiciário (TJ PR)/Escrivão/Criminal/2008) Sobre o trabalho do preso, a única resposta correta é:

- a) O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.
- b) O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a um salário mínimo.
- c) A jornada normal de trabalho não será inferior a 6 (seis), nem superior a 8 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados.
- d) As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade serão remuneradas.
- e) O condenado à pena privativa de liberdade não está obrigado ao trabalho em hipótese alguma.

Comentários: A **alternativa C** é o gabarito da questão.



214. (PUC PR - Analista Judiciário (TJ PR)/Escrivão/Criminal/2008) Não comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que:

- a) Incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina.
- b) Descumprir, no regime aberto, as condições impostas.
- c) Provocar acidente de trabalho.
- d) Tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.
- e) Tiver submissão à sanção disciplinar imposta.

Comentários: A **alternativa E** é o gabarito da questão.

215. (PUC PR - Analista Judiciário (TJ PR)/Escrivão/Criminal/2008) A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Diante do exposto assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O ensino de primeiro e segundo grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa.
- b) O serviço de assistência social colaborará com o egresso para a obtenção de trabalho.
- c) Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.
- d) A assistência à saúde do preso e do internado, de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.
- e) A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão.



216. (CEBRASPE (CESPE) - Juiz Estadual (TJ AL)/2008) Com base na Lei de Execução Penal (LEP) e acerca dos direitos, deveres e disciplina do preso e(ou) condenado, assinale a opção correta.

- a) O princípio da legalidade não se aplica ao regime disciplinar previsto na LEP, de forma que é possível haver falta disciplinar que não esteja prevista expressamente em lei ou regulamento, a depender de ato do diretor do presídio, ratificado pelo juiz competente.
- b) Não sendo possível identificar o preso que deu início a motim em um corredor do presídio, o diretor do estabelecimento poderá aplicar sanção disciplinar coletiva.
- c) O preso provisório não se submete ao regime disciplinar diferenciado, que é aplicável somente ao condenado definitivamente a pena privativa de liberdade.
- d) Sujeita-se ao regime disciplinar diferenciado o condenado sobre o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando.
- e) A inclusão no regime disciplinar diferenciado pode ser aplicada por ato motivado do diretor do estabelecimento prisional, com posterior homologação pelo juiz da execução.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

217. (TALENTO - Defensor Público do Estado do Rio Grande do Norte/2006) A Lei 7.210/84, Lei de Execuções Penais

- a) não especifica as faltas disciplinares leves e médias, as quais competem à norma local.
- b) estabelece o regime disciplinar diferenciado que implica recolhimento em cela individual, com duração máxima de trezentos dias.
- c) determina que os presos provisórios não podem ser submetidos ao regime disciplinar diferenciado.
- d) estabelece que o preso poderá ser levado ao isolamento preventivo por até trinta dias.

Comentários: A alternativa A é o gabarito da questão.

218. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (CL DF)/Constituição e Justiça/2006) Julgue o item seguinte quanto aos direitos assegurados aos presos e considerando a Lei de Execução Penal (LEP).

A administração penitenciária, com fundamentos em razões de segurança pública, ou disciplina, ou preservação de ordem jurídica, pode, excepcionalmente, proceder à interceptação da



correspondência remetida pelos sentenciados, visto que a cláusula tutelar da inviolabilidade do sigilo epistolar não pode constituir salvaguarda de práticas ilícitas.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

219. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (CL DF)/Constituição e Justiça/2006) Julgue o item seguinte quanto aos direitos assegurados aos presos e considerando a Lei de Execução Penal (LEP).

O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da administração direta ou indireta, ou por entidades privadas, tomadas as cautelas de escolta contra a fuga, em favor da disciplina.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

220. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (CL DF)/Constituição e Justiça/2006) Julgue o item seguinte quanto aos direitos assegurados aos presos e considerando a Lei de Execução Penal (LEP).

A suspensão dos direitos políticos do preso, enquanto durarem os efeitos da condenação criminal, está restrita apenas ao direito de votar, permanecendo o preso elegível, desde que cumpridas as obrigações inerentes ao pleno exercício do mandato eletivo.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

221. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (CL DF)/Constituição e Justiça/2006) Julgue o item seguinte quanto aos direitos assegurados aos presos e considerando a Lei de Execução Penal (LEP).

Diante das similitudes exigidas na LEP entre o trabalho prisional e o livre, o trabalho do preso, qualquer que seja o regime prisional, está sujeito às normas da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo garantidos ao preso os mesmos benefícios que se concedem ao trabalhador livre.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.



222. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (CL DF)/Constituição e Justiça/2006) No que se refere ao regime disciplinar penitenciário e às normas a serem observadas no complexo penitenciário do DF, julgue o item.

O poder disciplinar, na execução da pena privativa de liberdade, será exercido pelo juiz da execução, na forma que a legislação regulamentar estabelecer.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

223. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (CL DF)/Constituição e Justiça/2006) No que se refere ao regime disciplinar penitenciário e às normas a serem observadas no complexo penitenciário do DF, julgue o item.

No âmbito da execução penal, no que se refere a faltas disciplinares e respectivas punições, deve ser observado o princípio da reserva, ou seja, a regra de que somente pode ser considerada infração aquela que estiver anteriormente prevista na lei ou regulamento.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

224. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (CL DF)/Constituição e Justiça/2006) No que se refere ao regime disciplinar penitenciário e às normas a serem observadas no complexo penitenciário do DF, julgue o item.

O regime disciplinar diferenciado constitui um regime de disciplina carcerária especial, caracterizado por maior grau de isolamento do preso e de restrições ao contato com o mundo exterior, e foi concebido para atender às necessidades de maior segurança nos estabelecimentos penais e de defesa da ordem pública.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

225. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (CL DF)/Constituição e Justiça/2006) No que se refere ao regime disciplinar penitenciário e às normas a serem observadas no complexo penitenciário do DF, julgue o item.

A LEP classifica as faltas disciplinares em leves, médias e graves, mas somente descreve e enumera as infrações médias e leves, deixando à lei estadual a previsão das faltas graves.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.



226. (ACAFE - Delegado de Polícia (PC SC)/2006) Analise as afirmações a seguir, segundo a Lei de Execuções Penais.

I Constitui direito do preso a representação e a petição a qualquer autoridade, em defesa de direito, que não pode ser suspensa ou restringida.

II Constitui direito do preso a visita do cônjuge, da companheira e de parentes em dias determinados, que pode ser suspensa ou restringida, mediante ato motivado do Diretor do Estabelecimento.

III A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.

IV O Diretor do Estabelecimento Penitenciário poderá conceder saída temporária de, no máximo sete dias, ao preso que estiver em regime semi-aberto e tiver bom comportamento.

V A assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados independentemente de possuírem recursos financeiros para constituírem advogados.

Todas as afirmações corretas estão na alternativa:

- a) III - IV - V
- b) I - II - IV
- c) II - III - IV
- d) I - II - III

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

227. (CEBRASPE (CESPE) - Agente Penitenciário Federal/2005) Julgue o item abaixo, relativo ao direito penal.

Na execução penal, a sanção disciplinar de isolamento do condenado na própria cela independe de decisão judicial.

Comentários: A assertiva está CORRETA.

228. (CEBRASPE (CESPE) - Agente Penitenciário Federal/2005) Julgue o item abaixo, relativo ao direito penal.



O agente penitenciário pode atribuir recompensa ao preso, nos termos da Lei de Execução Penal; porém, para fazê-lo, deverá, necessariamente, contar com a aquiescência de seu superior hierárquico.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

229. (FUNDEP - Técnico Judiciário (TJ MG)/Psicólogo Judicial/2005) Considerando-se o que se estabelece na Lei de Execução Penal, é INCORRETO afirmar que o preso tem direito

- a) à atribuição de trabalho com remuneração.
- b) à entrevista pessoal e monitorada com o advogado.
- c) à Previdência Social.
- d) ao chamamento nominal.

Comentários: A **alternativa B** é o gabarito da questão.

230. (FUNDEP - Juiz Estadual (TJ MG)/2005) Segundo a Lei de Execução Penal, constitui direito do preso:

- a) contato com o mundo exterior.
- b) obtenção de regalias.
- c) elogio por boa conduta.
- d) asseio da cela ou alojamento.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão.

231. (FUNDEP - Defensor Público do Estado de Minas Gerais/2004/IV) Conforme a Lei de Execução Penal, são sanções disciplinares aplicáveis ao condenado, EXCETO:

- a) Advertência verbal
- b) Agravamento da pena



- c) Isolamento na própria cela.
- d) restrição do direito de visita do cônjuge
- e) restrição do direito de leitura

Comentários: A alternativa **B** é o gabarito da questão.

232. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) Conforme dispõe a Lei de Execuções Penais (Lei n.º 7.210, de 11/7/1984), é incumbência do serviço de assistência social orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

233. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) Conforme dispõe a Lei de Execuções Penais (Lei n.º 7.210, de 11/7/1984), é incumbência do serviço de assistência social organizar e ministrar assistência religiosa, indicando a atividade mais adequada, de acordo com a característica do preso, condições sociais, financeiras e da comunidade, para contribuir com a ressocialização do preso.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

234. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) Conforme dispõe a Lei de Execuções Penais (Lei n.º 7.210, de 11/7/1984), é incumbência do serviço de assistência social promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

235. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) Conforme dispõe a Lei de Execuções Penais (Lei n.º 7.210, de 11/7/1984), é incumbência do serviço de assistência social acompanhar o resultado das permissões de saída e das saídas temporárias.



Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

236. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) Conforme dispõe a Lei de Execuções Penais (Lei n.º 7.210, de 11/7/1984), é incumbência do serviço de assistência social providenciar a obtenção de documentos, não cabendo providenciar os benefícios da previdência social e seguro por acidente de trabalho, devido à legislação especial a respeito do tema.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

237. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) João foi condenado a seis anos de reclusão pela prática de crime. Após o cumprimento de um ano, iniciou trabalho externo na empresa de engenharia Engenho Ltda. O trabalho foi obtido por intermédio de uma fundação de apoio ao preso, que mantém convênio com a empresa.

Em face dessa situação e com relação ao referido trabalho, julgue o item que se segue.

O trabalho do preso será remunerado, devendo a empresa contratante repassar o valor do salário do cargo respectivo ao estado ou à União, para cobrir os gastos com os presidiários de um modo geral.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

238. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) João foi condenado a seis anos de reclusão pela prática de crime. Após o cumprimento de um ano, iniciou trabalho externo na empresa de engenharia Engenho Ltda. O trabalho foi obtido por intermédio de uma fundação de apoio ao preso, que mantém convênio com a empresa.

Em face dessa situação e com relação ao referido trabalho, julgue o item que se segue.

O preso terá direito ao décimo-terceiro salário.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.



239. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) João foi condenado a seis anos de reclusão pela prática de crime. Após o cumprimento de um ano, iniciou trabalho externo na empresa de engenharia Engenho Ltda. O trabalho foi obtido por intermédio de uma fundação de apoio ao preso, que mantém convênio com a empresa.

Em face dessa situação e com relação ao referido trabalho, julgue o item que se segue.

O trabalho do preso será remunerado e o produto de tal remuneração deverá atender à assistência familiar, às pequenas despesas pessoais, à indenização dos danos causados pelo crime e ao ressarcimento das despesas realizadas com a manutenção do condenado. O restante será depositado em caderneta de poupança, que será entregue ao condenado, quando posto em liberdade.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

240. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) João foi condenado a seis anos de reclusão pela prática de crime. Após o cumprimento de um ano, iniciou trabalho externo na empresa de engenharia Engenho Ltda. O trabalho foi obtido por intermédio de uma fundação de apoio ao preso, que mantém convênio com a empresa.

Em face dessa situação e com relação ao referido trabalho, julgue o item que se segue.

O trabalho do preso será remunerado em dobro em relação ao do ocupante do mesmo cargo, com vistas a evitar a exacerbação da mais-valia e a combater o desemprego.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

241. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) João foi condenado a seis anos de reclusão pela prática de crime. Após o cumprimento de um ano, iniciou trabalho externo na empresa de engenharia Engenho Ltda. O trabalho foi obtido por intermédio de uma fundação de apoio ao preso, que mantém convênio com a empresa.

Em face dessa situação e com relação ao referido trabalho, julgue o item que se segue.

O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a três quartos do salário mínimo.



Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

242. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) É direito do preso receber visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

243. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) É direito do preso exercer atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas que praticava anteriormente, desde que compatíveis com a execução da pena.

Comentários: A assertiva está **CORRETA**.

244. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) É direito do preso ser chamado pelo nome ou pelo número recebido, quando da entrada no estabelecimento prisional.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

245. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) É direito do preso representar e peticionar, mas somente por meio de advogado, para qualquer autoridade em defesa de direitos.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

246. (CEBRASPE (CESPE) - Consultor Legislativo (SEN)/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002) É direito do preso recusar-se a acatar suspensão temporária de descanso ou recreação, por ato motivado do diretor do estabelecimento prisional.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.



247. (Com. Exam. (MPDFT) - Promotor de Justiça (MPDFT)/2002/25º) Assinale a opção correta em relação à execução penal.

- a) O exame criminológico será realizado, obrigatoriamente, nos condenados a sanção privativa de liberdade, independentemente do regime de cumprimento de pena fixado na sentença.
- b) O processo de execução da pena tem o seu início com a certidão que atesta o trânsito em julgado da condenação.
- c) Desde que não empregue violência contra a pessoa, a fuga do condenado recolhido a estabelecimento penitenciário é um direito seu.
- d) O direito da pessoa presa à visita do cônjuge e o contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita poderão ser restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento prisional, não havendo necessidade de intervenção judicial.

Comentários: A alternativa D é o gabarito da questão.

248. (CEBRASPE (CESPE) - Defensor Público do Distrito Federal/2001) No item que se segue, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Com a soma das penas privativas de liberdade, Lino encontrase condenado definitivamente a 58 anos de reclusão. Iniciou o cumprimento das reprimendas em setembro de 1986, tendo expiado, assim, mais de quinze anos. Nenhuma das condenações de Lino foi por crime hediondo ou equiparado, sendo reincidente em crime doloso, com excelente comportamento carcerário. Nessa situação, considerando que o limite máximo de cumprimento de pena é de trinta anos, Lino preenche o requisito objetivo-temporal para postular a concessão de livramento condicional.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**.

249. (Agente Penitenciário - 2015) Analise as afirmações e assinale a alternativa correta.

- I - A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.
- II - A jurisdição penal dos Juízes ou Tribunais da Justiça ordinária, em todo o Território Nacional, será exercida, no processo de execução, em conformidade com a Lei de Execução Penal e com o Código de Processo Penal.
- III - A Lei de Execução Penal aplicar-se-á igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.



- A) Apenas a afirmação I está incorreta.
- B) Apenas a afirmação II está incorreta.
- C) Apenas a afirmação III está incorreta.
- D) As afirmações I e III estão incorretas.
- E) Todas afirmações estão corretas.

Comentários: A **alternativa E** é o gabarito da questão. Dispõe o artigo 1º, da Lei de Execução Penal, que "a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado".

Por sua vez, determina o artigo 2º e parágrafo único, da mesma lei, que "a jurisdição penal dos Juízes ou Tribunais da Justiça ordinária, em todo o Território Nacional, será exercida, no processo de execução, na conformidade desta Lei e do Código de Processo Penal" e que "esta Lei aplicar-se-á igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária".

250. (Agente Penitenciário - 2015) Assinale a alternativa incorreta.

- A) Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.
- B) Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política ao condenado e internado.
- C) O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.
- D) A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.
- E) A assistência não se estende ao egresso.

Comentários: A **alternativa E** é o gabarito da questão. Determina o parágrafo único, do artigo 10, da LEP, que "a assistência estende-se ao egresso". Os demais itens estão corretos conforme os artigos 3º, 4º, e 10, "caput", da LEP.

251. (Agente Penitenciário - 2015) Assinale a alternativa incorreta.



- A) O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.
- B) Ao exame criminológico poderá ser submetido o condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime aberto.
- C) A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá entrevistar pessoas.
- D) A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado.
- E) A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá realizar outras diligências e exames necessários.

Comentários: A alternativa B é o gabarito da questão. Segundo o artigo 8º, da LEP, que "o condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução".

Entretanto, o parágrafo único, do mesmo artigo, dispõe que "ao exame de que trata este artigo poderá ser submetido o condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime semi-aberto". As demais afirmações estão de acordo com o artigo 9º e incisos, da mesma lei.

252. (SEJUS-ES - 2009) Julgue os itens com base na LEP.

O objetivo da execução penal é efetivar as disposições de decisão criminal condenatória, ainda que não definitiva, de forma a proporcionar condições para a integração social do condenado, do internado e do menor infrator.

Comentários: A assertiva está **ERRADA**. Errado, pois não abrange o menor infrator. O ECA (Lei 8.069/90) que trata dos menores infratores.

253. (AGEPEN - 2014) O exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução é obrigatório para:

- A) Os condenados somente às penas privativas de liberdade em regime fechado.
- B) Os condenados somente às penas privativas de liberdade em regime semiaberto.



- C) Os condenados às penas privativas de liberdade em regime fechado e para os condenados às penas privativas de liberdade em regime semiaberto.
- D) Os condenados às penas privativas de liberdade em regime aberto ou à pena restritiva de direitos.
- E) Os condenados somente à pena restritiva de direitos.

Comentários: A **alternativa A** é o gabarito da questão. Vejamos os art. 8º da LEP: "O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução."



GABARITO



GABARITO

- | | | |
|-------|-------------|--------|
| 1. B | 40. B | 79. E |
| 2. B | 41. E | 80. C |
| 3. D | 42. E | 81. C |
| 4. E | 43. B | 82. C |
| 5. E | 44. C | 83. B |
| 6. B | 45. ANULADA | 84. B |
| 7. E | 46. B | 85. E |
| 8. C | 47. B | 86. A |
| 9. D | 48. B | 87. E |
| 10. D | 49. B | 88. E |
| 11. D | 50. D | 89. E |
| 12. E | 51. D | 90. C |
| 13. B | 52. D | 91. E |
| 14. E | 53. B | 92. C |
| 15. B | 54. D | 93. C |
| 16. D | 55. B | 94. E |
| 17. E | 56. A | 95. E |
| 18. A | 57. E | 96. E |
| 19. C | 58. E | 97. E |
| 20. C | 59. E | 98. C |
| 21. A | 60. E | 99. C |
| 22. D | 61. B | 100. E |
| 23. C | 62. E | 101. C |
| 24. A | 63. E | 102. E |
| 25. B | 64. B | 103. C |
| 26. D | 65. A | 104. E |
| 27. A | 66. C | 105. C |
| 28. A | 67. B | 106. C |
| 29. D | 68. E | 107. C |
| 30. D | 69. D | 108. C |
| 31. C | 70. B | 109. E |
| 32. E | 71. D | 110. D |
| 33. B | 72. D | 111. E |
| 34. E | 73. E | 112. C |
| 35. B | 74. A | 113. C |
| 36. D | 75. C | 114. A |
| 37. C | 76. E | 115. E |
| 38. D | 77. D | 116. E |
| 39. C | 78. E | 117. B |



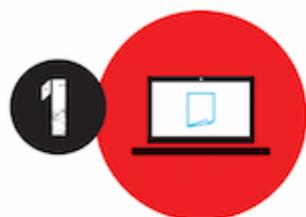
118.	E	164.	A	210.	C
119.	C	165.	B	211.	C
120.	A	166.	A	212.	D
121.	D	167.	C	213.	C
122.	E	168.	C	214.	E
123.	B	169.	E	215.	A
124.	D	170.	A	216.	D
125.	A	171.	B	217.	A
126.	C	172.	A	218.	C
127.	C	173.	C	219.	C
128.	C	174.	A	220.	E
129.	D	175.	D	221.	E
130.	C	176.	E	222.	E
131.	D	177.	A	223.	C
132.	B	178.	D	224.	C
133.	A	179.	E	225.	E
134.	B	180.	D	226.	D
135.	B	181.	D	227.	C
136.	D	182.	A	228.	E
137.	D	183.	A	229.	B
138.	D	184.	E	230.	A
139.	E	185.	D	231.	B
140.	A	186.	B	232.	C
141.	ANULADA	187.	A	233.	E
142.	ANULADA	188.	E	234.	C
143.	C	189.	D	235.	C
144.	C	190.	D	236.	E
145.	E	191.	D	237.	E
146.	E	192.	E	238.	E
147.	C	193.	E	239.	C
148.	C	194.	C	240.	E
149.	A	195.	D	241.	C
150.	E	196.	A	242.	C
151.	C	197.	C	243.	C
152.	A	198.	A	244.	E
153.	B	199.	C	245.	E
154.	A	200.	C	246.	E
155.	E	201.	D	247.	D
156.	E	202.	D	248.	E
157.	B	203.	E	249.	E
158.	E	204.	A	250.	E
159.	E	205.	B	251.	B
160.	B	206.	ANULADA	252.	E
161.	B	207.	A	253.	A
162.	B	208.	E		
163.	D	209.	E		





ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.